



EXAME DE SUFICIÊNCIA:

UM REQUISITO PARA A
QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL



CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

MARIA CLARA CAVALCANTE BUGARIM
ROBERTA CARVALHO DE ALENCAR
EDITINETE ANDRÉ DA ROCHA GARCIA
ELIAS DIB CADDAAH NETO

EXAME DE SUFICIÊNCIA:

UM REQUISITO PARA A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

1ª edição

Brasília (DF)
Conselho Federal de Contabilidade
2018

EXAME DE SUFICIÊNCIA: UM REQUISITO PARA A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Publicação do Conselho Federal de Contabilidade

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

SAUS Quadra 5 – Bloco J – Edifício CFC – CEP: 70070-920 – Brasília (DF)

Telefone: (61) 3314-9600

Site: www.cfc.org.br – E-mail: cfc@cfc.org.br

Presidente do CFC

ZULMIR IVÂNIO BREDA

Vice-presidente de Desenvolvimento Profissional do CFC

LUCÉLIA LECHETA

Diretora Executiva do CFC

ELYS TEVANIA ALVES DE SOUZA CARVALHO

Autores

MARIA CLARA CAVALCANTE BUGARIM

ROBERTA CARVALHO DE ALENCAR

EDITINETE ANDRÉ DA ROCHA GARCIA

ELIAS DIB CADDAM NETO

Revisão

MARIA DO CARMO NÓBREGA

Colaboração

ADRIANA GUIMARÃES

Projeto Gráfico e Diagramação

DAVID DUARTE RODRIGUES

Tiragem: 500 exemplares

Coronário Editora Gráfica LTDA.

Ficha Catalográfica:

Exame de suficiência: um requisito para a qualificação profissional / Maria Clara Cavalcante Bugarim... [et al.]. -- Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2018.

96 p.

ISBN 978-85-85874-20-9

1. Exame de Suficiência. 2. Qualificação Profissional. 3. Ensino – Contabilidade – Brasil. 4. Programa Excelência na Contabilidade. I. Título. II. Alencar, Roberta carvalho de. III. Garcia, Editinete André da Rocha. IV. Caddam Neto, Elias Dib.

CDU – 657(079)

Ficha Catalográfica elaborada pela Bibliotecária Lúcia Helena Alves de Figueiredo CRB 1/1.401

AUTORES



Maria Clara Cavalcante Bugarim

Com dois doutorados – um em Engenharia e Gestão do Conhecimento, pela UFSC, e o outro em Contabilidade, pela universidade do Aveiro/Minho, em Portugal –, é graduada em Ciências Contábeis, Administração de Empresas e Direito. É especialista em Administração de Recursos Humanos e em Auditoria e mestre em Contabilidade e Controladoria pela FEA/USP. Presidiu o CRCAL, a FBC e o CFC por dois mandatos consecutivos. É palestrante e autora de livros e artigos na área contábil. Atualmente, é controladora-geral de Alagoas, presidente da Academia Brasileira de Ciências Contábeis, vice-presidente da Associação Interamericana de Contabilidade e assessora Técnica da Ifac. Detentora de diversos títulos de cidadania e medalhas, destaca-se por ser a primeira mulher a receber a mais alta e importante comenda da Ciência Contábil brasileira, a Medalha do Mérito Contábil João Lyra, outorgada no 20º Congresso Brasileiro de Contabilidade.



Roberta Carvalho de Alencar

Possui Doutorado e Mestrado em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo e graduação pela Universidade de Fortaleza. Foi contadora do Banco do Nordeste do Brasil S/A e professora da Unifor, Fucape e USP. Atualmente é professora adjunta da Universidade Federal do Ceará, onde atua na graduação e pós graduação e coordena o curso de Ciências Contábeis. Integrou comissões de elaboração do Exame de Suficiência no CFC e FBC. É autora de livros e artigos publicados em âmbito nacional e internacional.



Edítinete André da Rocha Garcia

Possui Doutorado em Administração de empresas pela Universidade de Fortaleza, mestrado em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo, graduação em Direito pela Universidade de Fortaleza (1996) e graduação em Bacharel Em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Ceará. Está ocupando a função de Pró-Reitora Adjunta da Universidade Federal do Ceará. Atuou na atividade empresarial como gestora de Contabilidade. Atualmente é professora de 3º grau, classe Adjunto, padrão III da Universidade Federal do Ceará (UFC) e professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade e Controladoria da UFC. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Ciências Contábeis, atuando principalmente nos seguintes temas: contabilidade tributária, contabilidade das empresas de construção civil, contabilidade societária e contabilidade gerencial e Responsabilidade Social.



Elias Dib Caddah Neto

Mestre em Controladoria e Contabilidade (USP) e Bacharel em Ciências Contábeis. Professor adjunto da Universidade Federal do Piauí (UFPI), ocupou a Chefia do Departamento de Ciências Contábeis e Administrativas da UFPI (2012-2015). Avaliador Institucional e dos cursos de graduação em Ciências Contábeis do Inep/MEC, possui experiência na área de Consultoria Empresarial, com ênfase em Custos e Controladoria, atuando principalmente nas áreas de Auditoria, Contabilidade, Gestão de Custos. Membro do Conselho Editorial da Revista Abracicon Saber, é detentor das medalhas do Mérito do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (2012) e Pedro Tobias Duarte (CRCPi). Foi presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Piauí (Gestão 2012-2015), é acadêmico correspondente, ocupante da Cátedra n.º 6, da Academia Sergipana de Ciências Contábeis (ASCC). É o atual presidente da Academia Piauiense de Ciências Contábeis (Apicon), ocupante da Cátedra n.º 1; conselheiro do Conselho Federal de Contabilidade; e coordenador Nacional do Programa de Voluntariado da Classe Contábil (PVCC).

SUMÁRIO

Palavra do Presidente do CFC	13
Prefácio.....	15
1. REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO - O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DE 1946 A 1999	19
2. CENÁRIO DO ENSINO DA CONTABILIDADE NO PAÍS.....	21
3. PROGRAMA EXCELÊNCIA NA CONTABILIDADE: UMA CONTRIBUIÇÃO DO SISTEMA CFC/CRCS PARA FOMENTAÇÃO DO ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO NO PAÍS	32
4. EXAME DE SUFICIÊNCIA	35
4.1 Primeira fase do Exame de Suficiência (2000 a 2004)	35
4.1.1 Instituição por força de resolução.....	35
4.1.2 Breve análise dos resultados da primeira fase do Exame (2000-2004)	37
4.2 Segunda fase do Exame de Suficiência (2011 a 2018).....	41
4.2.1 Segunda fase do Exame de Suficiência: aplicação regulamentada pela Lei n.º 12.249/2010	41
4.2.2 Análise dos resultados da Segunda fase do Exame de Suficiência (2011 a 2018)	43
4.2.3 Desempenho dos candidatos no Exame de Suficiência	46
4.2.3.1 Resultado Geral	46
4.2.3.2 Desempenho por unidade da Federação e Região.....	48
4.2.3.3 Desempenho dos candidatos discentes de instituições brasileiras públicas e privadas	63
4.2.3.4 Percentual de aprovação por faixa etária	69
4.2.3.5 Percentual de aprovação por gênero	71
4.2.3.6 Quantidade de tentativas até a aprovação	73
4.2.4 Percentual de acertos por área de conhecimento	75
4.2.5 Quantidade de acertos por prova (Total/UF/Região).....	78
4.2.6 Candidatos em destaque	81
4.2.7 Trabalhos acadêmicos na área do Exame de Suficiência.....	90
Considerações finais.....	93
Referências.....	95

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Quantidade de IES que ofertam o curso de Ciências Contábeis no Brasil.....	21
Gráfico 2: Quantidade de cursos de Ciências Contábeis no Brasil	22
Gráfico 3: Oferta de curso de Ciências Contábeis por IES públicas e privadas.....	22
Gráfico 4: Evolução no número de matrículas nas IES públicas e privadas (1991-2016).....	24
Gráfico 5: Distribuição dos conceitos dos programas de Mestrado e Doutorado.....	31
Gráfico 6: Evolução do percentual de inscritos por categoria – 1ª Fase do Exame	37
Gráfico 7: Contador – 2000 a 2004 – Percentual de Aprovados e Ausentes	38
Gráfico 8: Técnico em Contabilidade – 2000 a 2004 – Percentual de Aprovados e Ausentes.....	39
Gráfico 9: Técnico em Contabilidade – 2000 a 2004 – Percentual de Aprovados por Região.....	40
Gráfico 10: Contador – 2000 a 2004 – Percentual de Aprovados por Região	40
Gráfico 11: Evolução quantitativa do Exame de Suficiência.....	47
Gráfico 12: Desempenho dos candidatos no Exame de Suficiência.....	47
Gráfico 13: Desempenho no Exame de Suficiência do Estado do Acre.....	48
Gráfico 14: Desempenho no Exame de Suficiência do Estado de Alagoas	48
Gráfico 15: Desempenho no Exame de Suficiência do Estado de Amazonas.....	49
Gráfico 16: Desempenho no Exame de Suficiência do Estado do Amapá.....	49
Gráfico 17: Desempenho no Exame de Suficiência do Estado da Bahia	50
Gráfico 18: Desempenho no Exame de Suficiência do Estado do Ceará.....	50
Gráfico 19: Desempenho no Exame de Suficiência do Distrito Federal.....	51
Gráfico 20: Desempenho no Exame de Suficiência do Estado do Espírito Santo	51
Gráfico 21: Desempenho no Exame de Suficiência do Estado de Goiás	52
Gráfico 22: Desempenho no Exame de Suficiência do Estado do Maranhão.....	52
Gráfico 23: Desempenho no Exame de Suficiência do Estado de Minas Gerais.....	53
Gráfico 24: Desempenho no Exame de Suficiência do Estado de Mato Grosso do Sul	53
Gráfico 25: Desempenho no Exame de Suficiência do Estado de Mato Grosso.....	54
Gráfico 26: Desempenho no Exame de Suficiência do Estado do Pará	54
Gráfico 27: Desempenho no Exame de Suficiência do Estado da Paraíba	55

Gráfico 28: Desempenho no Exame de Suficiência do Estado de Pernambuco.....	55
Gráfico 29: Desempenho no Exame de Suficiência do Estado do Piauí.....	56
Gráfico 30: Desempenho no Exame de Suficiência do Estado do Paraná.....	56
Gráfico 31: Desempenho no Exame de Suficiência do Estado do Rio de Janeiro.....	57
Gráfico 32: Desempenho no Exame de Suficiência do Estado do Rio Grande do Norte.....	57
Gráfico 33: Desempenho no Exame de Suficiência do Estado de Rondônia.....	58
Gráfico 34: Desempenho no Exame de Suficiência do Estado de Roraima.....	58
Gráfico 35: Desempenho no Exame de Suficiência do Estado do Rio Grande do Sul.....	59
Gráfico 36: Desempenho no Exame de Suficiência do Estado de Santa Catarina.....	59
Gráfico 37: Desempenho no Exame de Suficiência Estado de Sergipe.....	60
Gráfico 38: Desempenho no Exame de Suficiência do Estado de São Paulo.....	60
Gráfico 39: Desempenho no Exame de Suficiência do Estado do Tocantins.....	61
Gráfico 40: Evolução dos Resultados do Exame por Região.....	62
Gráfico 41: Aprovação média dos candidatos de instituições públicas e privadas – Brasil.....	63
Gráfico 42: Aprovação média dos candidatos de instituições públicas e privadas – Região Centro-Oeste.....	64
Gráfico 43: Aprovação média dos candidatos de instituições públicas e privadas – Região Nordeste.....	65
Gráfico 44: Aprovação média dos candidatos de instituições públicas e privadas – Região Norte.....	66
Gráfico 45: Aprovação média dos candidatos de instituições públicas e privadas – Região Sudeste.....	67
Gráfico 46: Aprovação média dos candidatos de instituições públicas e privadas – Região Sul.....	68
Gráfico 47: Percentual de inscritos por faixa etária.....	69
Gráfico 48: Evolução do percentual de inscritos por faixa etária.....	70
Gráfico 49: Percentual de aprovação por faixa etária - acumulado.....	70
Gráfico 50: Evolução do Percentual de Aprovação por faixa etária.....	71
Gráfico 51: Percentual de inscritos por gênero.....	72
Gráfico 52: Evolução da participação de cada gênero em relação ao total de aprovados.....	72

Gráfico 53: Percentual de aprovação por gênero	73
Gráfico 54: Quantidade de vezes que o candidato aprovado se submeteu ao exame	74
Gráfico 55: Quantidade de vezes que o candidato reprovado se submeteu ao exame	74
Gráfico 56: Percentual de Acertos por Área de Conhecimento – Acumulado	75
Gráfico 57: Percentual de acertos nos conteúdos do Exame de Suficiência – Formação Básica x Formação Profissional	77
Gráfico 58: Quantidade de Acertos por Prova	79
Gráfico 59: Tipo de IES de origem dos Candidatos em Destaque.	89

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Distribuição geográfica de mestres em Contabilidade no Brasil.....	29
------------------------------------------------------------------------------	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: As mudanças da Contabilidade no século XX.	28
Quadro 2: IES com cursos de mestrado ou doutorado em Ciências Contábeis.	30
Quadro 3: Convênios firmados com o CFC/CRCs – <i>stricto sensu</i>	33
Quadro 4: Convênios firmados com o CFC/CRC – <i>lato sensu</i>	34
Quadro 5: Desempenho dos Estados brasileiros em relação a média nacional.....	61

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Matrículas em instituições públicas e privadas (1991 a 2016).	23
Tabela 2: Vagas ofertadas nos cursos e programas no Brasil.....	25
Tabela 3: Distribuição das matrículas por modalidade de cursos.....	25
Tabela 4: Concludentes dos cursos no Brasil.....	26
Tabela 5: Quantitativo de recursos investidos no programa	32
Tabela 6: Conteúdos Programáticos definidos pela Resolução n.º 853/1999.....	36

Tabela 7: Evolução do percentual de inscritos por Região – 1ª fase do exame.....	38
Tabela 8: Conteúdos Programáticos definidos pela Resolução n.º 1.373/2011.....	42
Tabela 9: Quantidade de Inscritos e Ausentes por Edição – 2011 a 2018.....	44
Tabela 10: Quantidade de Presentes e Aprovados por Edição – 2011 a 2018.....	45
Tabela 11: Percentual de aprovação por Região e Edição do Exame	62
Tabela 12: Conceito dos cursos participantes por categoria administrativa – Enade 2006 a 2015 - Ciências Contábeis.....	68
Tabela 13: Estatística Descritiva dos Acertos por Área de Conhecimento.	76
Tabela 14: Percentual médio de acertos por conteúdo de formação do Exame de Suficiência – Formação Básica x Formação Profissional	78
Tabela 15: Quantidade de Acertos por UF/ Região.....	80
Tabela 16: Candidatos com maior pontuação - 1º Exame de 2011	81
Tabela 17: Candidatos com maior pontuação - 2º Exame de 2011	82
Tabela 18: Candidatos com maior pontuação - 1º Exame de 2012	82
Tabela 19: Candidatos com maior pontuação - 2º Exame de 2012	83
Tabela 20: Candidatos com maior pontuação - 1º Exame de 2013	83
Tabela 21: Candidatos com maior pontuação - 2º Exame de 2013	84
Tabela 22: Candidatos com maior pontuação - 1º Exame de 2014.....	84
Tabela 23: Candidatos com maior pontuação - 2º Exame de 2014.....	85
Tabela 24: Candidatos com maior pontuação - 1º Exame de 2015	85
Tabela 25: Candidatos com maior pontuação - 2º Exame de 2015	86
Tabela 26: Candidatos com maior pontuação - 1º Exame de 2016.....	86
Tabela 27: Candidatos com maior pontuação - 2º Exame de 2016.....	87
Tabela 28: Candidatos com maior pontuação - 1º Exame de 2017	88
Tabela 29: Candidatos com maior pontuação - 2º Exame de 2017	88
Tabela 30: Instituições de Ensino com dois ou mais candidatos em destaque.....	90
Tabela 31: Publicação de artigos sobre Exame de Suficiência.....	91
Tabela 32: Distribuição de publicações, por periódicos	91

PALAVRA DO PRESIDENTE DO CFC

A aplicação do Exame de Suficiência como requisito para obtenção do registro profissional constitui um capítulo da história da Contabilidade brasileira. Das primeiras iniciativas realizadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com o apoio dos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs), no sentido de se implantar a obrigatoriedade do exame, até os dias atuais, quando mais de 20 edições já foram aplicadas, há um amplo conjunto de acontecimentos e ações que se desencadearam. Registrar como tudo isso aconteceu é a proposta deste livro.

A realização do Exame de Suficiência pelo CFC é dividida em duas fases: a primeira, com edições aplicadas de 2000 a 2004; e a segunda, de 2011 em diante.

No primeiro período, o Exame foi realizado com base na Resolução CFC nº 853/1999, enquanto tramitava no Congresso Nacional um projeto para instituí-lo por meio de lei. Durante as dez edições aplicadas, mais de 150 mil candidatos realizaram as provas, entre bacharéis e técnicos em contabilidade. Porém, em 2005, o projeto de lei aprovado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal foi vetado pelo Presidente da República, e o Exame deixou de ser aplicado.

A conquista da instituição do Exame por meio de norma federal veio em 2010, com a Lei nº 12.249. Assim, a partir de 2011, as provas do Exame voltaram a ser realizadas. Até o final de 2017, mais de 600 mil candidatos haviam participado das edições do Exame de Suficiência.

Mas para se chegar a essa etapa atual, de consolidação da obrigatoriedade de aprovação no Exame de Suficiência para obtenção de registro profissional, muitos fatos ocorreram.

Os principais acontecimentos, o contexto do ensino, o cenário global do mercado de trabalho, as motivações e as preocupações dos gestores do Sistema CFC/CRCs, os números gerados e uma série de outras informações estão registrados nesta obra.

Preservar essa memória se faz fundamental para que as futuras gerações tenham ciência dos caminhos que foram trilhados e possam avançar ainda mais no fortalecimento da profissão.

Por oportuno, lembro as palavras da historiadora Emília Viotti da Costa: “Um povo sem memória é um povo sem história. E um povo sem história está fadado a cometer, no presente e no futuro, os mesmos erros do passado.”

Contador Zulmir Ivânio Breda

Presidente do CFC

PREFÁCIO

O mapa histórico do mundo nos revela que a humanidade vem, ao longo de 9 mil anos – quando são registrados os primeiros indícios de civilização –, criando e recriando fórmulas, aprendendo e apreendendo conceitos capazes de aprimorar seu *modus* de vida. Naturalmente, isso trouxe não somente o seu bem-estar, mas também, e principalmente, o estímulo à sua capacidade de pensar, a ampliação de técnicas de sobrevivência e o desenvolvimento de mecanismos capazes de controlar e preservar suas conquistas.

Os êxitos foram decisivos para chegarmos ao contexto atual, sem olvidarmos que, na transformação de uma sociedade rude para uma mais civilizada, aconteceram mudanças imperiosas, que foram essenciais para edificar as boas relações entre os cidadãos.

A exemplo do que ocorreu no passado, as mudanças, tão normais quanto necessárias, nos convidam a cada instante a amadurecermos as ideias, a nos adaptarmos e a convivermos com o novo como um processo natural da evolução humana.

É fato que essas transformações, fossem elas constatadas no campo das condutas e dos comportamentos, ou das mais diferentes áreas do conhecimento, não foram absorvidas pelas sociedades da noite para o dia, mas, ao contrário, aconteceram à custa de grandes embates, de volumosas discussões e, sobretudo, de fortes resistências.

Não diferente das civilizações antigas, a sociedade atual não foge à regra no quesito mudanças. Hoje, comumente, em função da celeridade do progresso, deparamo-nos a todo momento com as transformações, as quais têm nos convocado a agir com mais capacidade de resiliência.

Assim acontece com as Ciências Contábeis e assim acontece com todas as questões a ela relacionadas. Aqueles que com ela convivem são regularmente impelidos a se adaptarem às mais modernas orientações, tanto na área normativa quanto nos campos da execução dos serviços e da tecnologia.

Esse processo infinitamente dinâmico, que, por sua vez, envolve a busca incessante de promissores caminhos para a profissão, abriu espaço para o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) trabalhar, por meio da mobilização de vários profissionais, em torno da melhoria dos cursos de Ciências Contábeis oferecidos no País, principalmente após a abertura de um número expressivo de Instituições de Ensino Superior (IES), em detrimento da mudança proporcionada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996.

E com a constante preocupação de capacitar e valorizar os profissionais da contabilidade, oferecendo-lhes um ensino de alta qualidade, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) instituiu, em 1999, o Exame de Suficiência.

Sinto-me extremamente honrado por ter integrado, à época, na condição de vice-presidente de Desenvolvimento Operacional do CFC, a Comissão que deu origem a esse eficaz sistema de avaliação. Naquele momento, tínhamos em mente o grande interesse de buscar justos mecanismos de aferição do conhecimento dos graduados em Ciências Contábeis e dos concluintes dos cursos de Técnico em Contabilidade, tendo em vista as novas exigências de um mercado cada vez mais competitivo.

Por meio de uma seleção equalizada àqueles egressos das IES, tínhamos por dever garantir à sociedade brasileira profissionais com os conhecimentos necessários para o exercício profissional e com um papel estratégico cada vez mais importante dentro das empresas, apresentando informações mais seguras a respeito do patrimônio dessas entidades.

Mas, infelizmente, decorridas as primeiras edições, entre 2000 e 2004, o Exame foi suspenso em março de 2005, em função de medida judicial. Mesmo após a interrupção, nosso sentimento era de que não podíamos, jamais, desistir de mais esse necessário e importante avanço na profissão. A semente foi plantada e tínhamos que fazê-la germinar e dar frutos. Como disse certa vez Aristóteles, “só fazemos melhor aquilo que repetidamente insistimos em melhorar”.

Dessa forma, trabalhamos arduamente nas esferas executiva e legislativa, pautando a aprovação de uma lei que pudesse regulamentar o Exame. Assim, no ano de 2010, brindamos a assinatura da Lei n.º 12.249, que garantiu a sua legalidade. Este foi um divisor de águas para as Ciências Contábeis e o coroamento de todo o nosso esforço.

Com o foco na filosofia da Educação Continuada, a partir da exigência do Exame, elevamos as Ciências Contábeis a um novo patamar e demos um salto qualitativo e de excelência na cultura contábil brasileira, por meio da democratização do patrimônio do conhecimento.

Tudo isso impulsionou ações que também marcaram a história da nossa Ciência, a exemplo da implementação do Programa de Educação Profissional Continuada (PEPC), do Programa Excelência na Contabilidade, que fomenta a realização de cursos de pós-graduação *stricto sensu* em Contabilidade, com a formação de mestres e doutores, e do Exame de Qualificação Técnica para auditores e peritos contábeis.

Além disso, o CFC e a Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC) trabalharam em torno de uma Proposta Nacional de Conteúdo para o curso de graduação em

Ciências Contábeis, com sugestão de temas que devem ser abordados pelas Instituições de Ensino Superior para uma boa formação dos alunos.

Assim, podemos afirmar que hoje as faculdades de Ciências Contábeis encontram-se mais bem preparadas e aparelhadas para oferecer cursos de Contabilidade de qualidade e formar profissionais capacitados para atender às demandas do exigente mercado de trabalho.

O resultado do Exame hoje – como pode ser constatado nas próximas páginas – demonstra que, quando temos a plena convicção de que a causa é nobre, precisamos trabalhar para mudar realidades e abrir mentes. Como as pessoas temem o novo, as resistências e os questionamentos foram naturais, mas a consolidação do Exame demonstra, efetivamente, o nosso grande papel e a nossa responsabilidade para com a sociedade que precisamos proteger.

Ao ler este compêndio da História do Exame de Suficiência, tenho o sentimento do dever cumprido, principalmente por ter a absoluta certeza de que a implantação dessa eficaz ferramenta de avaliação tem contribuído de forma efetiva para a melhoria dos cursos de graduação em Ciências Contábeis no País, constituindo-se como um forte indicador da qualidade dos cursos, nivelando por cima os futuros profissionais.

Contador José Martonio Alves Coelho

1. REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO - O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DE 1946 A 1999

A edição do Decreto-Lei n.º 9.295, em 27 de maio de 1946, regulamentando a profissão e criando os Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade, foi o resultado de movimentos presentes na sociedade brasileira e decorrentes das influências econômicas, sociais e políticas daquele período marcado, em grande medida, pelos cenários pós-Getúlio Vargas e pós-Segunda Guerra Mundial. Cada um desses movimentos, com seus pioneiros e bravos precursores da Ciência Contábil no território nacional – como João de Lyra Tavares e Francisco D’Áuria, entre vários outros –, acrescentou uma peça que ajudou a construir a engrenagem sobre a qual permanece se desenvolvendo, continuamente, a Contabilidade brasileira.

Em outra vertente, a organização da formação profissional também prosperava, constituindo-se fator preponderante no processo de regulamentação da área. Os novos atos que passariam a ser emanados do Plenário do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), a partir de 1946, contaram com impulsos prévios da consolidação do ensino em nível nacional. Em 1943, por meio do Decreto-Lei n.º 6.141, foram criados o regime e as bases do ensino comercial no Brasil, que incluiu o curso de Contabilidade. Logo depois, em 1945, a edição do Decreto n.º 7.938 consolidou o ensino técnico em grau superior em Ciências Contábeis e Atuariais.

As linhas iniciais da ata da 1ª Reunião Plenária do CFC registram um marco histórico para o exercício da profissão, como se segue:

“Às quatorze horas do dia 21 de agosto do ano de mil novecentos e quarenta e seis, na sala 855 do Ministério do Trabalho, sob a presidência do Conselheiro Paulo Lira e com a presença dos conselheiros acima assinados, realizou-se a primeira reunião do Conselho Federal de Contabilidade”.

A partir desse ato, somaram-se muitas conquistas. De imediato, seguiram-se as deliberações para a instalação e a organização dos Conselhos Regionais de Contabilidade e, em pouco tempo, foram estabelecidas as normas para o registro de diplomas e expedição da carteira profissional.

Assim como uma casa arrumada, a ordem gera progresso. As deliberações do Plenário do CFC se multiplicaram em direção aos pleitos da classe. Já nos primeiros anos da regulamentação da profissão, tornou-se atividade privativa dos con-

tabilistas a escrituração dos livros fiscais; a antiga profissão de guarda-livros passou a ser composta por duas categorias: Contador e Técnico em Contabilidade; e uma antiga e importante demanda da classe foi atendida, aprovando-se o Código de Ética Profissional do Contabilista, em 1970. Esses são apenas alguns destaques, já que, no decorrer das décadas, até a virada do século, foram produzidas centenas de deliberações.

Dentro do foco da missão institucional de registrar e fiscalizar o exercício da Contabilidade no Brasil, destacam-se a criação do Regulamento dos Procedimentos Processuais e a implantação do processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, que teve início com as alterações da Lei das Sociedades Anônimas (6.404/1976), promovidas pelas leis n.ºs 11.638/2007 e 11.941/2009. Já na área técnica, as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs) passaram a ser editadas para estabelecer conceitos doutrinários, regras e procedimentos aplicados ao exercício profissional. As normas é uma indicação de conduta obrigatória, afirmava o professor Ynel Alves de Camargo, presidente do Conselho Federal de Contabilidade (Gestão 1974 a 1977).

Há de se registrar que, desde sua a criação, o Conselho Federal de Contabilidade, alinhado ao processo da globalização econômica e aos padrões internacionais da profissão, tem envidado esforços no sentido de promover o seu fortalecimento institucional, a participação mais decisiva da classe no mercado de trabalho e o reconhecimento da importância da Contabilidade para o desenvolvimento da economia brasileira.

Nesse sentido, visando promover a melhoria do conhecimento técnico dos profissionais da contabilidade, em 1999, sob a presidência do contador José Serafim Abrantes, o então vice-presidente Operacional do CFC, contador José Martonio Alves Coelho, apresentou a proposta para realização do Exame de Suficiência como um dos requisitos para obtenção do registro profissional. Em julho daquele mesmo ano, por força da Resolução n.º 853, ficou instituída a realização do Exame. A decisão foi registrada durante a 790ª Reunião Plenária, realizada em 26 de julho de 1999.

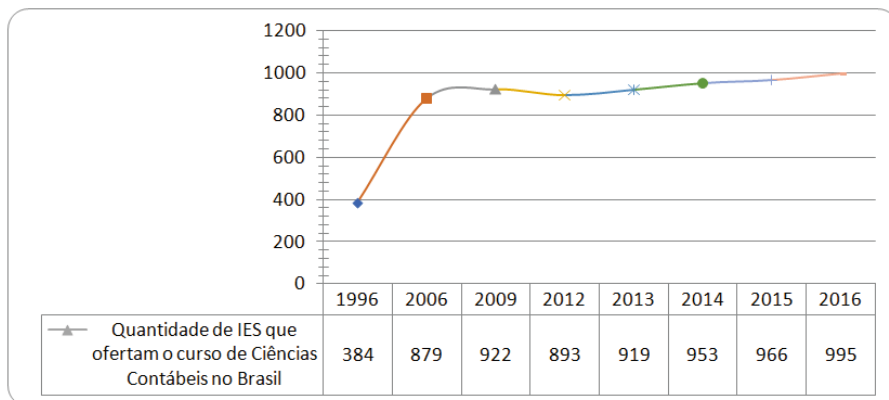
A proposta de realização do Exame nasceu do entendimento de se aferir um nível mínimo de conhecimento ao desempenho das atribuições do profissional da contabilidade, alinhada a uma necessidade identificada de se resguardarem melhorias do ensino contábil no País e, principalmente, em oferecer qualidade nos serviços prestados por esses profissionais à sociedade.

2. CENÁRIO DO ENSINO DA CONTABILIDADE NO PAÍS

Desde meados do século XX, quando surgiu o primeiro curso em Ciências Contábeis, na Universidade de São Paulo, várias Instituições de Ensino Superior (IES) difundiram esta área de saber pelo Brasil, existindo, em 2016, 995 instituições de ensino superior que oferecem o curso de Ciências Contábeis nos formatos “presencial” e “a distância” (MEC, 2012).

A partir de 1996, houve um aumento significativo no número de instituições que ofereciam o curso de Ciências Contábeis no País. Conforme se verifica no Gráfico 1, no período de 1996 a 2016, houve um incremento de, aproximadamente, 154% no número dessas instituições. Ressalte-se que esse incremento foi mais acentuado na primeira década desse período, quando se verifica um incremento de 129% nesse número.

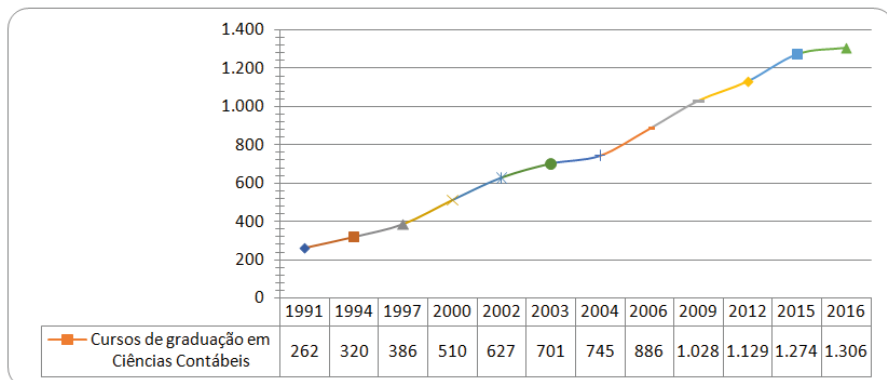
Gráfico 1: Quantidade de IES que ofertam o curso de Ciências Contábeis no Brasil



Nossa (1999; p.37) e MEC/INEP/DEED (2016).

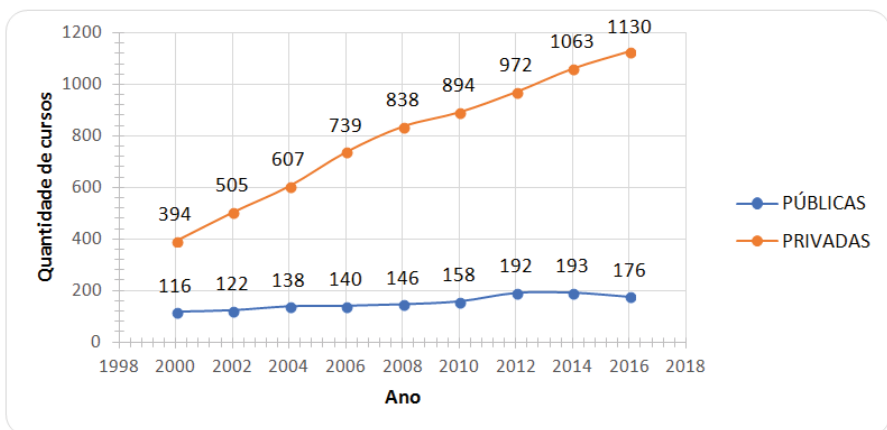
Analisando os dados do Gráfico 1, percebe-se pequena redução no número de IES que oferecem o curso de Ciências Contábeis entre os anos de 2009 e 2012, mas, entre os anos de 2013 a 2016, verifica-se aumento no número de instituições.

É importante destacar que, apesar da redução percebida no número de IES, nos anos de 2009 e 2012, dados dos Inep apontam aumento contínuo no número de cursos de graduação em Ciências Contábeis ofertados por essas instituições, como é apresentado no Gráfico 2. Como reflexo do aumento de IES, verificou-se um aumento no número de cursos no Brasil na ordem de 398%.

Gráfico 2: Quantidade de cursos de Ciências Contábeis no Brasil

Fonte: MEC/INEP/DEED (2016).

Ao se analisar a quantidade de cursos ofertados em IES públicas e privadas, verifica-se que, preponderantemente, esse aumento ocorreu nas instituições privadas, com um aumento de 187%. As instituições públicas tiveram um incremento de apenas 52% dos cursos, como se infere dos dados apresentados no Gráfico 3.

Gráfico 3: Oferta de curso de Ciências Contábeis por IES públicas e privadas

Fonte: MEC/INEP/DEED (2000 a 2016).

As IES públicas, neste caso, abrangem as federais, estaduais e municipais. Observa-se um crescente aumento no número de cursos ofertados pelas IES privadas, ao passo que, nas IES públicas, esse número se mantém de uma forma geral constante.

Vale ressaltar que o número de cursos ofertados difere do número de IES que ofertam os cursos de Ciências Contábeis, diante da perspectiva de oferta de mais de um curso por IES, considerando os turnos que são trabalhados.

Ainda em relação a essas IES, das 995 instituições de ensino superior que possuem graduação em Ciências Contábeis, no ano de 2016, 900 são privadas e 95 públicas. Essa discrepância entre as instituições públicas e privadas tem sido percebida ao longo do tempo e aumentado nos últimos anos. A Tabela 1 evidencia aumento representativo no número de matrículas nas IES privadas, passando dos aproximados 72%, em 1991, para 87%, em 2016. Em relação à IES públicas, o processo acontece de forma inversa, de aproximadamente 28%, em 1991, para 13%, em 2016.

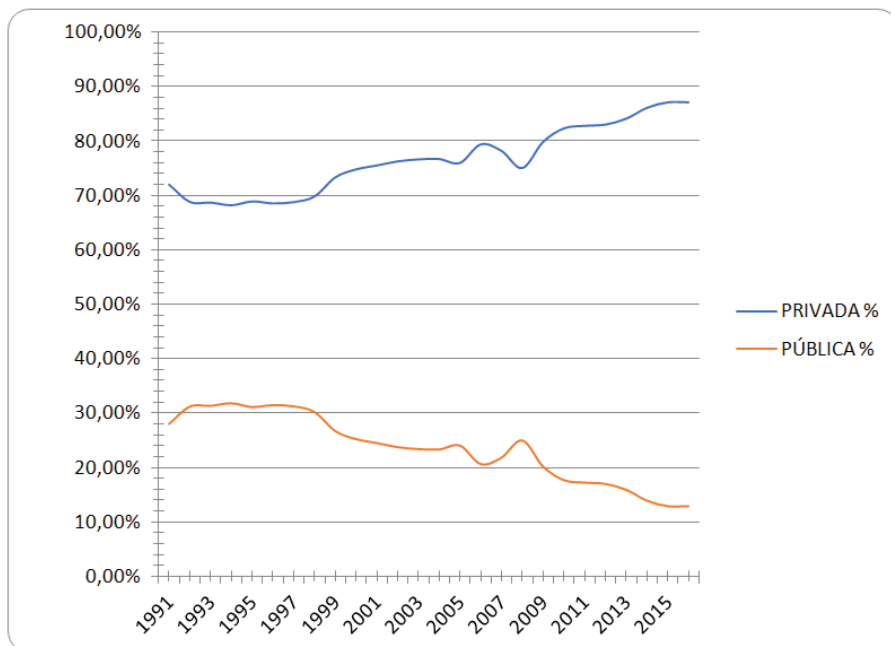
Tabela 1: Matrículas em instituições públicas e privadas (1991 a 2016).

ANO	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
PRIVADA	69.933	65.310	69.275	70.123	73.749	77.215	79.901
PÚBLICA	27.290	29.679	31.679	32.777	33.389	35.536	36.368
PRIVADA %	71,93%	68,76%	68,62%	68,15%	68,84%	68,48%	68,72%
PÚBLICA %	28,07%	31,24%	31,38%	31,85%	31,16%	31,52%	31,28%
TOTAL	97.223	94.989	100.954	102.900	107.138	112.751	116.269
ANO	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
PRIVADA	85.387	93.541	97.502	103.330	112.342	120.945	124.221
PÚBLICA	37.040	34.154	33.011	33.659	35.133	37.046	37.929
PRIVADA %	69,75%	73,25%	74,71%	75,43%	76,18%	76,55%	76,61%
PÚBLICA %	30,25%	26,75%	25,29%	24,57%	23,82%	23,45%	23,39%
TOTAL	122.427	127.695	130.513	136.989	147.475	157.991	162.150
ANO	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
PRIVADA	132.987	143.352	158.644	178.462	187.606	218.057	238.800
PÚBLICA	42.218	37.440	44.492	59.619	47.668	47.107	49.986
PRIVADA %	75,90%	79,29%	78,10%	74,96%	79,74%	82,23%	82,69%
PÚBLICA %	24,10%	20,71%	21,90%	25,04%	20,26%	17,77%	17,31%
TOTAL	175.205	180.792	203.136	238.081	235.274	265.164	288.786
ANO	2012	2013	2014	2015	2016		
PRIVADA	259.702	276.174	302.569	310.434	308.657		
PÚBLICA	53.472	51.857	51.022	48.018	46.768		
PRIVADA %	82,93%	84%	86%	87%	87%		
PÚBLICA %	17,07%	16%	14%	13%	13%		
TOTAL	313.174	328.031	353.591	358.452	355.425		

Fonte: MEC/Inep/Deed (2016).

De forma comparativa, o Gráfico 4 demonstra essa evolução decrescente, nas instituições públicas, e crescentes, nas instituições privadas no número de matrículas.

Gráfico 4: Evolução no número de matrículas nas IES públicas e privadas (1991-2016)



Fonte: MEC/INEP/DEED (2016).

Apesar do aumento no número de IES, com base nos dados do MEC/INEP/DEED (2016), os estados do Acre e Amapá não ofertam nenhum curso de Ciências Contábeis em instituições públicas.

Em termos de quantidade de vagas oferecidas, o curso de Ciências Contábeis é o quinto maior no País. Em 2016, foram ofertadas 314.333 vagas para novos alunos. A Tabela 2 apresenta esses dados em relação às instituições públicas e privadas.

Tabela 2: Vagas ofertadas nos cursos e programas no Brasil

Cursos (Classe Inep) e Programas e/ou Cursos	Vagas Oferecidas				
	Total	Pública	%	Privada	%
TOTAL	7.873.702	572.122	7%	7.301.580	93%
Administração	1.776.462	50.429	3%	1.726.033	97%
Pedagogia	464.691	31.518	7%	433.173	93%
Comunicação Social	332.790	7.927	2%	324.863	98%
Letras	331.855	25.451	8%	306.404	92%
Ciências Contábeis	314.333	12.481	4%	301.852	96%
Educação Física	275.543	15.586	6%	259.957	94%
Engenharia civil	259.562	11.490	4%	248.072	96%
Direito	245.956	19.597	8%	226.359	92%
Demais cursos	3.872.510	397.643	10%	3.474.867	90%

Fonte: Inep (2016).

Como acontece com os demais cursos, verifica-se que 96% das vagas são ofertadas por IES particulares, enquanto apenas 4% são oferecidas pelas instituições públicas.

Em 2016, foram matriculados 355.425 discentes no curso de Ciências Contábeis no Brasil, conforme se apresenta na Tabela 3. No que se refere à educação a distância, são 59 cursos de Ciências Contábeis no Brasil, que, no ano de 2016, receberam um total de 102.242 matrículas. Esses números colocam o curso entre os dez maiores cursos de educação a distância do País (MEC, 2016). Apesar de se ter uma quantidade significativa de matriculados, o curso apresentou apenas 12.550 concluintes.

Tabela 3: Distribuição das matrículas por modalidade de cursos

Matrículas dos Cursos de Graduação Curso de Ciências Contábeis -	Presencial	EAD	TOTAL
	253.183	102.242	355.425

Fonte: Inep (2016).

Em relação ao número de concluintes, o curso de Ciências Contábeis é o quarto maior, como mostram os dados da Tabela 4.

Tabela 4: Concludentes dos cursos no Brasil

Cursos de graduação	Concluintes				
	Total	Pública	%	Privada	%
TOTAL	1.169.449	246.875	21%	922.574	79%
Administração	241.747	21.254	9%	220.493	91%
Pedagogia	125.972	23.149	18%	102.823	82%
Direito	107.909	12.206	11%	95.703	89%
Ciências Contábeis	55.302	6.343	11%	48.959	89%
Educação Física	39.158	7.600	19%	31.558	81%
Comunicação Social	36.714	4.456	12%	32.258	88%
Enfermagem	35.398	5.555	16%	29.843	84%
Engenharia civil	35.360	5.605	16%	29.755	84%
Demais cursos	491.889	160.707	33%	331.182	67%

Fonte.: Inep (2016).

Apesar desse número de cursos de Ciências Contábeis no Brasil, questiona-se se esses profissionais estão recebendo uma educação de qualidade. Segundo Iudícibus e Marion (1986), uma das causas que prejudicam a qualidade do ensino da Contabilidade é a proliferação de instituições de Ciências Contábeis, inclusive das instituições particulares, muitas delas visando, exclusivamente, ao lucro. Nossa (1999a, 1999b) complementa essa afirmação apontando as seguintes causas de prejuízo ao ensino contábil: a expansão extraordinária do número de cursos; falta de investimentos por parte das instituições; maior atratividade do mercado profissional; e reduzido número de cursos de mestrado e doutorado. No mais, apontam Andere e Araújo (2008, p. 92):

Essa rápida evolução pode ser indicador de que o mercado e a sociedade estão valorizando o profissional de Contabilidade. No entanto, esse crescimento traz preocupação quanto à acessibilidade dessa educação e principalmente quanto à qualidade dos cursos, sendo assim uma das principais críticas relacionadas a essa expansão. Tal fenômeno proporciona, de maneira direta e indireta, crescente interesse na base da formação do profissional contábil, ou seja, no ensino contábil, confirmando-se com o aumento das pesquisas focadas em educação.

Nesse contexto, Araújo (2002, p. 51-52) discorre acerca dos problemas no ensino em Ciências Contábeis afirmando que:

Os problemas identificados referentes à metodologia de Ensino em Contabilidade estão ligados à ausência de uma estratégia adequada de desenvolvimento de recur-

mentos humanos nas instituições de Ensino Superior, no que se refere aos professores de Contabilidade; ao baixo nível de conhecimentos básicos, por parte dos alunos que ingressam na faculdade para o curso de graduação em Ciências Contábeis, bibliotecas deficientes; falta de materiais didáticos adequados; deficiência de recursos modernos para o ensino superior de contabilidade; inadequação das salas de aula no que se refere às condições de acústica, iluminação, temperatura, mobiliário, número de alunos, homogeneidade de conhecimento e motivação para a aprendizagem.

Adicionalmente, o autor ainda afirma:

Em relação à pesquisa e produção científica, o principal problema é a ausência de hábito de pesquisar, tanto dos docentes quanto dos discentes; estes mantêm atitudes passivas na sala de aula, esperando que os professores lhes transmitam os conhecimentos desejados. Há deficiência de titulação e qualificação dos docentes; inadequação dos currículos de graduação em face das constantes mudanças de mercado causadas pela globalização; dificuldades dos professores cursarem pós-graduação, tanto pelo número limitado de tais cursos, como pela dificuldade para conciliar o curso com suas atividades profissionais. Os professores encontram dificuldades relacionadas com o domínio da tecnologia da informação, como instrumento de ensino na área da contabilidade; as instituições de ensino encontram dificuldades para decidir quanto devem investir em hardware e software, pois o desenvolvimento de novos produtos é muito rápido. São poucos os professores com conhecimentos profundos sobre métodos quantitativos aplicados à contabilidade. A grande maioria ensina o que sabe e muitas vezes os conteúdos programáticos dessa disciplina estão dissociados da realidade negocial atual.

Sendo assim, as instituições de ensino superior devem estar atentas para as mudanças mundiais que afetam o ensino da Contabilidade e refletir sobre o seu futuro: “Assuntos como grade curricular, formas de interdisciplinaridade, qualidade do ensino, articulação entre teoria e prática, formação do professor, formas de aprendizagem, entre outras, têm sido foco de pesquisas relacionadas à educação contábil” (Moraes Júnior, Vasconcelos & Monte, 2014, p. 40). Além disso, o seu papel no desenvolvimento dos profissionais é fundamental, como ressaltam Splitter e Borba (2014, p. 138):

As Instituições de Ensino Superior (IES) também possuem papel fundamental para a mudança da imagem do contador e, por isso, devem proporcionar, além da for-

mação técnica desse futuro profissional, o desenvolvimento de habilidades interpersonais, de comunicação e de gestão, habilidades essas tão solicitadas pelo mercado e pela própria sociedade.

Em complemento, para Schmidt (1996), a comunidade contábil deve ponderar sobre os assuntos relacionados no Quadro 1.

Quadro 1: As mudanças da Contabilidade no século XX.

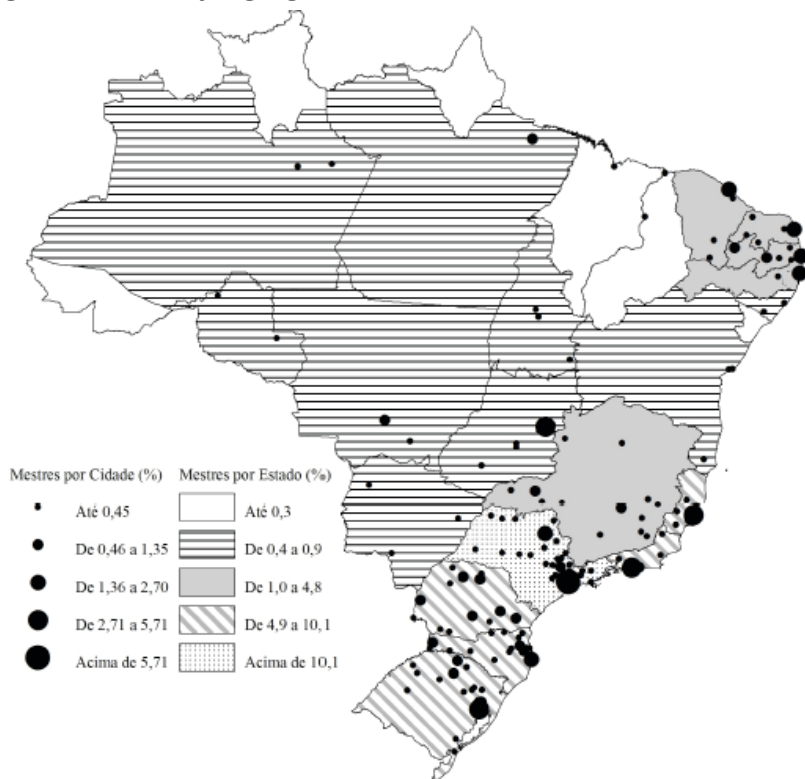
Sofisticação do usuário	Os usuários das demonstrações contábeis estão cada vez mais sofisticados. Analistas financeiros, investidores, credores, administradores, potenciais investidores, etc., dominam cada vez mais novas tecnologias de análise de informações. Os usuários estão exigindo que as informações contábeis sejam cada vez mais úteis, ou seja, que as informações sejam rápidas, precisas, abrangentes, etc.
Complexidade das informações e dos processos de comunicação	Como a complexidade das atividades a serem reveladas pela Contabilidade aumentou nos últimos anos, os sistemas contábeis estão sofrendo grandes modificações para se tornarem capazes de acompanhar esta evolução. Elementos como a globalização da economia, os mais recentes instrumentos de gerenciamento, os novos desenvolvimentos tecnológicos, principalmente computacionais, fizeram com que os sistemas contábeis expandissem enormemente o leque de atividades a serem reveladas. Aliado a isto, os processos de informação tomaram outras formas, aumentando a capacidade de dados processados e a velocidade de processamento destes dados, diminuindo a distância entre a atividade a ser revelada e o usuário da informação, especialmente com redes de computação e de comunicação. Hoje, o rastreamento por informações é praticamente instantâneo e a distância inexistente com a utilização de provedores de comunicação através, por exemplo, da internet.
Qualificação profissional	A profissão contábil apresenta realidades regionais muito distintas – especialmente comparando-se com países desenvolvidos –, em que a formação profissional é precária, assim como são precárias as condições de crescimento da própria Contabilidade. Em um mundo onde as mudanças ambientais ocorrem rapidamente, é preciso que os profissionais da contabilidade acompanhem o barco da história, para não se tornarem alvos imóveis pela defasagem.
Globalização da economia	Os sistemas contábeis devem ter a capacidade de fornecer informações úteis, independente de quem seja o usuário e do local em que ele esteja estabelecido. Esta nova situação vai forçar os profissionais a criarem sistemas contábeis com a habilidade para processar um banco de dados comum a todos os usuários. A contabilidade deverá ser capaz de trabalhar com as características regionais de cada usuário, em termos de legislação, de princípios contábeis, de tecnologia, de mercados financeiros, etc.

Fonte: Adaptado de Schmidt (1996, p.456-458)

O atual cenário indica que um dos principais obstáculos que precisa ser enfrentado pela classe contábil é a pequena quantidade de docentes titulados. De acordo com dados acumulados até 31/12/2017 da Associação Nacional de Pós-graduação em Ciências Contábeis (Anpcont) (2018), têm-se no Brasil 4.772 mestres e 413 doutores, não tendo sido encontrados estudos que comprovem se eles estão em atividade de docência e pesquisa.

Em relação à distribuição geográfica dos titulados como mestres, verifica-se uma concentração acentuada na região Sudeste do Brasil, reunidos em São Paulo, como se verifica na Figura 1.

Figura 1: Distribuição geográfica de mestres em Contabilidade no Brasil



Fonte: Moraes (2009, p.57)

Essa situação torna-se preocupante, em virtude do que dispõe o Art. 52, inciso II da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996, determinando que as universidades devam ter “um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado”.

Araújo (2002, p. 44) corrobora essa afirmação: “Um dos maiores problemas enfrentados atualmente pelos cursos de Ciências Contábeis, com pequenas exceções, é a falta de docentes com formação de mestrado e doutorado”.

Agrava-se a situação quando se verifica, além da localização, que nem todos os mestres e doutores, necessariamente, estão dedicados ao magistério. Em novembro de 2016, o número de acadêmicos com doutorado registrados na plataforma Lattes de currículos acadêmicos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) era de 218.562, considerando-se todas as áreas de conhecimento. Destes, 61,5% encontravam-se atuando em ensino e pesquisa, e os demais em atividades Técnicas e Administrativas. Além disso, na maioria dos estados, 75% ou mais do total de doutores estão concentrados nas capitais (ALMEIDA, ZANLORENSSI, 2017).

O Quadro 2 apresenta as IES brasileiras que, atualmente, possuem cursos de mestrado ou doutorado na área.

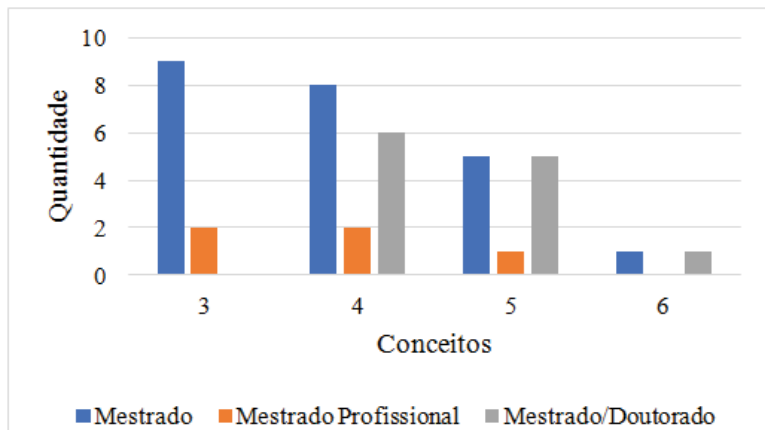
Quadro 2: IES com cursos de mestrado ou doutorado em Ciências Contábeis.

Ano	UF	Sigla	Nome programa	Grau	Conceito	
1	2017	ES	UFES	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	Mestrado	4
2	2017	GO	UFG	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	Mestrado	3
3	2017	MS	UFMS	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	Mestrado	3
4	2017	PE	UFRPE	CONTROLADORIA	Mestrado	3
5	2017	PR	UEM	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	Mestrado	3
6	2017	RJ	UERJ	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	Mestrado	3
7	2017	RN	UFRN	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	Mestrado	3
8	2017	RS	UFRGS	CONTROLADORIA E CONTABILIDADE	Mestrado	3
9	2017	SC	UNOCHAPECÓ	CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO	Mestrado	3
10	2017	SP	PUC/SP	CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS	Mestrado	3
11	2017	SP	UNIFECAP	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	Mestrado	4
12	2017	CE	UFC	ADMINISTRAÇÃO E CONTROLADORIA	Mestrado Profissional	4
13	2017	ES	FUCAPE	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	Mestrado Profissional	5
14	2017	RJ	FUCAPE-RJ	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	Mestrado Profissional	3
15	2017	SP	FIPECAFI	CONTROLADORIA E FINANÇAS	Mestrado Profissional	3
16	2017	SP	UPM	CONTROLADORIA E FINANÇAS EMPRESARIAIS	Mestrado Profissional	4
17	2017	CE	UFC	ADMINISTRAÇÃO E CONTROLADORIA	Mestrado/Doutorado	4
18	2017	DF	UNB	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	Mestrado/Doutorado	4
19	2017	ES	FUCAPE	ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS	Mestrado/Doutorado	5
20	2017	MG	UFMG	CONTROLADORIA E CONTABILIDADE	Mestrado/Doutorado	4
21	2017	MG	UFU	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	Mestrado/Doutorado	4
22	2017	PB	UFPB-JP	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	Mestrado/Doutorado	4
23	2017	PE	UFPE	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	Mestrado/Doutorado	4
24	2017	RJ	UFRJ	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	Mestrado/Doutorado	5
25	2017	RS	UNISINOS	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	Mestrado/Doutorado	5
26	2017	SC	FURB	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	Mestrado/Doutorado	5
27	2017	SP	USP/RP	CONTROLADORIA E CONTABILIDADE	Mestrado/Doutorado	5
28	2017	SP	USP	CONTROLADORIA E CONTABILIDADE	Mestrado/Doutorado	6

Fonte: Capes (2017).

O Brasil conta com um total de 28 cursos de Mestrado, sendo 23 Acadêmicos e cinco profissionais, e 12 Doutorados. Como demonstrado no Gráfico 5, tais cursos são avaliados com conceito três (11 cursos), conceito quatro (16 cursos), conceito cinco (11 cursos) e conceito seis (2 cursos).

Gráfico 5: Distribuição dos conceitos dos programas de Mestrado e Doutorado



Fonte: Capes (2017).

Além de existir, ainda, um número pequeno de mestres e doutores, a distribuição de tais profissionais é desigual entre as regiões. Moraes (2009, p. 56) constatou que os mestres em Contabilidade estão localizados: 54,4% na região Sudeste; 24,4% na região Sul; 11,6% na região Nordeste; 7,2% na região Centro-Oeste; e 1,5% na região Norte. Esta distribuição é consistente com o número de programas de pós-graduação existentes à época da realização da pesquisa: 50% na região Sudeste; 28,6% na região Sul; 14,3% na região Nordeste; e 7,1% na região Centro-Oeste. Em relação ao número de doutores em contabilidade, Cunha (2007, p.166) constatou à época de sua pesquisa a seguinte distribuição: 72,1% na região Sudeste; 10,9% na região Sul; 10% na região Nordeste; e 7% na região Centro-Oeste. Neste contexto, Andere e Araújo (2008, p. 96) apontam como deficiências nas competências desses professores:

A falta de conhecimento prático prejudicando a explanação e a exemplificação de problemas contábeis, principalmente aqueles relacionados a temas técnicos e específicos, como é o caso de perícia contábil, contabilidade governamental, auditoria, entre outros; e a falta de conhecimento social e político, afetando discussões relacionadas aos problemas do país, da economia, da ética empresarial, da ética profissional.

3. PROGRAMA EXCELÊNCIA NA CONTABILIDADE: UMA CONTRIBUIÇÃO DO SISTEMA CFC/CRCS PARA FOMENTAÇÃO DO ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO NO PAÍS

O CFC, acompanhando a evolução do processo de ensino nos últimos anos, assimilou a importância da sua participação, enquanto órgão de classe, para a qualificação profissional dos seus filiados. Partindo da premissa de que a formação continuada acadêmica é requisito fundamental para a educação integral do profissional da contabilidade, em 1994, instituiu o Programa Excelência na Contabilidade, que tem como proposta intensificar a realização de cursos de especialização em Ciências Contábeis, participando financeiramente de projetos específicos direcionados a essa finalidade, mediante convênios firmados com instituições de ensino superior recomendadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Em 1997, intensificou a sua ação no sentido de conceder apoio financeiro para realização de cursos de pós-graduação *stricto sensu* em Ciências Contábeis.

É importante frisar que o Conselho Federal de Contabilidade não concede bolsas de estudo nem auxílio financeiro que caracterizem apoio individualizado ao estudante. O subsídio oferecido pelo CFC corresponde a um percentual que incide sobre o valor total do curso e beneficia a todos os integrantes da turma, indistintamente, desde que estes sejam contadores e estejam registrados e regular nos Conselhos Regionais de Contabilidade das respectivas jurisdições.

Cabe enfatizar que, desde 2015, o CFC restringiu a concessão de apoio financeiro somente aos cursos *stricto sensu* em Ciências Contábeis. A Tabela 5 apresenta o total de recursos investidos nesse programa.

Tabela 5: Quantitativo de recursos investidos no programa.

Modalidade*	Recursos despendidos	Qtd. de alunos contemplados
Lato Sensu	R\$ 1.192.701,62	4.272
Stricto Sensu	R\$ 7.848.890,43	749
TOTAL	R\$ 9.041.592,05	5.021

Fonte: CFC (2018).

Nota: As pós-graduações *lato sensu* compreendem programas de especialização e incluem os cursos designados como MBA (Master Business), com duração mínima de 360 horas. Ao finalizar o curso, o aluno obterá certificado e, não,

diploma. As pós-graduações *stricto sensu* compreendem programas de mestrado e doutorado abertos a candidatos diplomados em cursos superiores de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino e ao edital de seleção dos alunos. Ao final do curso, o aluno obterá diploma (MEC, 2009).

O Quadro 3 apresenta as IES que firmaram convênio com o CFC/CRCs, com o objetivo de realização do curso *stricto sensu* em Ciências Contábeis.

Quadro 3: Convênios firmados com o CFC/CRCs – *stricto sensu*

UF	INSTITUIÇÕES
AL	Fucape - Pesquisa Ensino e Participações
AM	Universidade Federal do Amazonas
BA	Fundação Visconde de Cairu
CE	Universidade Federal do Ceará
CE	Universidade de Fortaleza
DF	Universidade de Brasília
ES	Fucape - Pesquisa Ensino e Participações
MG	União de Negócios Administrativos
MT	Universidade Federal de Mato Grosso
MT	Centro Universitário Unirondon
MT	Fucape - Pesquisa Ensino e Participações
PA	Universidade da Amazônia
PI	Fucape - Pesquisa Ensino e Participações
RJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
SC	Universidade do Vale do Itajaí
SC	Fundação Universidade Regional de Blumenau
SC	Universidade de Blumenau
SP	Universidade de São Paulo
SP	Fundação Álvares Penteado
TO	Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Fonte: CFC (2018)

O Quadro 4 apresenta a relação de IES que firmaram convênio com o CFC/CRCs, entre os anos de 1994 e 2015, visando ofertar cursos *lato sensu* em Ciências Contábeis.

Quadro 4: Convênios firmados com o CFC/CRC – *lato sensu*

UF	INSTITUIÇÃO	UF	INSTITUIÇÃO
AC	Faculdades Saber	PE	Universidade Federal de Pernambuco / Fade
AP	Instituto Brasil Extensão e Pós-graduação	PI	Universidade Federal do Piauí
BA	Centro Universitário Jorge Amado	PR	Centro Universitário Positivo
BA	Faculdade Jorge Amado	PR	Universidade Estadual de Ponta Grossa
BA	Universidade Estadual de Feira de Santana	PR	Universidade Estadual de Maringá
BA	Universidade Federal da Bahia	PR	Faculdades Spei
BA	Universidade Católica de Salvador	RO	Universidade Luterana do Brasil
BA	Faculdade São Salvador	RO	Faculdade de Ciências Humanas Exatas e Letras de Rondônia
BA	Faculdade Baiana de Ciências	RO	Faculdade de Ciências Administrativas e de Tecnologia
BA	Universidade Estadual de Feira de Santana	RR	Faculdade Atual da Amazônia
BA	Universidade Católica do Salvador	RS	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul
CE	Universidade Estadual Vale do Acaraú	RS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
CE	Universidade de Fortaleza	RS	Faculdades Riograndenses
CE	Faculdade Metropolitana da Grande Fortaleza	RS	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul
CE	Fundação Visconde de Cairu	RS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - Face
GO	Universidade Católica de Goiás	SC	Universidade de Santa Catarina
MA	Faculdade de Imperatriz	SC	Universidade de Santa Cruz do Sul
MA	Universidade Federal do Maranhão	SC	Universidade do Vale do Itajaí
MG	Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas Machado Sobrinho	SC	Fundação Educacional Regional Jaraguense
MS	Instituto Nacional de Pesquisas e Estudos Tributários	SC	Universidade Comunitária Regional de Chapecó
MT	União das Escolas Superiores Sobral Pinto	SE	Centro de Aperfeiçoamento Profissional de Sergipe / Universidade Cândido Mendes
MT	Faculdades Integradas de Rondonópolis	SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PA	Universidade da Amazônia	SP	Universidade Metodista de Piracicaba
PA	Faculdade Ideal	SP	Universidade Metodista de Piracicaba
PA	Centro Universitário do Pará	SP	Trevisan – Escola Superior de Negócios

Fonte: CFC (2018)

Com mais de duas décadas de realização, esse programa vem oportunizando aos profissionais da contabilidade, especialmente aqueles que atuam como professores nas IES, avançar nas suas qualificações, tornando-se um dos mais importantes programas, perfazendo um total de 5.021 alunos contemplados com os recursos financeiros concedidos pelo CFC. Desde a sua implantação, 4.272 alunos foram contemplados com cursos de especialização (*lato sensu*) e 749 em cursos de mestrado e doutorado (*stricto sensu*), equivalendo a 14,45% do número de mestres e doutores do País, se comparado aos dados apresentados pela Anpcont.

4. EXAME DE SUFICIÊNCIA

4.1 Primeira fase do Exame de Suficiência (2000 a 2004)

4.1.1 Instituição por força de resolução

Em um processo de continuidade e complementarmente às ações do projeto de Excelência na Contabilidade, o CFC, refletindo o interesse da classe de resguardar a qualidade dos serviços prestados aos seus usuários, assim como de valorização do profissional da contabilidade, instituiu, por meio da Resolução CFC n.º 853, de 28 de julho de 1999, o Exame de Suficiência.

Para instituir o sistema de avaliação, o CFC levou em conta que a instituição do Exame de Suficiência vinha sendo analisada e discutida, há longa data, nos eventos dos profissionais da contabilidade, como uma necessidade decorrente do interesse da classe de resguardar a qualidade dos serviços prestados aos seus usuários; que o objetivo do Exame de Suficiência implicaria o atendimento de um nível mínimo de conhecimento necessário ao desempenho das atribuições deferidas ao profissional da contabilidade; e que o Exame de Suficiência como requisito para obtenção de Registro Profissional em CRC se revestiria da função de fiscalização do exercício profissional, em caráter preventivo.

Assim, invocando ainda as prerrogativas do Art. 12 do Decreto-Lei n.º 9.295, de 27 de maio de 1946, o papel de coordenação do Sistema CFC/CRCs e as atribuições dadas pelo Estatuto dos Conselhos de Contabilidade (Resolução CFC n.º 825/1998), o CFC instituiu o Exame de Suficiência como um dos requisitos para a obtenção de registro profissional em Conselho Regional de Contabilidade.

De acordo com a Resolução n.º 853/1999, o Exame de Suficiência é uma prova de equalização destinada a comprovar a obtenção de **conhecimentos médios**, que leva em conta os conteúdos programáticos desenvolvidos no curso de bacharelado em Ciências Contábeis e no curso de Técnico em Contabilidade.

É importante registrar que, apesar de levar em conta os conteúdos programáticos desenvolvidos nos cursos, o objetivo do Exame de Suficiência é verificar se o candidato apresenta um nível mínimo de conhecimento necessário ao desempenho das atribuições deferidas ao profissional da contabilidade.

O conteúdo a ser cobrado nas provas foi definido pela Resolução n.º 853/1999, conforme apresentado na Tabela 6:

Tabela 6: Conteúdos Programáticos definidos pela Resolução n.º 853/1999

Bacharel em Ciências Contábeis	Técnico em Contabilidade
Auditoria Contábil	
Conhecimentos sociais, econômicos e políticos do País.	
Contabilidade de Custos	Contabilidade de Custos
Contabilidade Geral	Contabilidade Geral
Contabilidade Gerencial	
Contabilidade Pública	
Legislação e Ética Profissional	Legislação e Ética Profissional
Matemática Financeira	Matemática
Noções de Direito Público e Privado	Noções de Direito Público e Privado
Perícia Contábil	
Português	Português
Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade	Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade
Teoria de Contabilidade	

Fonte: Resolução n.º 853/1999

A Resolução previa ainda que as provas deveriam ser elaboradas para respostas objetivas, podendo incluir questões com respostas dissertativas; que haveria aprovação do candidato que atingisse no mínimo 50% dos pontos; e que seriam realizados dois exames por ano.

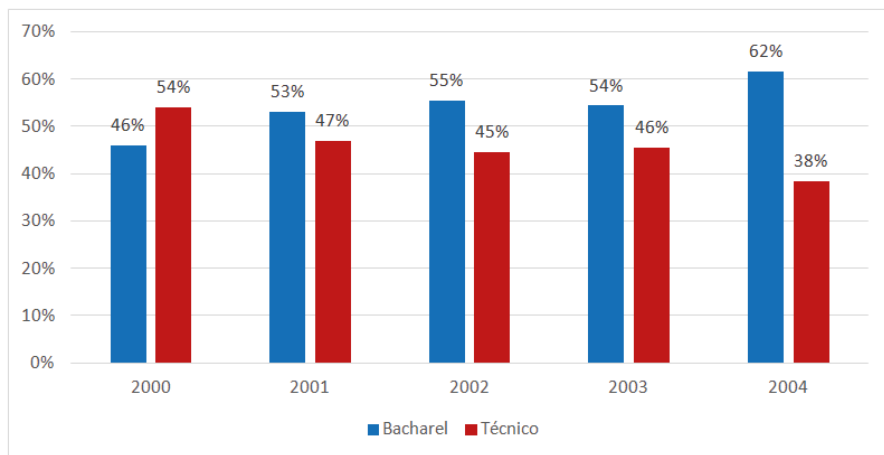
A quantidade de questões da prova não foi objeto da Resolução, tendo sido definido internamente o total de 50 questões.

4.1.2 Breve análise dos resultados da primeira fase do Exame (2000-2004)

A primeira avaliação do Exame de Suficiência foi realizada em março de 2000 e ocorreu, ininterruptamente, duas vezes por ano, até 2004, totalizando dez edições. Durante esse período inscreveram-se para a realização das provas em torno de 150 mil candidatos, dos quais 55% eram Bacharéis e 45% Técnicos em Contabilidade.

Conforme se pode observar do Gráfico 6, no primeiro ano de aplicação do exame, a maioria dos candidatos inscritos (54%) era representada por técnicos em contabilidade. Nos demais períodos, o percentual de bacharéis superou o de técnicos, chegando em 2004 a representar 62% dos inscritos.

Gráfico 6: Evolução do percentual de inscritos por categoria - 1ª Fase do Exame



Fonte: Dados do CFC

Verificando-se a quantidade de candidatos inscritos por região, conforme Tabela 7, observa-se uma grande concentração de candidatos na região Sudeste, embora tal concentração tenha se reduzido ao longo dos anos, em razão do aumento de candidatos das demais regiões, em especial das regiões Nordeste e Sul, que cresceram em representatividade.

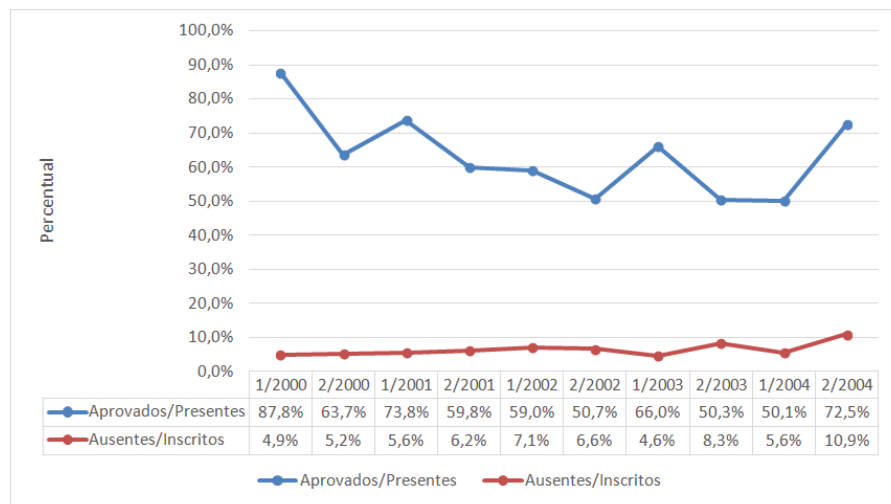
Tabela 7: Evolução do percentual de inscritos por Região – 1ª fase do exame

	2000	2001	2002	2003	2004
Centro-Oeste	10,8%	10,7%	10,2%	9,6%	9,6%
Nordeste	18,7%	16,8%	16,0%	16,0%	22,9%
Norte	6,6%	6,5%	6,4%	6,6%	8,4%
Sudeste	45,3%	47,6%	49,6%	52,1%	34,2%
Sul	18,6%	18,5%	17,8%	15,7%	25,0%

Fonte: Dados do CFC

Considerando-se as 10 edições do exame realizadas durante a primeira fase do exame, 57% dos bacharéis e 41% dos técnicos inscritos obtiveram aprovação.

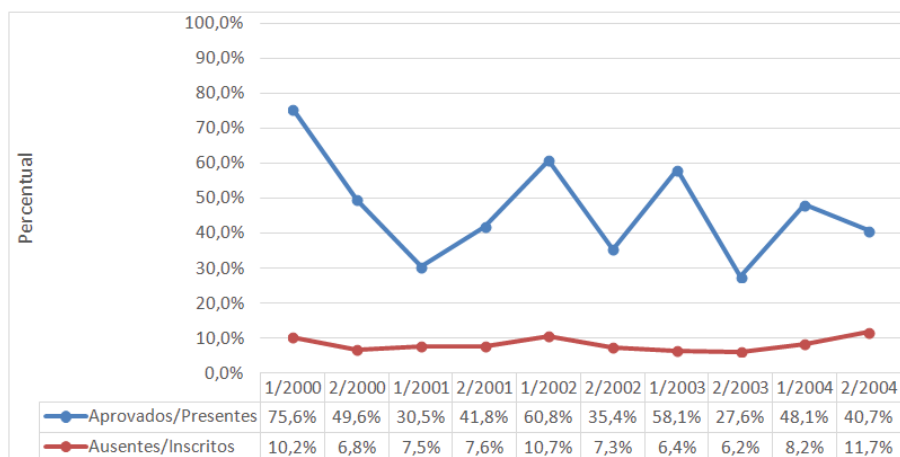
Conforme se observa no Gráfico 7, o percentual de contadores ausentes à prova, em relação ao total de inscritos, situou-se entre 4,6% (no primeiro semestre de 2003) a 10,9% (no segundo semestre de 2004). Verifica-se ainda que o percentual de candidatos aprovados em relação ao total de presentes variou entre 50,1% e 87,8%. Destaca-se que, com base nos dados apresentados, o primeiro exame de suficiência teve o maior índice de aprovação e o menor índice de ausentes.

Gráfico 7 – Contador – 2000 a 2004 – Percentual de Aprovados e Ausentes

Fonte: Dados CFC

Conforme se observa no Gráfico 8, o percentual de técnicos em contabilidade ausentes à prova, em relação ao total de inscritos, situou-se entre 6,2% (no segundo semestre de 2003) a 11,7% (no segundo semestre de 2004), apresentando em geral percentuais de ausência superior aos Contadores. Verifica-se ainda que o percentual de candidatos aprovados em relação ao total de presentes variou entre 27,6% e 75,6%, sendo este o resultado do primeiro exame de suficiência, aplicado no primeiro semestre de 2000.

Gráfico 8 – Técnico em Contabilidade – 2000 a 2004 – Percentual de Aprovados e Ausentes



Fonte: Dados CFC

Os Percentuais de Aprovação são apresentados a seguir segregados por região.

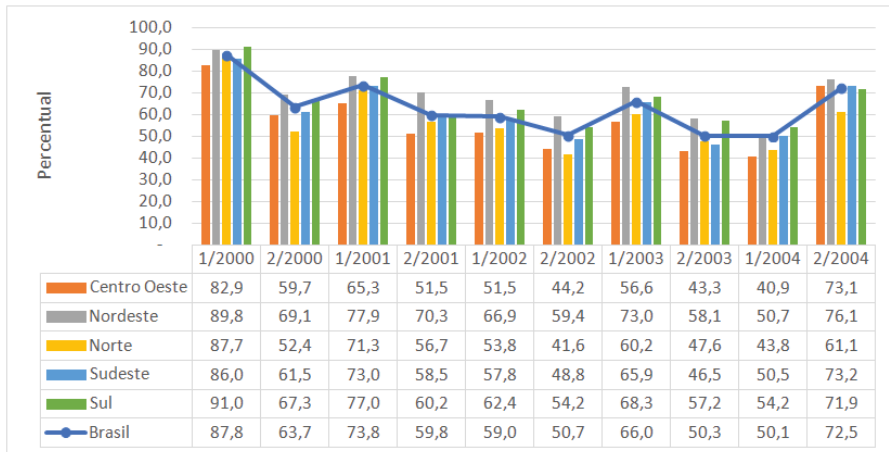
Gráfico 9 – Técnico em Contabilidade – 2000 a 2004 – Percentual de Aprovados por Região



Fonte: Dados do CFC

Verifica-se no Gráfico 9 que as regiões Sul e Sudeste apresentaram percentuais de aprovação de técnicos em contabilidade superior à média nacional em todas as edições.

Gráfico 10 – Contador – 2000 a 2004 – Percentual de Aprovados por Região



Fonte: Dados do CFC

Verifica-se no Gráfico 10 que as regiões Nordeste e Sul apresentaram percentuais de aprovação de contadores superior à média nacional na maioria das edições.

Os resultados dessa fase do Exame de Suficiência foram objeto da publicação no Caderno Analítico do Exame de Suficiência: histórico dos resultados, disponível em: http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/cad_em_suf.pdf, onde constam mais detalhes relativos às provas realizadas naquele período.

Alguns dos resultados apontados por aquele estudo, foram que:

- As regiões Nordeste e Sul apresentam um desempenho acima da média do Brasil em termos de aprovações.
- Em relação à média de aprovações por Unidade da Federação, merece destaque o desempenho dos candidatos no Estado de Sergipe, no qual o índice de aprovação ficou entre 69,8% e 92,9%, ficando inferior à média nacional apenas na primeira edição do exame. Os estados da Bahia, Ceará, Pernambuco, Minas Gerais e Rio Grande do Sul aprovaram, percentualmente, mais candidatos que a média nacional em todas as edições da primeira fase do exame.
- Os candidatos oriundos de Instituições de Ensino Superior públicas conseguiram obter em média melhores resultados (percentual de acertos) que os candidatos oriundos de instituições privadas.

Na obra citada, o CFC também observou que nas Instituições de Ensino Superior, foram ampliados os estudos de ética e de Normas Brasileiras de Contabilidade e houve uma demanda maior dos estudantes por obras técnicas.

4.2 Segunda fase do Exame de Suficiência (2011 a 2018)

4.2.1 Segunda fase do Exame de Suficiência: aplicação regulamentada pela Lei n.º 12.249/2010

O Exame de Suficiência foi suspenso em 2004, por ordem judicial, e só retomado em 2011, após ter sido regulamentado em Lei.

Com a atualização da Lei de Regência da Profissão, em 2010, por meio de dispositivos da Lei n.º 12.249, passou a constar, entre as atribuições do CFC, a letra “f” do Art. 6º: “regular acerca dos princípios contábeis, do Exame de Suficiência, do Cadastro de Qualificação Técnica e dos programas de Educação Continuada; e editar Normas Brasileiras de Contabilidade de natureza técnica e profissional”.

Logo depois da edição da Lei n.º 12.249, o Plenário do CFC decidiu, em reunião realizada no dia 23 de julho de 2010, que os bacharéis em Ciências Contábeis e os técnicos em contabilidade teriam o prazo até 29 de outubro daquele ano para solicitarem o

registro profissional em Conselho de Contabilidade sem a necessidade de realização do Exame de Suficiência. A partir do próximo dia útil, que seria 1º de novembro, passaria a ser obrigatória a aprovação no exame para o exercício da atividade.

A regulamentação do exame como requisito para obtenção ou restabelecimento de registro em Conselho Regional de Contabilidade foi feita pela Resolução CFC n.º 1.301/2010, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 28 de setembro, após ser aprovada pelo Plenário do CFC, em reunião realizada no dia 17 daquele mês.

A Resolução entrou em vigor a partir de sua publicação, estabelecendo desde a conceituação, periodicidade, aplicabilidade, aprovação e conteúdo programático das provas até aspectos da realização e aplicação do exame, além de tratar dos recursos, dos prazos e de questões gerais.

Na Resolução CFC n.º 1.301, foi mantido o conceito já existente na Resolução CFC n.º 853/1999, de que o exame é “uma prova de equalização destinada a comprovar a obtenção de conhecimentos médios, consoante os conteúdos programáticos desenvolvidos no curso de bacharelado em Ciências Contábeis e no curso de Técnico em Contabilidade”.

A Resolução CFC n.º 1.301 manteve a determinação de que as provas deveriam ter questões objetivas, de múltipla escolha, mas também poderiam ser incluídas questões dissertativas. Seriam aprovados os candidatos que acertassem, no mínimo, 50% da prova.

Os conteúdos definidos pela nova Resolução do CFC foram os apresentados na Tabela 8.

Tabela 8: Conteúdos Programáticos definidos pela Resolução n.º 1.373/2011

Bacharel em Ciências Contábeis	Técnico em Contabilidade
Auditoria Contábil	
Controladoria	
Contabilidade de Custos	Contabilidade de Custos
Contabilidade Geral	Contabilidade Geral
Contabilidade Gerencial	
Contabilidade Aplicada ao Setor Público	
Legislação e Ética Profissional	Legislação e Ética Profissional
Matemática Financeira e Estatística	Matemática Financeira
Noções de Direito	Noções de Direito
Perícia Contábil	
Português	Língua Portuguesa
Princípios de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade	Princípios de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade
Teoria de Contabilidade	

Fonte: Resolução CFC n.º 1.373/2011

Comparando-se os conteúdos das duas edições do exame, ocorreram as seguintes modificações:

- a) A prova de técnico que anteriormente incluía Matemática de uma forma geral, passou a cobrar conteúdos de Matemática Financeira, a exemplo do que já ocorria na prova de Bacharel em Ciências Contábeis; e
- b) Dos conteúdos a serem abordados na prova de Bacharel, foi excluído o conteúdo “Conhecimentos sociais, econômicos e políticos do País” e incluído os conteúdos de Estatística e Controladoria.

A Resolução CFC n.º 1.373/2011 foi revogada pela CFC n.º 1.486, de 15 de maio de 2015, que revogou os parágrafos que tratavam do exame para Técnico em Contabilidade, em razão o disposto no § 2º do Art. 12 do Decreto-Lei n.º 9.295/1946, com redação dada pela Lei n.º 12.249/2010.

4.2.2 Análise dos resultados da Segunda fase do Exame de Suficiência (2011 a 2018)

Nesta seção, apresentaremos apenas as análises relativas aos resultados obtidos pelos bacharéis em Contabilidade.

A segunda fase se deu a partir do ano de 2011, após a alteração da Lei de Regência e regulamentação do exame. Foram realizadas até o momento 15 edições de exame e, neste período, o número de inscritos, cumulativamente, foi de 587.881 candidatos¹. A Tabela 9 detalha a quantidade de inscritos e ausentes em cada edição da segunda fase do exame.

1 Esta informação trata da soma da quantidade de inscritos em cada edição do exame

Tabela 9: Quantidade de Inscritos e Ausentes por Edição – 2011 a 2018

Edição	Inscritos	Ausentes	% Ausentes/Inscritos
1º/2011	14.255	872	6,1%
2º/2011	19.690	1.015	5,2%
1º/2012	26.316	1.542	5,9%
2º/2012	32.003	2.777	8,7%
1º/2013	37.229	3.521	9,5%
2º/2013	40.477	3.644	9,0%
1º/2014	43.144	5.028	11,7%
2º/2014	37.066	4.498	12,1%
1º/2015	43.616	5.593	12,8%
2º/2015	43.376	5.354	12,3%
1º/2016	48.043	6.056	12,6%
2º/2016	47.273	6.175	13,1%
1º/2017	54.051	7.102	13,1%
2º/2017	52.663	8.106	15,4%
1º/2018	48.679	4.815	9,9%
Total das 15 Edições	587.881	66.098	11,2%

Fonte: Dados do CFC

Conforme se observa na Tabela 9, cerca de 11% dos candidatos inscritos não compareceram à prova. Na maioria dos anos, o percentual de ausentes ficou próximo à média geral, tendo sido o menor percentual de ausentes, de 5,2%, registrado no exame realizado no segundo semestre de 2011, e o maior percentual, de 15,4%, no exame realizado no segundo semestre de 2017.

Na Tabela 10, é possível verificar que a média geral de aprovação foi de 35,4% dos candidatos presentes às provas nas 15 edições do exame.

Tabela 10: Quantidade de Presentes e Aprovados por Edição – 2011 a 2018

Edição	Presentes	Aprovados	% Aprovados/Presentes
1º/2011	13.383	4.130	30,9%
2º/2011	18.675	10.886	58,3%
1º/2012	24.774	11.705	47,2%
2º/2012	29.226	7.613	26,0%
1º/2013	33.708	12.000	35,6%
2º/2013	36.833	15.891	43,1%
1º/2014	38.116	18.824	49,4%
2º/2014	32.568	13.591	41,7%
1º/2015	38.023	20.715	54,5%
2º/2015	38.022	5.580	14,7%
1º/2016	41.987	17.576	41,9%
2º/2016	41.098	8.948	21,8%
1º/2017	46.949	11.860	25,3%
2º/2017	44.557	12.042	27,0%
1º/2018	43.864	13.231	30,2%
Total das 15 edições	521.783	184.592	35,4%

Fonte: Dados do CFC

Conforme se observa na Tabela 10, o nível de aprovação não é uniforme. Os dois maiores níveis de aprovação ocorreram no segundo semestre de 2011 (58,3%) e no primeiro semestre de 2015 (54,5%), enquanto os dois piores resultados foram verificados no segundo semestre de 2015 (14,7%) e segundo semestre de 2016 (21,8%).

Conforme registros do CFC, dos 530 mil profissionais ativos, 125 mil, ou seja, 23,6%, são profissionais que já passaram pelo crivo do Exame de Suficiência.

As seções a seguir trazem análises mais detalhadas a respeito dos percentuais de aprovação; o percentual de acertos por área do conhecimento; a quantidade de acertos por prova; e os candidatos que se destacaram por obter as maiores pontuações no exame.

Alguns pontos precisam ser destacados para que se possa entender o alcance, mas também as limitações do uso da base de dados relativa ao Exame de Suficiência:

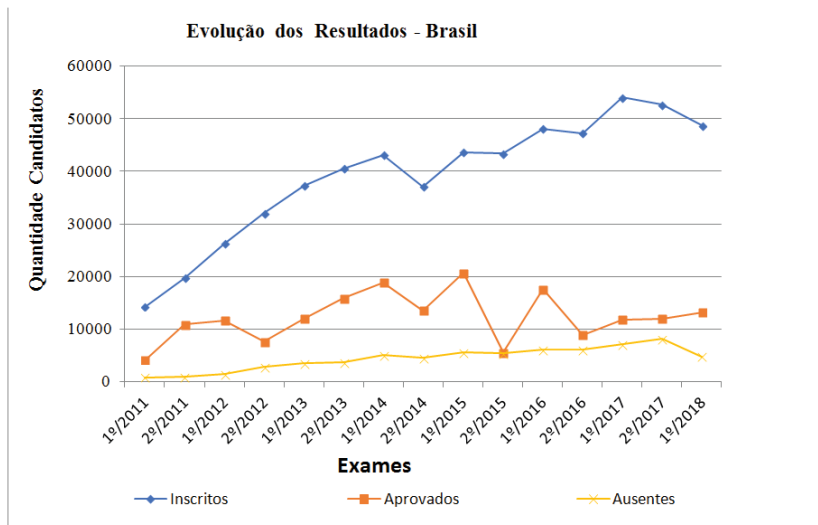
- a) Resultados por Unidade da Federação (UF): a base de dados considera a unidade da Federação (UF) de inscrição/realização da prova. Assim, é possível que um candidato que realizou sua formação em uma determinada UF tenha realizado sua prova em outro estado. Acredita-se que, em razão do volume de dados, essa possibilidade não afeta significativamente os resultados.
- b) Instituição de Ensino Superior (IES) à qual o candidato pertence: essa informação é declarada pelo candidato no momento da inscrição. A verificação da documentação somente é feita no momento que o candidato aprovado requer sua inscrição no CRC.
- c) Nas estatísticas relativas a percentual de aprovados nas instituições públicas x privadas, acertos por área de conhecimento e candidatos em destaque, foram considerados dados relativos às 14 primeiras edições do exame, ou seja, até 2017. As demais estatísticas incluem também os dados relativos exame ao aplicado em junho de 2018.

4.2.3 Desempenho dos candidatos no Exame de Suficiência

4.2.3.1 Resultado Geral

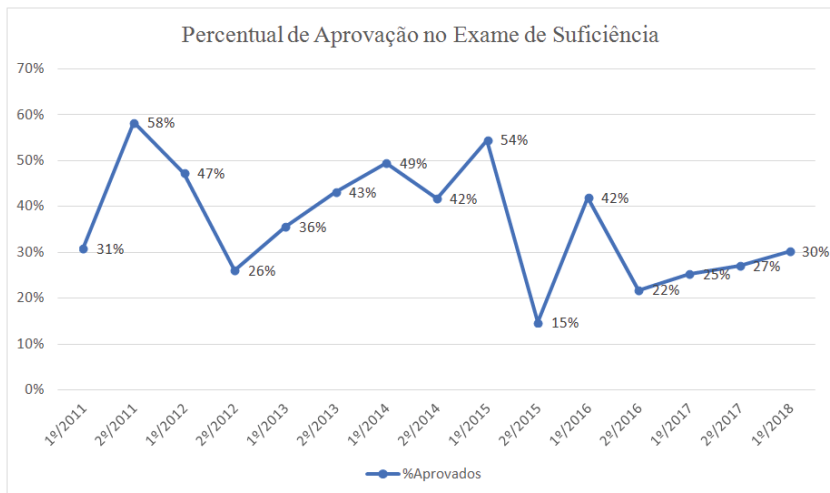
Na segunda fase do Exame de Suficiência, verificou-se um número crescente de candidatos, quando se compara com os 13.383 candidatos que se submeteram ao exame no ano de 2011, como se demonstra no Gráfico 11. Esse crescimento pode ser atribuído ao crescimento de instituições que passaram a ofertar o curso de Ciências Contábeis no Brasil e, também, ao percentual de candidatos que não passaram no Exame de Suficiência e que se submeteram a edições subsequentes.

Conforme apresentado no Capítulo 2, baseado nos dados do Inep (2017), em 2011, o Brasil contava com 856 instituições de ensino e, em 2016, o curso de Ciências Contábeis era ofertado em 995 instituições. Ainda com base nos dados apresentados pelo instituto, tivemos uma elevação de aproximadamente 30% no número de concluintes, no ano de 2016 em relação a 2011.

Gráfico 11: Evolução quantitativa do Exame de Suficiência

Fonte: Dados do CFC

O desempenho dos candidatos no Exame de Suficiência ao longo das 15 edições realizadas nos anos de 2011 a 2018 não apresentam um padrão, em termos percentuais.

Gráfico 12: Desempenho dos candidatos no Exame de Suficiência

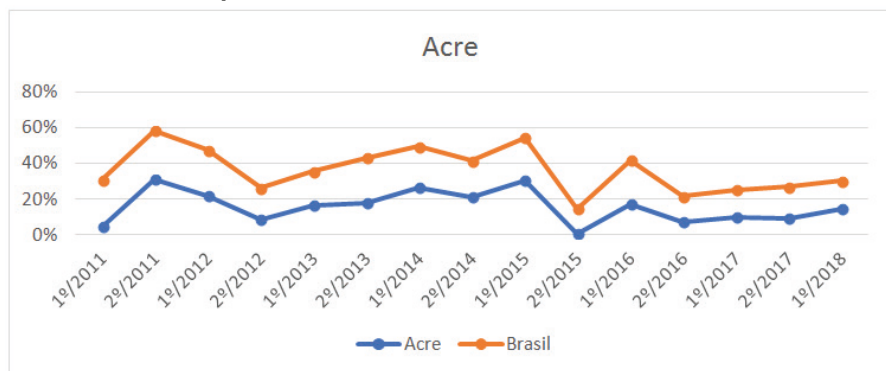
Fonte: Dados do CFC

Ao longo desses anos, conforme se verifica no Gráfico 12, preveleceu em cada edição, com exceção da 1ª edição de 2015, um índice de aprovação de candidatos inferior a 50%. Verifica-se também que, em 2018, o percentual de aprovação se aproxima do percentual apresentado na 1ª edição do exame realizada em 2011.

4.2.3.2 Desempenho por Unidade da Federação e Região

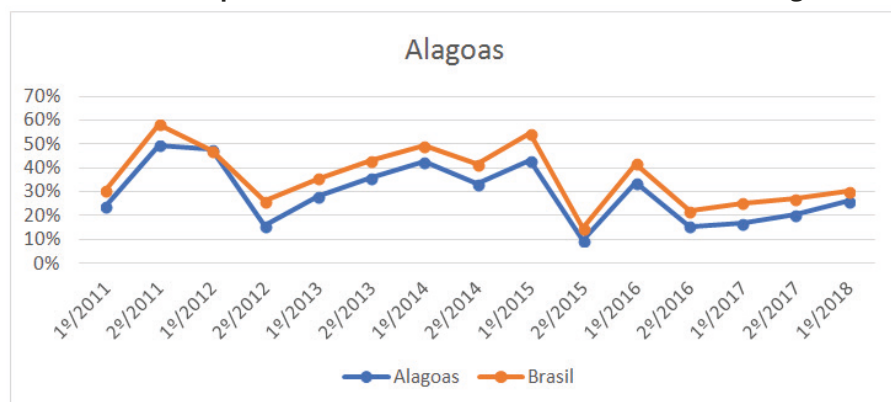
Do Gráfico 13 ao Gráfico 39, está apresentado o percentual de aprovação dos candidatos por Unidade da Federação, em comparação com a média nacional.

Gráfico 13: Desempenho no Exame de Suficiência do Estado do Acre

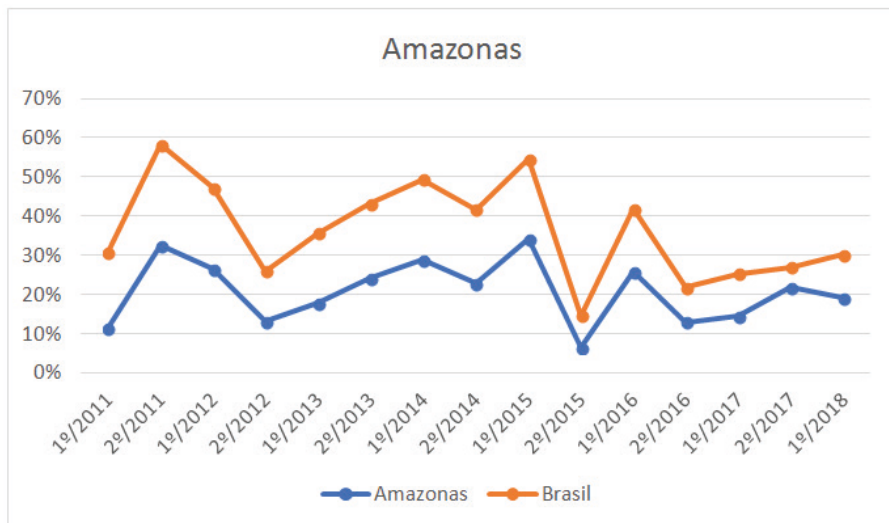


Fonte: Dados CFC

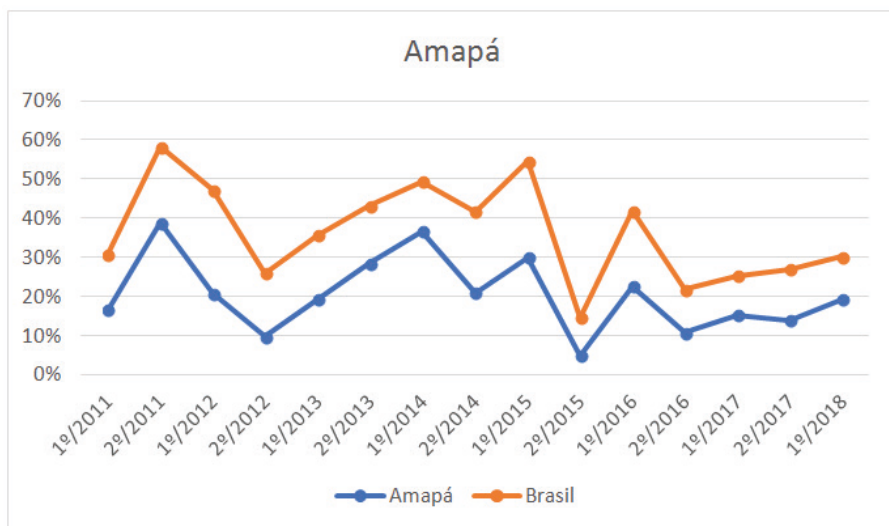
Gráfico 14: Desempenho no Exame de Suficiência do Estado de Alagoas



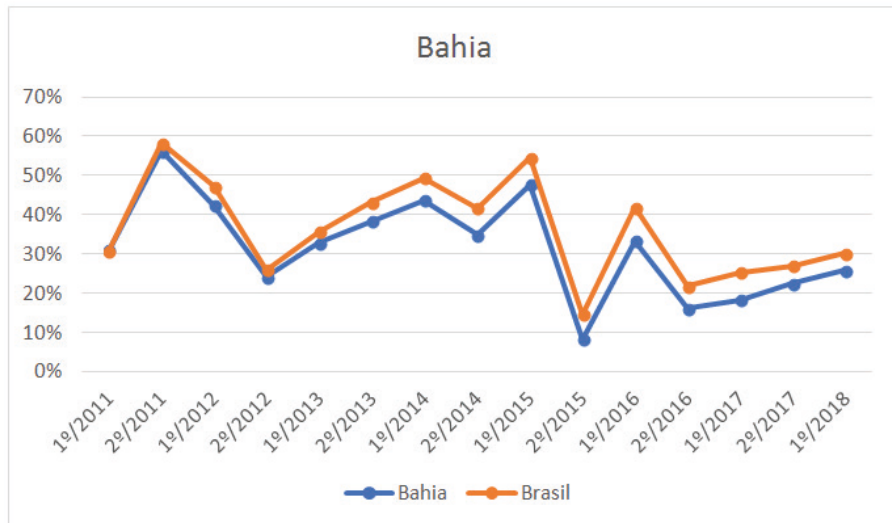
Fonte: Dados CFC

Gráfico 15: Desempenho no Exame de Suficiência do Estado de Amazonas

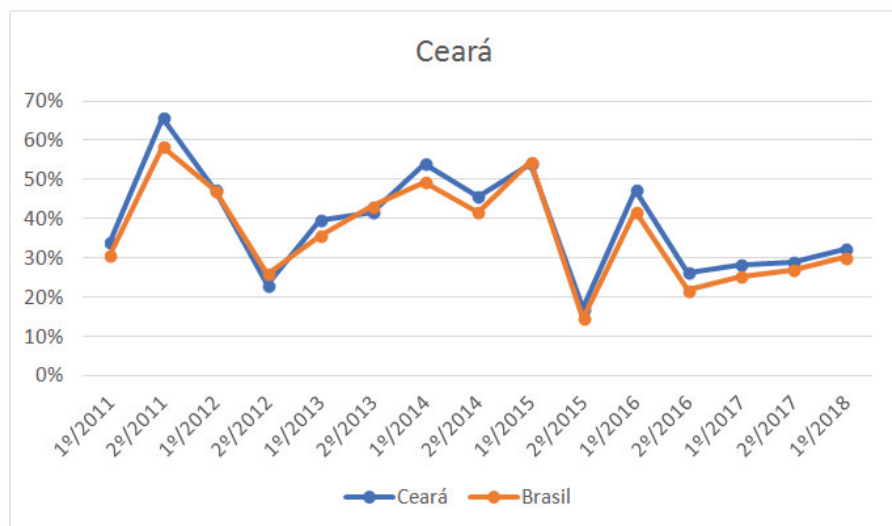
Fonte: Dados CFC

Gráfico 16: Desempenho no Exame de Suficiência do Estado do Amapá

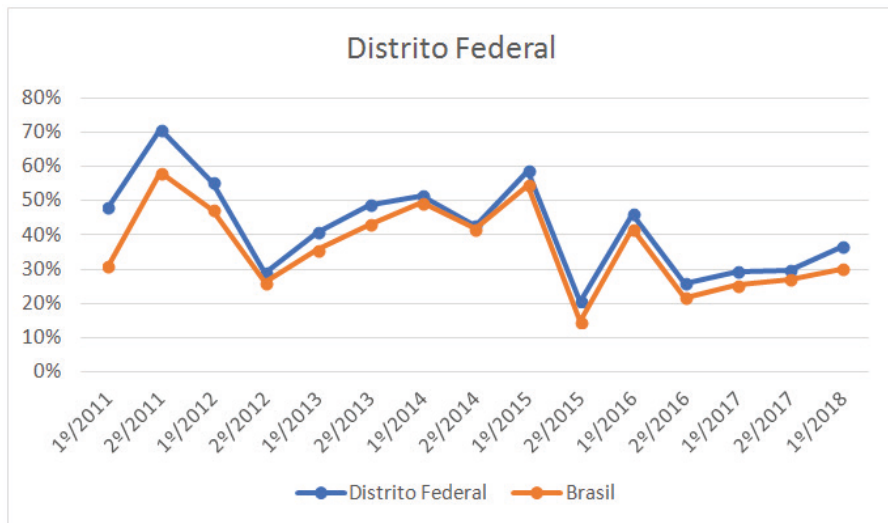
Fonte: Dados CFC

Gráfico 17: Desempenho no Exame de Suficiência do Estado da Bahia

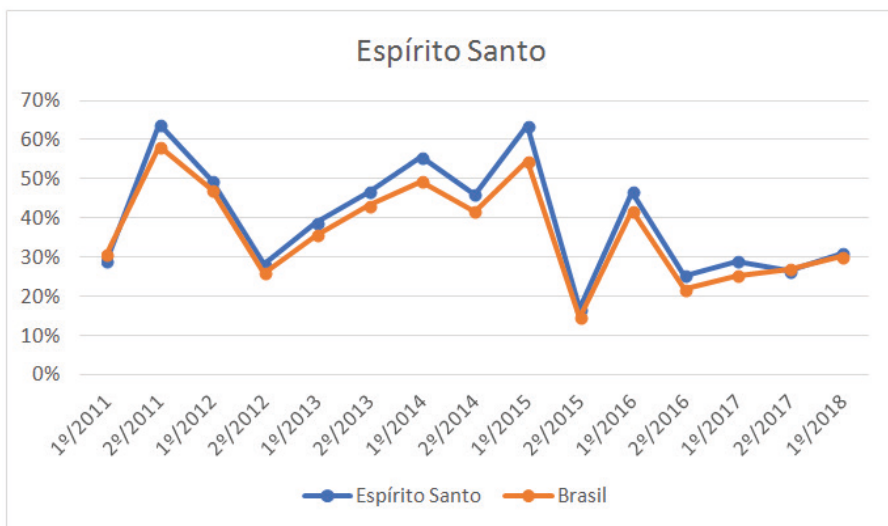
Fonte: Dados CFC

Gráfico 18: Desempenho no Exame de Suficiência do Estado do Ceará

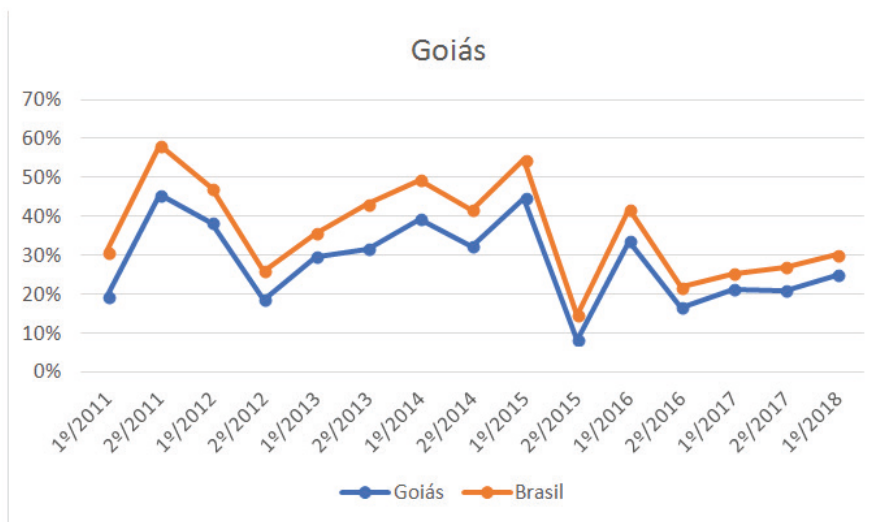
Fonte: Dados CFC

Gráfico 19: Desempenho no Exame de Suficiência do Distrito Federal

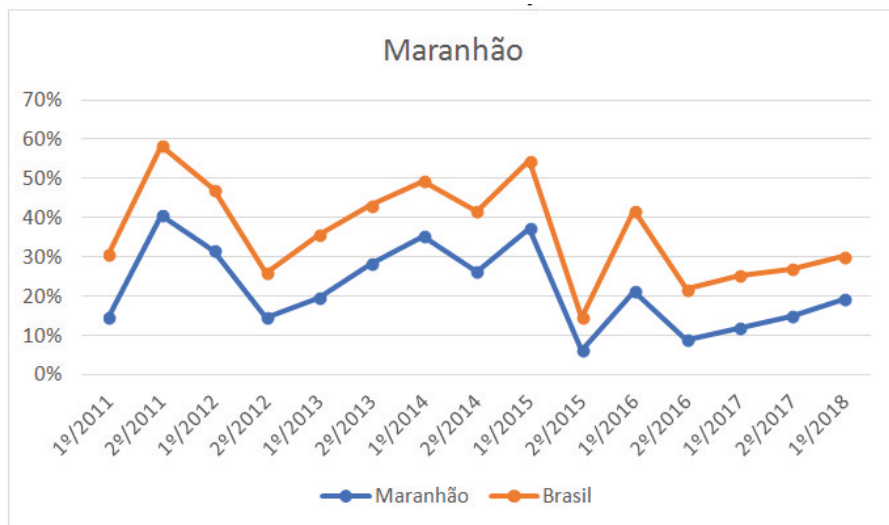
Fonte: Dados CFC

Gráfico 20: Desempenho no Exame de Suficiência do Estado do Espírito Santo

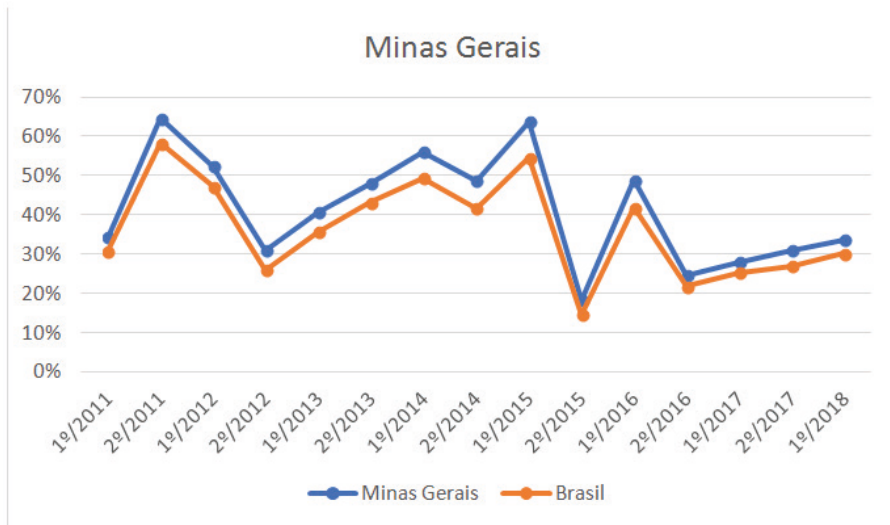
Fonte: Dados CFC

Gráfico 21: Desempenho no Exame de Suficiência do Estado de Goiás

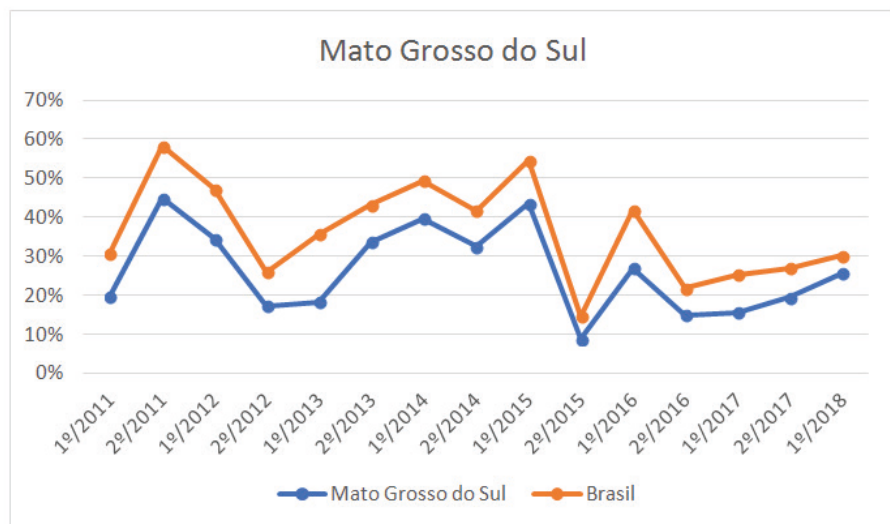
Fonte: Dados CFC

Gráfico 22: Desempenho no Exame de Suficiência do Estado do Maranhão

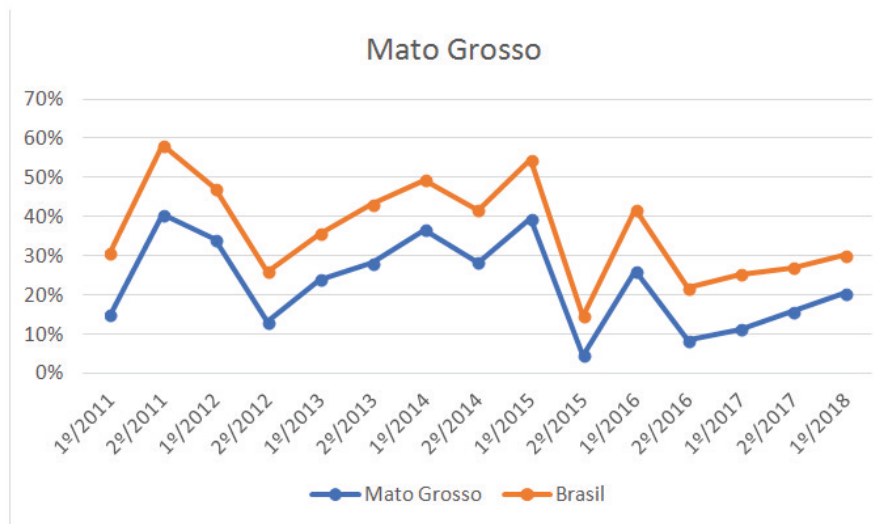
Fonte: Dados CFC

Gráfico 23: Desempenho no Exame de Suficiência do Estado de Minas Gerais

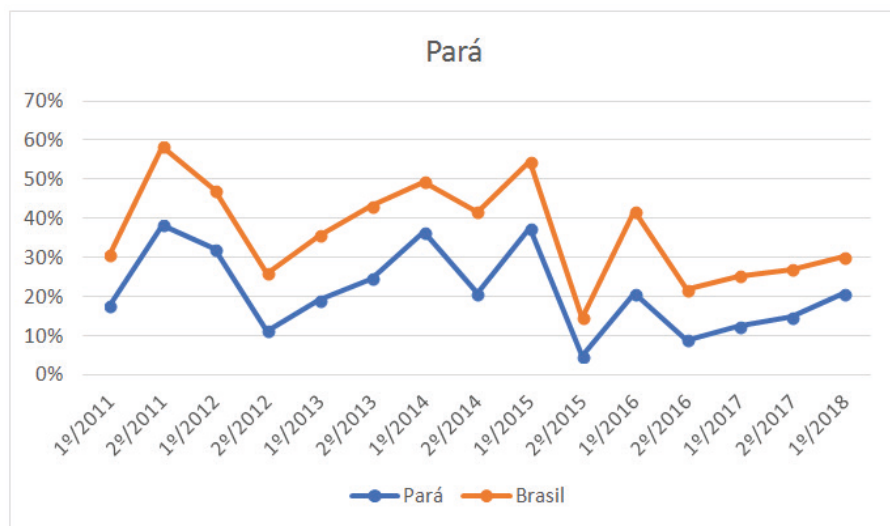
Fonte: Dados CFC

Gráfico 24: Desempenho no Exame de Suficiência do Estado de Mato Grosso do Sul

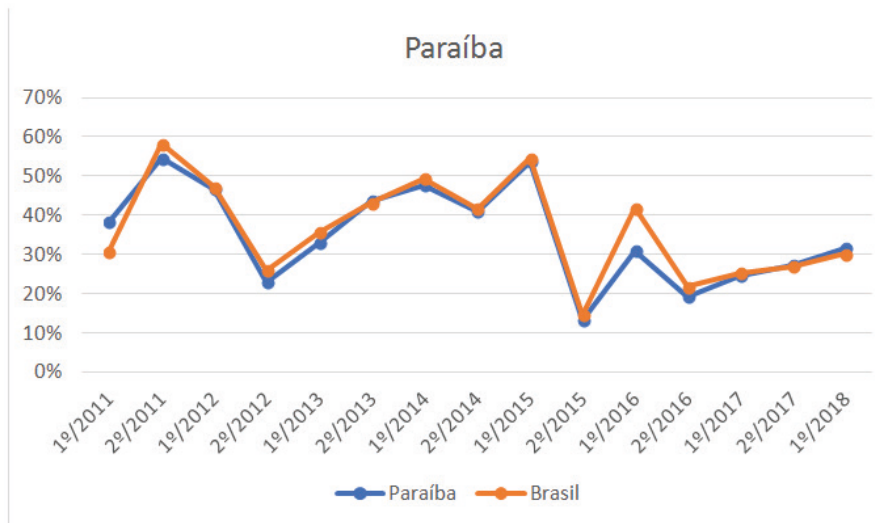
Fonte: Dados CFC

Gráfico 25: Desempenho no Exame de Suficiência do Estado de Mato Grosso

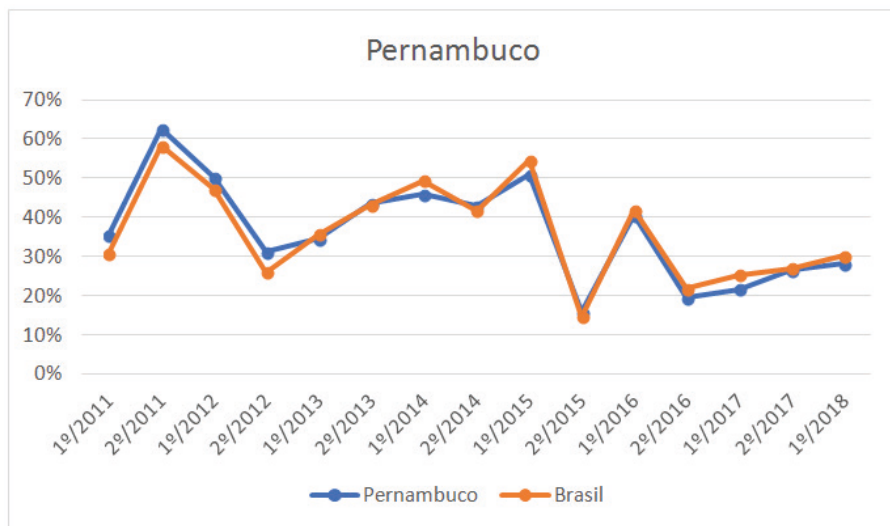
Fonte: Dados CFC

Gráfico 26: Desempenho no Exame de Suficiência do Estado do Pará

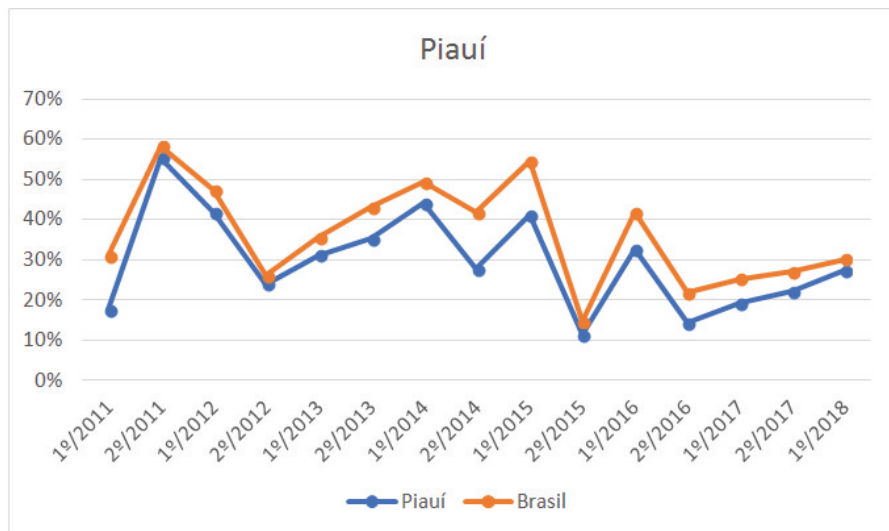
Fonte: Dados CFC

Gráfico 27: Desempenho no Exame de Suficiência do Estado da Paraíba

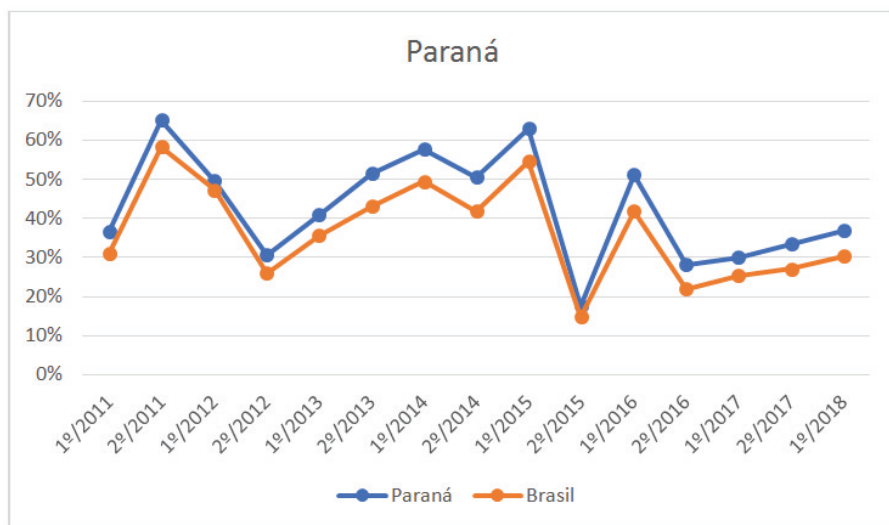
Fonte: Dados CFC

Gráfico 28: Desempenho no Exame de Suficiência do Estado de Pernambuco

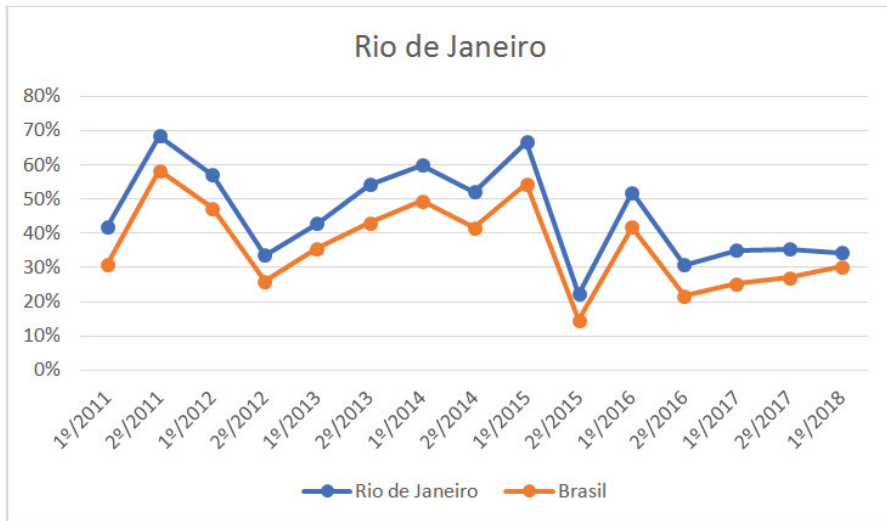
Fonte: Dados CFC

Gráfico 29: Desempenho no Exame de Suficiência do Estado do Piauí

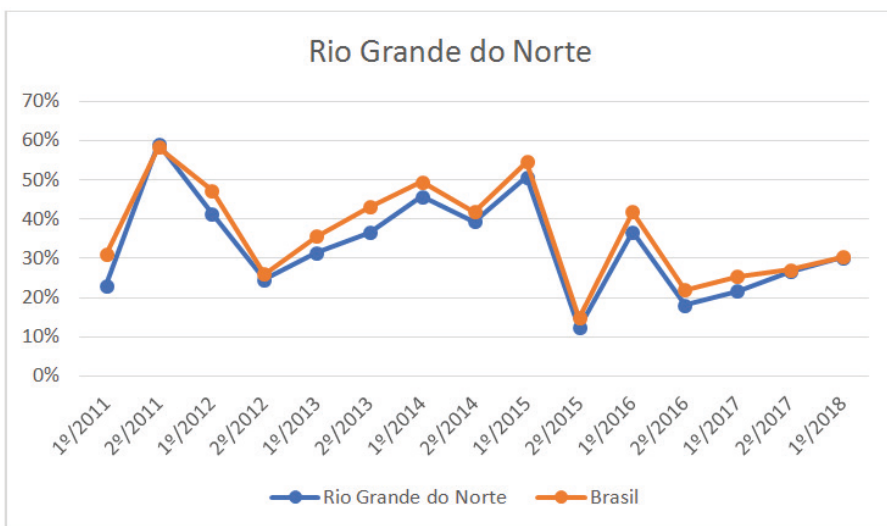
Fonte: Dados CFC

Gráfico 30: Desempenho no Exame de Suficiência do Estado do Paraná

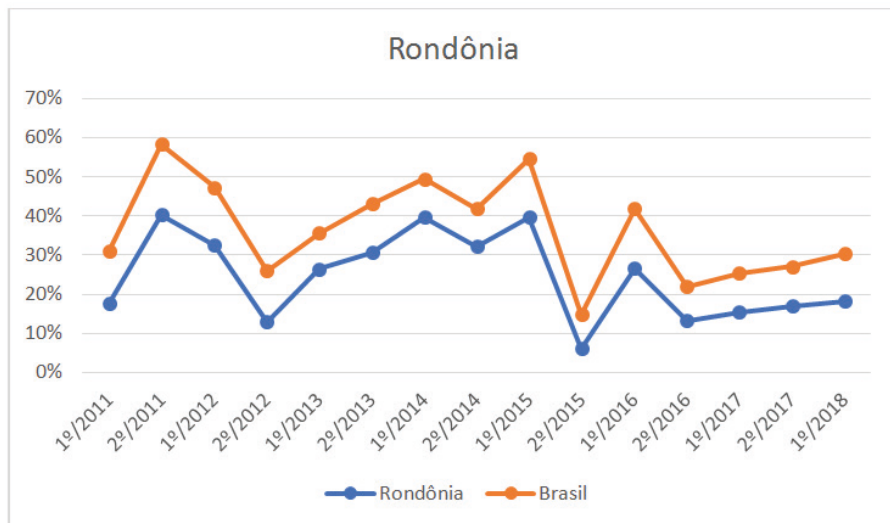
Fonte: Dados CFC

Gráfico 31: Desempenho no Exame de Suficiência do Estado do Rio de Janeiro

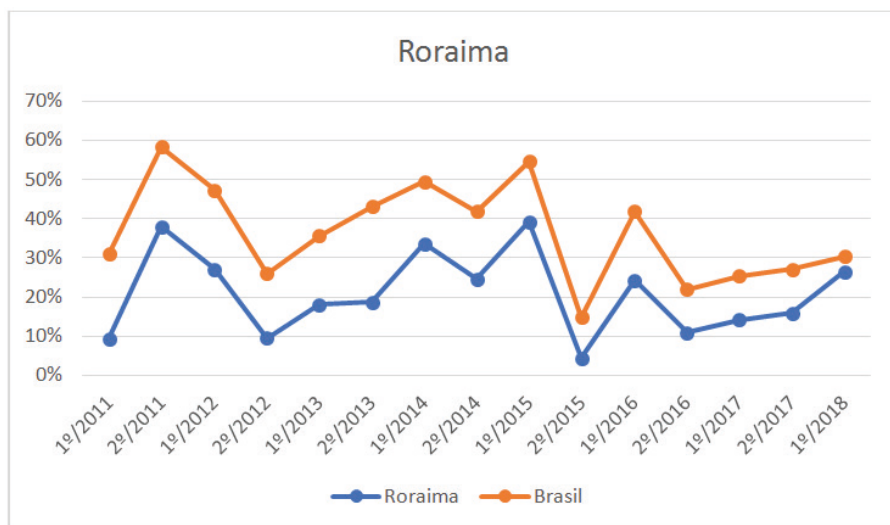
Fonte: Dados CFC

Gráfico 32: Desempenho no Exame de Suficiência do Estado do Rio Grande do Norte

Fonte: Dados CFC

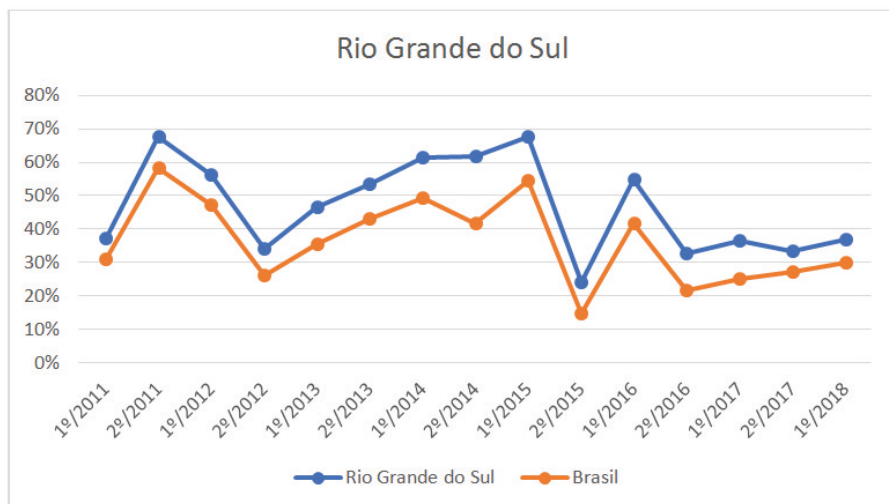
Gráfico 33: Desempenho no Exame de Suficiência do Estado de Rondônia

Fonte: Dados CFC

Gráfico 34: Desempenho no Exame de Suficiência do Estado de Roraima

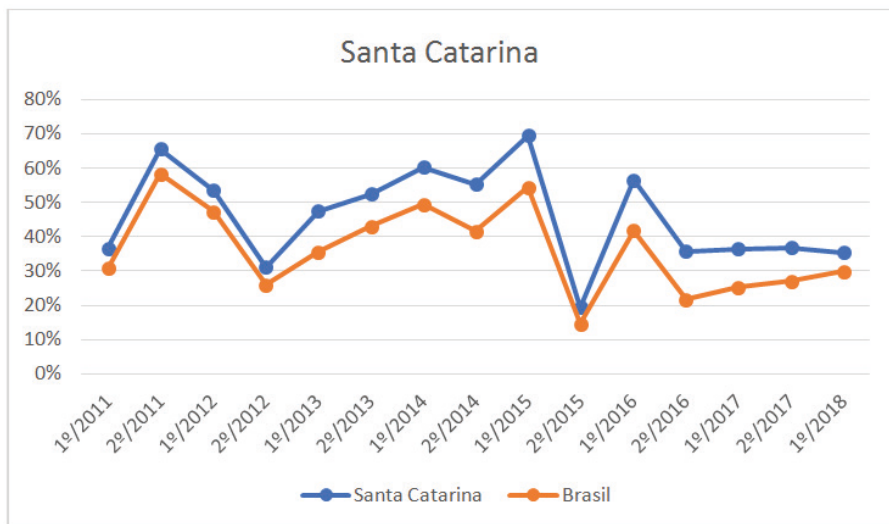
Fonte: Dados CFC

Gráfico 35: Desempenho no Exame de Suficiência do Estado do Rio Grande do Sul

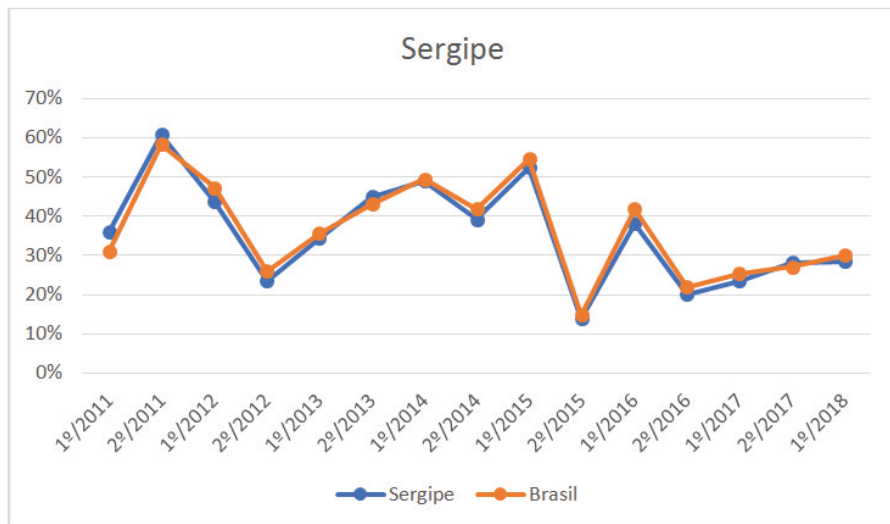


Fonte: Dados CFC

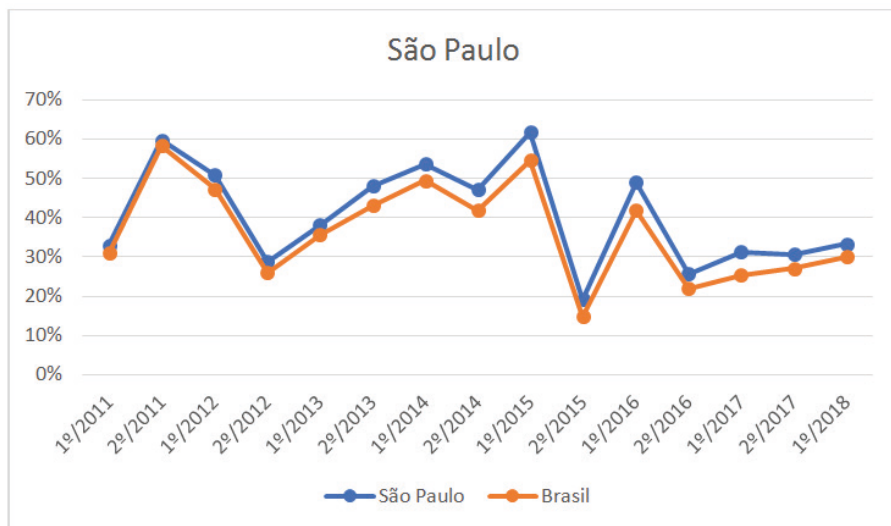
Gráfico 36: Desempenho no Exame de Suficiência do Estado de Santa Catarina



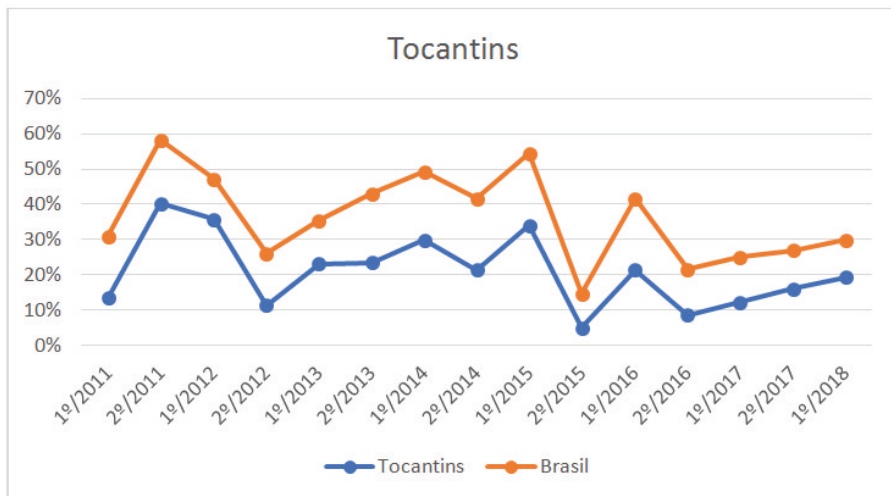
Fonte: Dados CFC

Gráfico 37: Desempenho no Exame de Suficiência Estado de Sergipe

Fonte: Dados CFC

Gráfico 38: Desempenho no Exame de Suficiência do Estado de São Paulo

Fonte: Dados CFC

Gráfico 39: Desempenho no Exame de Suficiência do Estado do Tocantins

Fonte: Dados CFC

Em uma análise gráfica da evolução do número de candidatos aprovados no exame de suficiência nas diversas unidades da federação, se verifica que 9 dos estados brasileiros apresentam uma média de aprovação histórica superior à média nacional, 3 estados têm sua média aproximadamente igual à média nacional e 15 dos estados brasileiros apresentaram um desempenho inferior à média nacional, conforme apresentado no Quadro 5. Foram considerados como critério de classificação como “superior à média nacional” e inferior à média nacional, aqueles estados que apresentavam um desvio superior ou inferior a 1 ponto percentual em relação à essa média nacional.

Quadro 5: Desempenho dos Estados brasileiros em relação a média nacional

Estados	Posição em relação à média nacional
Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo.	Superior
Paraíba, Pernambuco e Sergipe.	Equiparada à média nacional
Acre, Alagoas, Amazonas, Amapá, Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima e Tocantins.	Inferior à média nacional

Fonte: Dados do CFC

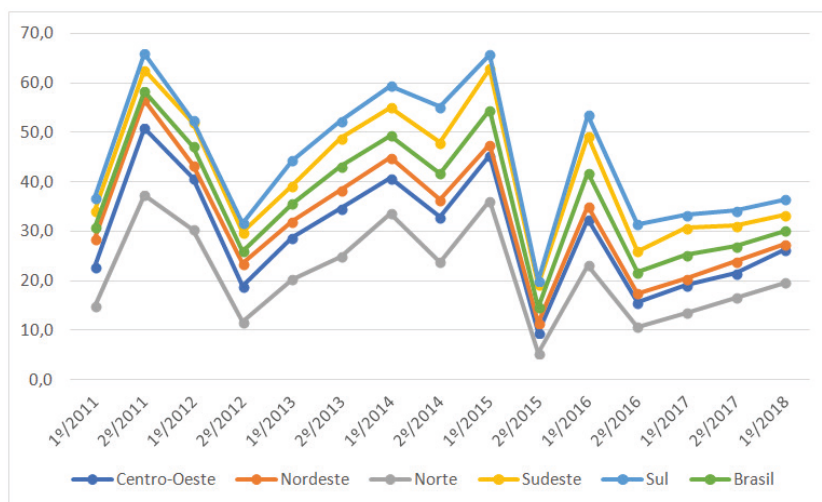
Apurando-se os percentuais de aprovação por Região, apresentados na Tabela 11, verifica-se que as regiões Sul e Sudeste aprovaram mais candidatos que a média nacional.

Tabela 11: Percentual de aprovação por Região e Edição do Exame

Exames	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Brasil
1º/2011	22,9	28,6	14,8	34,2	36,8	30,9
2º/2011	50,9	56,6	37,3	62,7	65,9	58,3
1º/2012	40,9	43,4	30,4	52,1	52,4	47,2
2º/2012	18,9	23,5	11,6	29,9	31,7	26,0
1º/2013	28,8	32,1	20,4	39,3	44,4	35,6
2º/2013	34,7	38,5	24,8	48,9	52,3	43,1
1º/2014	40,7	45,0	33,6	55,1	59,4	49,4
2º/2014	32,9	36,4	23,8	48,0	55,1	41,7
1º/2015	45,4	47,5	36,2	63,0	65,8	54,5
2º/2015	9,6	11,6	5,3	19,3	20,0	14,7
1º/2016	32,5	35,0	23,2	49,3	53,5	41,9
2º/2016	15,6	17,5	10,6	26,1	31,4	21,8
1º/2017	19,1	20,4	13,5	30,8	33,3	25,3
2º/2017	21,6	23,9	16,5	31,2	34,2	27,0
1º/2018	26,5	27,4	19,7	33,4	36,5	30,2
Média Geral	28,4	30,8	20,6	40,7	44,1	35,4

Fonte: Dados CFC

A partir dos dados da Tabela 11, foi elaborado o Gráfico 40, no qual é possível observar que, embora em patamares diferentes, os resultados do Exame de Suficiência demonstram um comportamento padrão no território nacional.

Gráfico 40: Evolução dos Resultados do Exame por Região

Fonte: Dados CFC

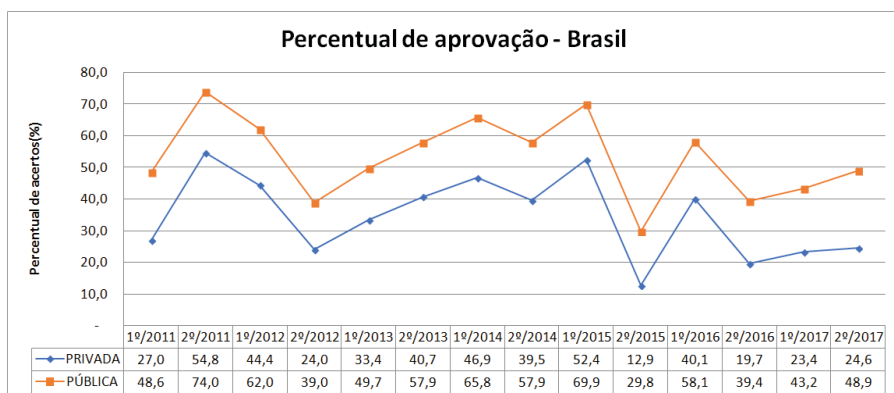
Pela análise do Gráfico 40, verifica-se que a série histórica demonstra um melhor desempenho na 1ª edição do exame do ano de 2015 e o pior desempenho na 2ª edição do exame realizada no ano de 2015, para todas as regiões, seguindo o padrão da média nacional. Observa-se ainda um desempenho consistentemente acima da média nacional para as regiões Sul e Sudeste.

4.2.3.3 Desempenho dos candidatos discentes de instituições brasileiras públicas e privadas

Nesta seção os dados abrangem 14 edições, ou seja, os exames realizados até 2017, e não incluem os dados relativos ao primeiro semestre de 2018.

Ao realizar a sua inscrição, o candidato declara em qual instituição realizou seu curso. As instituições de ensino declaradas pelos candidatos foram classificadas como “públicas” ou “privadas”, por meio de consulta a dados públicos disponíveis a respeito de tais instituições.

Gráfico 41: Aprovação média dos candidatos de instituições públicas e privadas - Brasil

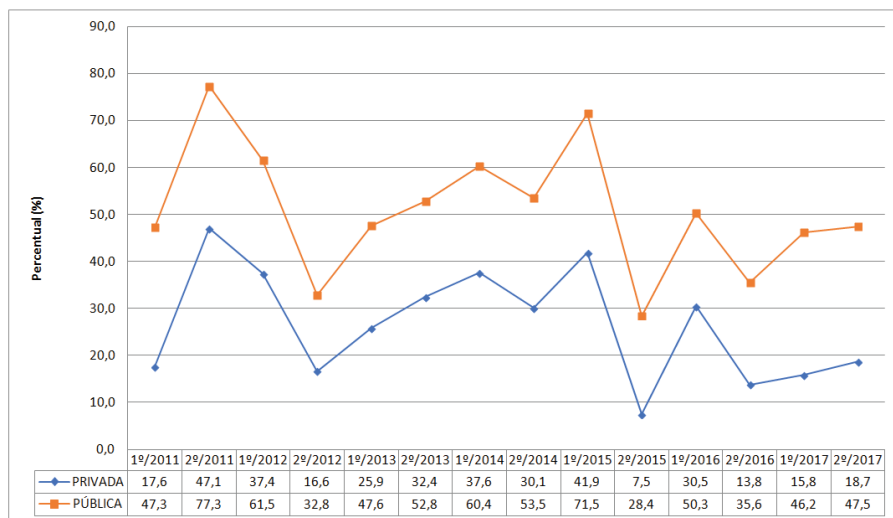


Fonte: Dados CFC

Os resultados apresentados no Gráfico 41 indicam que as instituições de ensino pública são aquelas que mais aprovam candidatos no Exame de Suficiência. Em média, o percentual de aprovação dos candidatos dessas instituições é 19 pontos percentuais maior que do que os candidatos das instituições privadas.

Do Gráfico 42 a Gráfico 46, está apresentada a comparação entre os resultados dos candidatos oriundos de instituições públicas e privadas, por região.

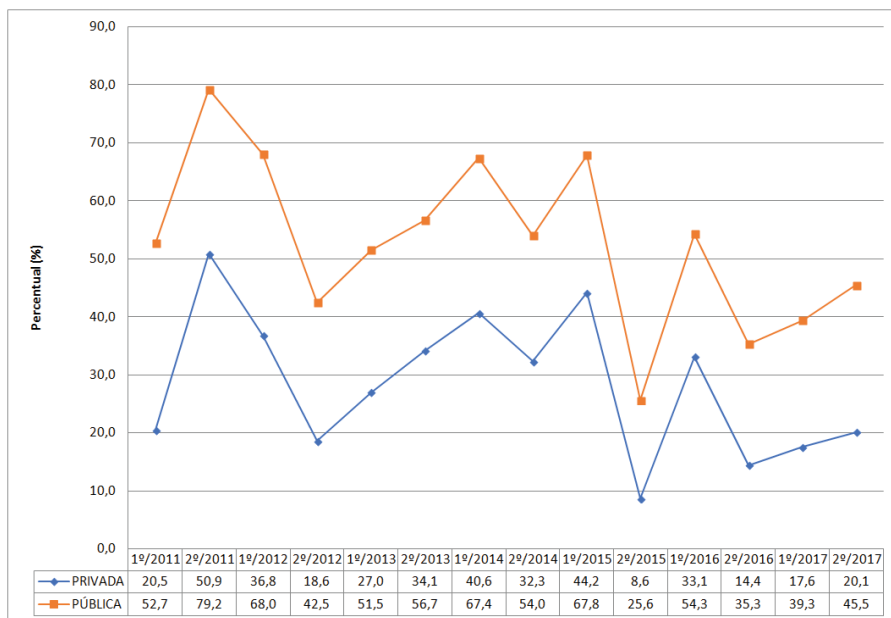
Gráfico 42: Aprovação média dos candidatos de instituições públicas e privadas – Região Centro-Oeste



Fonte: Dados CFC

Analisando-se o Gráfico 42, verifica-se que na região Centro-Oeste, nas 14 edições do exame, o percentual de aprovação de candidatos de instituições públicas supera o percentual de aprovação dos candidatos de instituição privadas, ficando a diferença entre 16,2 pontos percentuais (2º semestre de 2012) e 30,4 pontos percentuais (2º semestre de 2017).

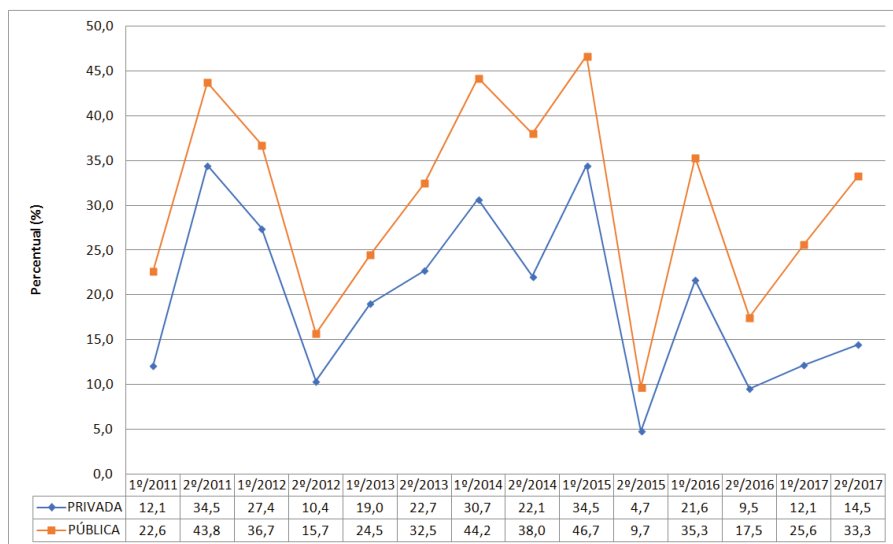
Gráfico 43: Aprovação média dos candidatos de instituições públicas e privadas – Região Nordeste



Fonte: Dados CFC

Por meio do Gráfico 43, é possível perceber que na região Nordeste, o percentual de aprovação de candidatos de instituições públicas supera o percentual de aprovação dos candidatos de instituições privadas nas 14 edições do exame, ficando a diferença entre 17 pontos percentuais (2º semestre de 2015) e 32,2 pontos percentuais (1º semestre de 2011).

Gráfico 44: Aprovação média dos candidatos de instituições públicas e privadas – Região Norte

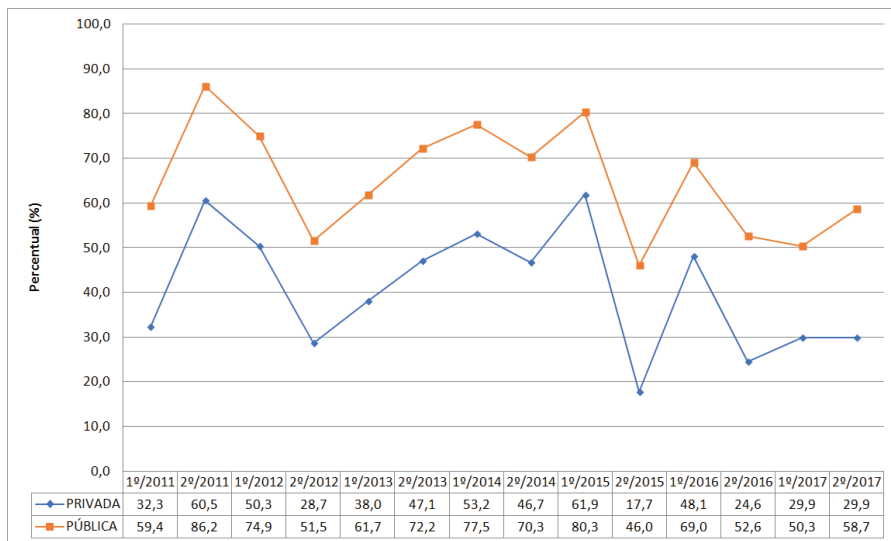


Fonte: Dados CFC

No Gráfico 44, verifica-se entre os candidatos de instituições públicas e privadas uma diferença no percentual de aprovação que foi entre 5 pontos percentuais (2º semestre de 2015) e 18,8 pontos percentuais (2º semestre de 2017), na região Norte.

Observa-se ainda que a diferença no percentual de aprovação entre candidatos de instituições públicas e privadas é menos pronunciada que nas demais regiões.

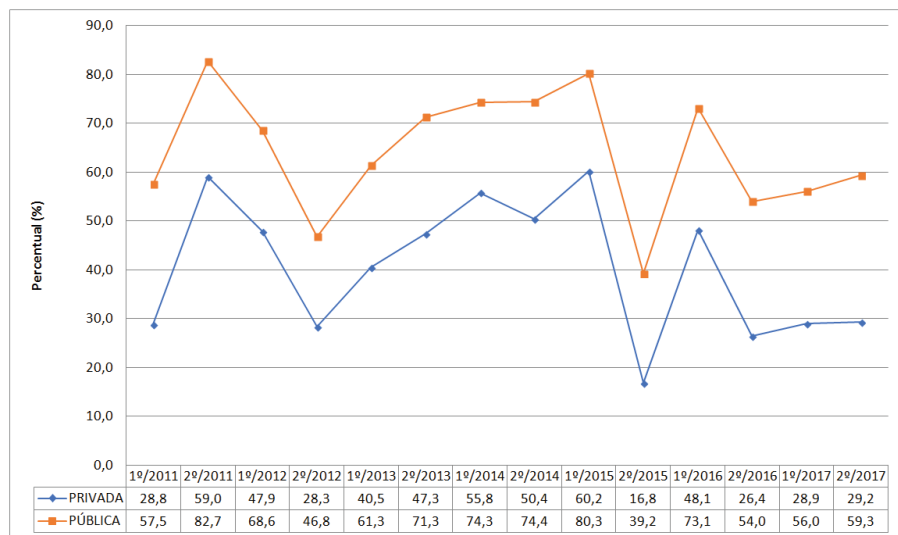
Gráfico 45: Aprovação média dos candidatos de instituições públicas e privadas – Região Sudeste



Fonte: Dados CFC

Verifica-se na análise do Gráfico 45, que na região Sudeste, assim como observado nas demais regiões, o percentual de aprovação de candidatos de instituições públicas supera o percentual de aprovação dos candidatos de instituições privadas. A diferença observada ficou entre 18,4 pontos percentuais (1º semestre de 2015) e 28,8 pontos percentuais (2º semestre de 2017)

Gráfico 46: Aprovação média dos candidatos de instituições públicas e privadas – Região Sul



Fonte: Dados CFC

Os dados expostos no Gráfico 46, permitem observar que na região Sul, a diferença no percentual de aprovação de candidatos de instituições públicas e privadas ficou entre 18,5 pontos percentuais (1º semestre de 2014) e 30,1 pontos percentuais (2º semestre de 2017).

Resultados superiores alcançados por instituições públicas também foram observados nas quatro edições do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) da área de Ciências Contábeis, realizadas em 2006, 2009, 2012 e 2015. Conforme se observa na Tabela 12, essas instituições obtiveram resultados superiores quando se verifica o conceito 3 a 5 no Enade.

Tabela 12: Conceito dos cursos participantes por categoria administrativa – Enade 2006 a 2015 - Ciências Contábeis

Conceito ENADE	2006		2009		2012		2015	
	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada	Pública	Privada
1 e 2	13,13%	33,97%	14,17%	35,41%	18,25%	31,59%	21,23%	37,98%
3 a 5	86,87%	66,03%	85,83%	64,59%	81,75%	68,41%	78,77%	62,02%
total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

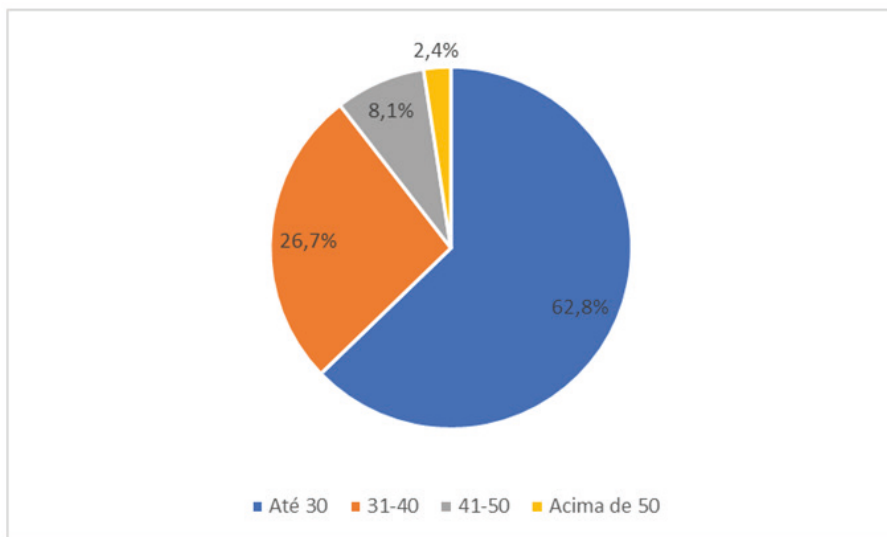
Fonte: Brasil (2006, 2009, 2012 e 2015)

4.2.3.4 Percentual de aprovação por faixa etária

Para verificação dos resultados por faixa etária, os candidatos foram selecionados conforme a data de nascimento informada no momento da inscrição, em quatro grupos:

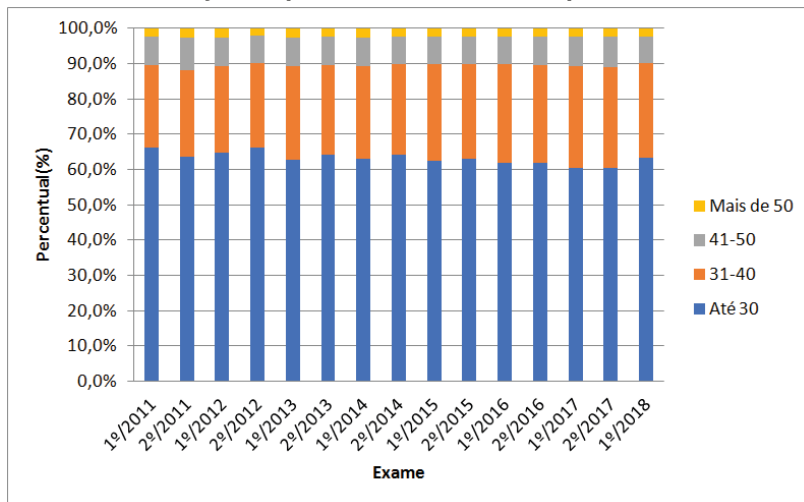
- candidatos com até 30 anos;
- candidatos entre 31 a 40 anos;
- candidatos entre 41 e 50 anos; e
- candidatos acima dos 50 anos.

Gráfico 47: Percentual de inscritos por faixa etária



Fonte: Dados CFC

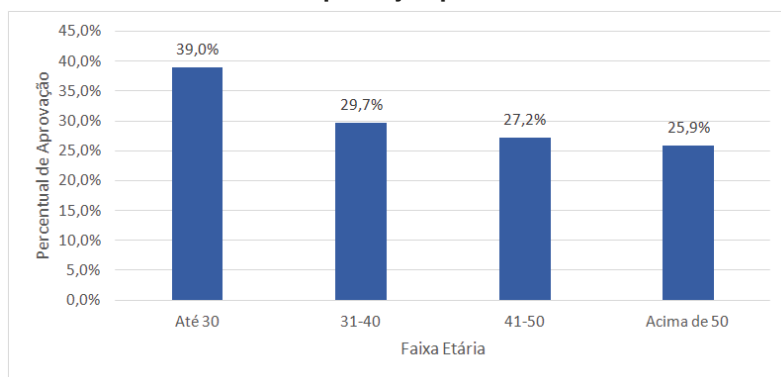
A maior parte das pessoas que se inscreveu para o Exame de Suficiência no período sob análise tem até 30 anos. Estão nesta faixa etária 62,8% dos inscritos. Uma parcela menor, mas também significativa dos inscritos, 26,7%, é de pessoas entre 31 e 40 anos de idade, conforme se observa no Gráfico 47.

Gráfico 48: Evolução do percentual de inscritos por faixa etária

Fonte: Dados CFC

Em todos os exames realizados, a distribuição dos inscritos por faixa etária é aproximadamente a mesma, conforme se observa no Gráfico 48.

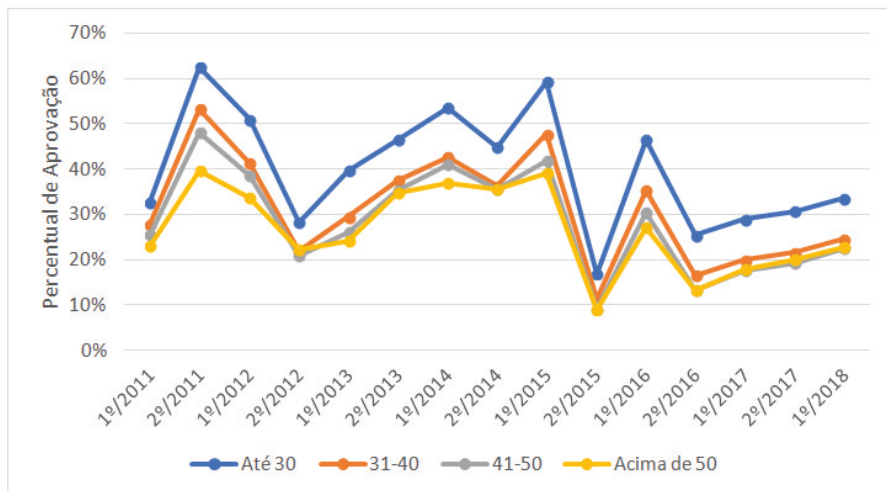
Considerando-se as faixas estabelecidas, buscou-se verificar o percentual de aprovação por faixa etária, ou seja, dos inscritos em cada faixa etária que se submetem à prova, qual o percentual daqueles que lograram êxito. O Gráfico 49 foi elaborado a partir dos resultados consolidados das 15 edições do exame.

Gráfico 49: Percentual de aprovação por faixa etária - acumulado

Fonte: Dados CFC

Verificou-se que diferentes faixas etárias têm diferentes níveis de aprovação. A parcela mais jovem dos candidatos tem maior nível de aprovação, conforme se pode observar no Gráfico 49.

Gráfico 50: Evolução do Percentual de Aprovação por faixa etária



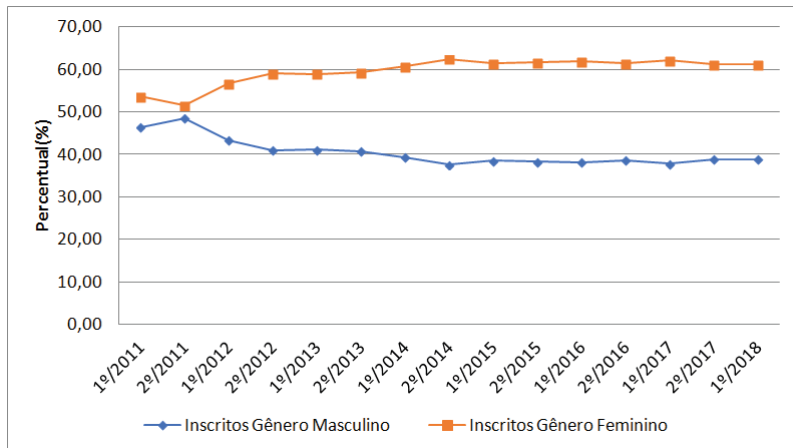
Fonte: Dados CFC

O desempenho, em termos de aprovação, dos candidatos situados na faixa de idade de até 30 anos é consistentemente superior aos demais grupos, em cada uma das 15 edições, conforme se pode observar no Gráfico 50.

4.2.3.5 Percentual de aprovação por gênero

Considerando-se as 15 edições do Exame de Suficiência, 60,4% dos inscritos para o exame identificaram-se como pertencentes ao gênero feminino e 39,6% gênero masculino.

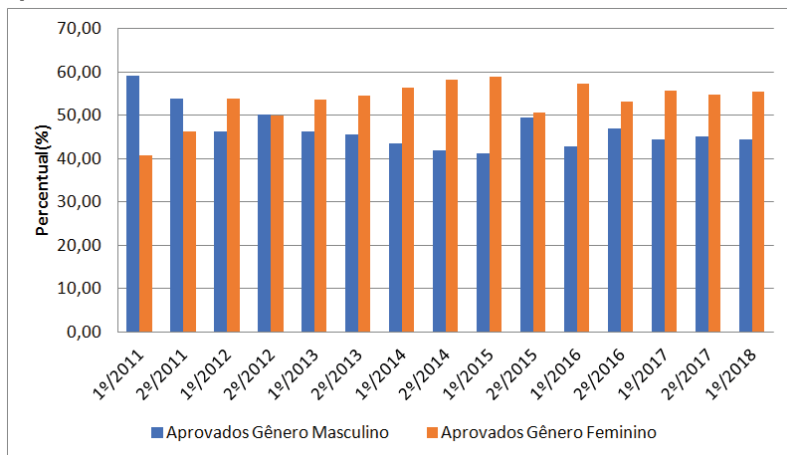
O Gráfico 51 evidencia a evolução do percentual de inscritos de cada gênero.

Gráfico 51: Percentual de inscritos por gênero

Fonte: Dados CFC

A participação por gênero era mais próxima de 50% nos dois exames realizados em 2011. A partir de 2012, os percentuais ficaram em torno de 60% do gênero feminino e 40% do gênero masculino, conforme se observa no Gráfico 51.

Do total de aprovados no exame, 45,4% pertencem ao gênero masculino e 54,6% ao gênero feminino. O Gráfico 52 detalha esta participação por edição do exame.

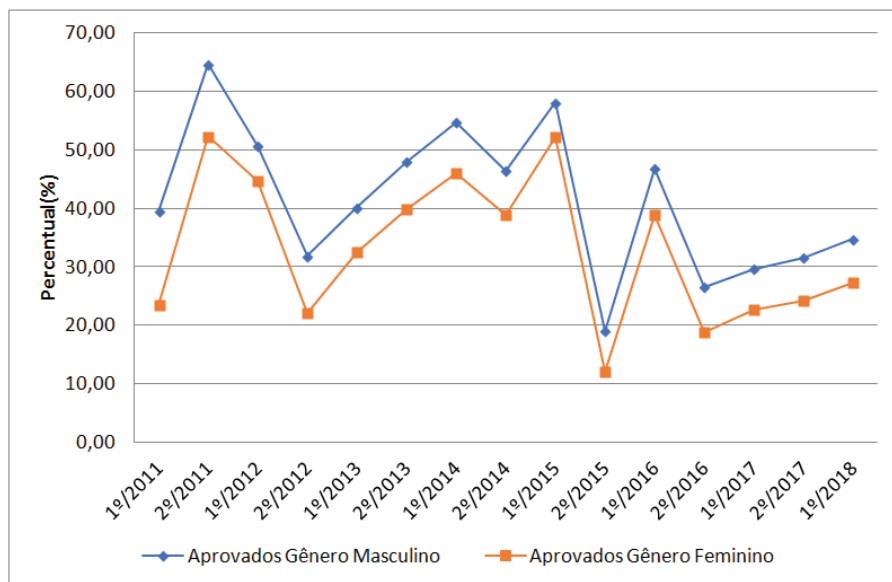
Gráfico 52: Evolução da participação de cada gênero em relação ao total de aprovados

Fonte: Dados CFC

A partir do segundo semestre de 2012, como se pode observar no Gráfico 52, o percentual de pessoas do gênero feminino entre os aprovados se iguala ou supera o percentual do gênero masculino, o que é esperado, uma vez que a quantidade de pessoas inscritas é maior.

Dividindo-se o total de aprovados em cada gênero pelo total de pessoas de cada gênero presentes à prova, apura-se o percentual de aprovação por gênero. O Gráfico 53 apresenta a evolução do percentual de aprovação por gênero, de 2011 a 2018.

Gráfico 53: Percentual de aprovação por gênero



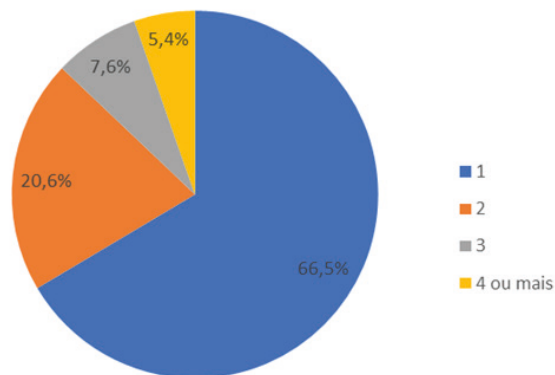
Fonte: Dados CFC

Percebe-se, na análise do Gráfico 53, que os candidatos do gênero masculino têm obtido um maior percentual de aprovação no exame.

4.2.3.6 Quantidade de tentativas até a aprovação

Considerando-se a base de dados das 14 primeiras edições do exame, verificou-se quantas vezes cada candidato aprovado submeteu-se ao exame. Os resultados estão apresentados no Gráfico 54.

Gráfico 54: Quantidade de vezes que o candidato aprovado se submeteu ao exame

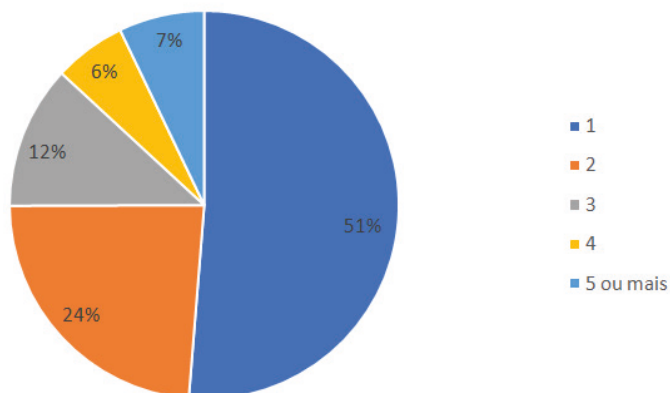


Fonte: Dados CFC

Verifica-se que a maioria dos aprovados no Exame de Suficiência obteve aprovação na primeira vez em que se submeteu ao exame. Enquadram-se nesta situação 66,5% dos aprovados. É também significativa, 20,6%, a parcela dos candidatos aprovados na segunda vez em que se submeteu ao exame.

Análise semelhante foi feita no grupo complementar a este, dos candidatos que participaram do exame de 2011 a 2017 e não lograram êxito. O resultado é apresentado a seguir, no Gráfico 55.

Gráfico 55: Quantidade de vezes que o candidato reprovado se submeteu ao exame



Fonte: Dados CFC

Conforme se pode observar no Gráfico 55, setenta e cinco por cento dos candidatos reprovados se submeteram apenas uma ou duas vezes ao exame, o que leva a crer que uma parcela significativa da população que se submete ao exame desiste ao não obter êxito nas primeiras tentativas. Verificou-se que há registro na base de dados de candidatos que se submeteram a todas as 14 edições do exame.

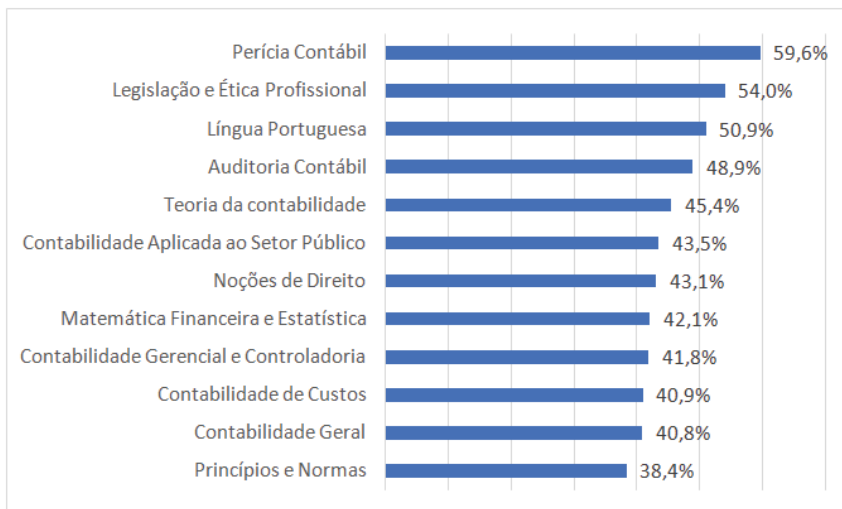
4.2.4 Percentual de acertos por área de conhecimento

As análises apresentadas nesta seção consideram os dados de 2011 a 2017.

As questões do Exame de suficiência foram classificadas por área de conhecimento, de acordo com o edital de cada Exame, totalizando 12 áreas.

Considerando-se os resultados acumulados de 14 edições do exame, conforme apresentado no Gráfico 56, verifica-se que as áreas de conhecimento com maior percentual de acertos são: Perícia Contábil (59,6%), Legislação e Ética Profissional (54%) e Língua Portuguesa (50,9%). Já as Áreas de Conhecimento com menor percentual de acerto são: Princípios de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade (38,4%), Contabilidade Geral (40,8%) e Contabilidade de Custos (40,9%).

Gráfico 56: Percentual de Acertos por Área de Conhecimento – Acumulado



Fonte: Dados do CFC

Os acertos por área de conhecimento têm comportamento irregular entre os diversos exames, não existindo um padrão. Este fato pode ser observado na Tabela 13, pois há uma grande divergência entre os percentuais de acerto máximo e mínimo, em cada área de conhecimento, observados nas 14 edições do exame sob análise. Verifica-se uma maior variabilidade no percentual de acertos nas áreas de Legislação e Ética Profissional, Língua Portuguesa e Teoria da Contabilidade.

No entanto, apesar da aparente dispersão no percentual de acerto de algumas áreas, verifica-se que, em todas as áreas de conhecimento, o coeficiente de variação é inferior a 0,3, o que caracteriza estes resultados como homogêneos, conforme Fávero et al, (2009).

Uma provável explicação para as áreas de conhecimento com maior variabilidade é a pequena quantidade de questões por prova dessas áreas, tornando mais sensível o percentual de aproveitamento do candidato ao tipo de assunto abordado ou ao nível de dificuldade da questão.

Tabela 13: Estatística Descritiva dos Acertos por Área de Conhecimento

Área do Conhecimento	Médio	Mínimo	Máximo	Desvio Padrão	Coefficiente de variação
Auditoria Contábil	48,90%	28,90%	70,50%	12,00%	0,2454
Contabilidade Aplicada ao Setor Público	43,50%	25,40%	57,20%	8,80%	0,2023
Contabilidade de Custos	40,90%	25,50%	55,70%	9,70%	0,2372
Contabilidade Geral	40,80%	34,00%	51,90%	4,90%	0,1201
Contabilidade Gerencial e Controladoria	41,80%	26,90%	65,40%	11,50%	0,2751
Legislação e Ética Profissional	54,00%	31,80%	90,30%	15,30%	0,2833
Língua Portuguesa	50,90%	18,00%	76,10%	15,30%	0,3006
Matemática Financeira e Estatística	42,10%	16,70%	58,10%	12,50%	0,2969
Noções de Direito	43,10%	26,60%	57,40%	8,80%	0,2042
Perícia Contábil	59,60%	38,80%	78,70%	13,20%	0,2215
Princípios e Normas	38,40%	26,10%	55,90%	8,90%	0,2318
Teoria da Contabilidade	45,40%	29,60%	76,00%	13,50%	0,2974

Fonte: Dados do CFC

A Resolução CNE/CES 10, de 16 de dezembro de 2004, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, refere-se aos seguintes campos interligados de formação:

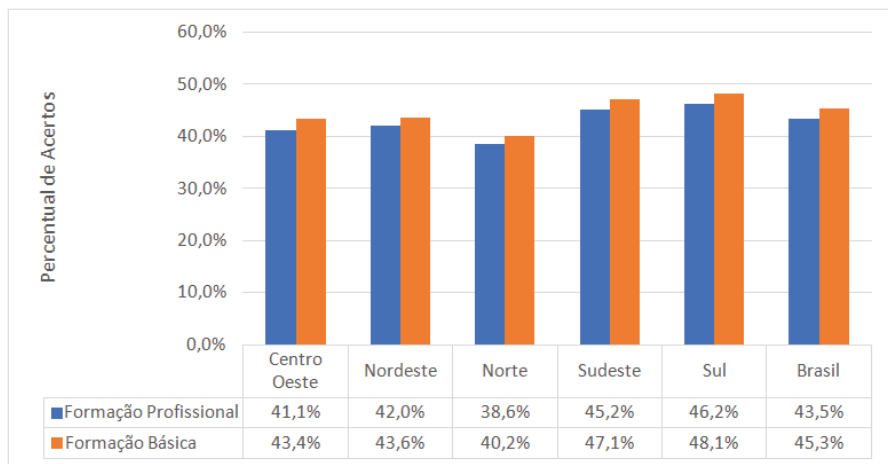
- I. conteúdos de Formação Básica: estudos relacionados com outras áreas do conhecimento, sobretudo Administração, Economia, Direito, Métodos Quantitativos, Matemática e Estatística;

- II. conteúdos de Formação Profissional: estudos específicos atinentes às Teorias da Contabilidade, incluindo as noções das atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais, governamentais e não governamentais, de auditorias, perícias, arbitragens e controladoria, com suas aplicações peculiares ao setor público e privado; e
- III. conteúdos de Formação Teórico-Prática: Estágio Curricular Supervisionado, Atividades Complementares, Estudos Independentes, Conteúdos Operativos, Prática em Laboratório de Informática, utilizando *softwares* atualizados para Contabilidade.

O Exame de Suficiência aborda conteúdos de formação básica (Língua Portuguesa, Matemática Financeira e Estatística e Noções de Direito) e de formação profissional (demais conteúdos). Assim, os percentuais de acertos também foram apurados por tipo de formação.

Observa-se no Gráfico 57, a seguir apresentado, que, em cada uma das regiões, e no acumulado do País, os candidatos tiveram um percentual de acertos na formação básica em torno de 2 pontos percentuais acima do nível de acerto da formação profissional.

Gráfico 57: Percentual de acertos nos conteúdos do Exame de Suficiência – Formação Básica x Formação Profissional



Fonte: Dados do CFC

Assim como no Gráfico 57 por Região, observa-se na Tabela 14 que o percentual de acertos observado no conteúdo de formação básica supera o de formação profissional em todas as UFs.

Tabela 14: Percentual médio de acertos por conteúdo de formação do Exame de Suficiência – Formação Básica x Formação Profissional

	Percentual de Acertos	
	Formação Básica	Formação Profissional
AC	38,8%	36,7%
AL	42,4%	40,8%
AM	40,1%	38,8%
AP	38,6%	38,4%
BA	43,5%	41,7%
CE	45,7%	44,2%
DF	46,9%	45,4%
ES	47,2%	44,7%
GO	43,2%	41,0%
MA	41,1%	38,4%
MG	47,8%	44,9%
MS	42,5%	40,2%
MT	41,9%	38,8%
PA	40,2%	38,4%
PB	44,4%	43,0%
PE	44,7%	43,3%
PI	42,3%	41,2%
PR	47,6%	45,5%
RJ	48,0%	46,8%
RN	43,7%	42,6%
RO	41,2%	39,5%
RR	39,7%	38,8%
RS	48,8%	46,9%
SC	48,2%	46,9%
SE	44,5%	43,4%
SP	46,5%	45,0%
TO	40,0%	38,2%

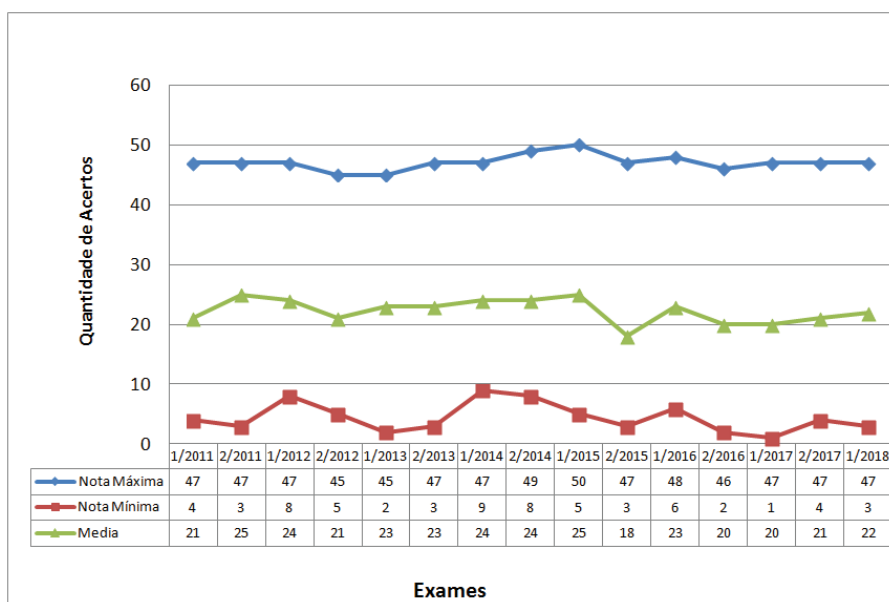
Fonte: Dados do CFC

4.2.5 Quantidade de acertos por prova (Total/UF/Região)

Como já mencionado, a prova do Exame de Suficiência contém 50 questões e, para ser aprovado no exame, o candidato precisa obter no mínimo 25 pontos. No Gráfico 58, observa-se que:

- a pontuação máxima obtida por um ou mais candidatos ficou entre 45 e 50 pontos, sendo mais frequente a pontuação máxima de 47 pontos;
- apenas no primeiro exame de 2015, os candidatos atingiram a pontuação máxima (50 pontos) na prova²;
- a pontuação mínima ficou entre 1 e 8 pontos – ressalte-se que tal pontuação inclui as questões anuladas, ou seja, existe a probabilidade de algum candidato ter obtido apenas a pontuação referente a tais questões;
- a pontuação média ficou entre 18 e 25 pontos.

Gráfico 58: Quantidade de Acertos por Prova



Fonte: Dados do CFC

Considerando a pontuação obtida pelos candidatos em todos os exames, foi elaborada a Tabela 15. É importante destacar que as estatísticas consideram a unidade da Federação na qual o candidato fez a prova, que pode, ou não, coincidir com a UF onde o candidato fez o seu curso.

2 Conforme detalhado na seção **4.2.6 – Candidatos em destaque**, dois candidatos atingiram a pontuação máxima.

Tabela 15: Quantidade de Acertos por UF/ Região

UF/Região	Máxima	Mínima	Média
Centro-Oeste	49	2	21
DF	49	4	23
GO	47	3	21
MS	45	4	21
MT	46	2	20
Nordeste	49	2	22
AL	46	7	21
BA	47	5	22
CE	49	2	23
MA	43	4	20
PB	46	4	22
PE	47	2	23
PI	47	5	21
RN	47	3	22
SE	46	6	23
Norte	47	1	20
AC	40	3	19
AM	46	2	20
AP	42	5	20
PA	46	4	20
RO	45	3	21
RR	42	6	20
TO	47	1	20
Sudeste	50	2	23
ES	46	8	23
MG	47	2	23
RJ	50	5	24
SP	48	4	23
Sul	48	3	24
PR	48	5	23
RS	47	6	24
SC	48	3	24
Brasil	50	1	22

Fonte: Dados do CFC

De acordo com o que se observa na Tabela 15, há uma grande dispersão entre os resultados obtidos pelos candidatos, pois a pontuação máxima chegou a 50 e a mínima a 1 ponto.

Observa-se ainda que a pontuação máxima por candidato é igual ou superior a 45 pontos na maioria das unidades da Federação, ficando fora dessa lista apenas os estados do Acre, Amapá, Roraima e Maranhão.

Em relação à pontuação mínima, verifica-se que, na maioria das unidades da Federação, esta pontuação foi inferior a 5 pontos, o que equivale a 10% da prova. Os candidatos dos estados de Alagoas, Espírito Santo, Roraima, Rio Grande do Sul e Sergipe conseguiram acertar no mínimo 12% da prova, já que acertaram seis ou mais questões, em todas as edições do exame.

Devido à grande dispersão apresentada entre os candidatos, a média de acertos é de 22 pontos (44% da prova), considerando-se todos os candidatos e todas as edições da segunda fase do exame. Em nenhum dos estados, a média atingiu 25 pontos, e os estados com melhor média (24 pontos) são Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

4.2.6 Candidatos em destaque

Como apresentado na seção anterior, há uma grande diferença entre os resultados obtidos pelos candidatos. Com o objetivo de dar destaque àqueles que tiveram o melhor desempenho em sua edição do exame, apresentam-se a seguir tabelas com os que atingiram maior pontuação, por edição do exame. Foram selecionados em cada edição, cinco candidatos com as maiores pontuações em cada exame. No caso de haver empate na menor pontuação considerada, foram acrescentados todos os candidatos que obtiveram a mesma nota, de forma que a lista foi ampliada para até 16 nomes, o que ocorreu na apresentação dos resultados relativos ao segundo semestre de 2016.

Os candidatos com maior pontuação são a seguir apresentados, juntamente com a Instituição de Ensino Superior à qual se declararam pertencer e a UF onde realizaram a prova.

No **1º Exame de 2011**, a seleção resultou em seis candidatos, que obtiveram entre 44 e 47 pontos.

Tabela 16: Candidatos com maior pontuação - 1º Exame de 2011

Candidato	Instituição de Ensino (*)	Pontos	UF (**)
Clayton Domingues de Oliveira	Universidade Estadual de Londrina	47	PR
Rodrigo Vidi	Universidade Estadual de Londrina	46	SP
Anne Emily Cintra Marques	Universidade Federal do Ceará	45	CE
Gustavo Pivoto	Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões	44	RS
Maria Eugenia Marengo	Pontifícia Universidade Católica de Campinas	44	SP
Vilmar Vacari	Fundação Universidade Federal de Rondônia	44	RO

Fonte: Dados do CFC

(*) - Os nomes das instituições estão expostos tal como declarados pelo candidato

(**) - UF onde o candidato se submeteu à prova

No **2º Exame de 2011**, a seleção resultou em seis candidatos, que obtiveram entre 46 e 47 pontos.

Tabela 17: Candidatos com maior pontuação - 2º Exame de 2011

Candidato	Instituição de Ensino (*)	Pontos	UF (**)
Maksuel de Oliveira Silva	Fundação Universidade Federal do Tocantins	47	TO
Cláudio Roberto Araujo Pinheiro	Faculdade da Academia Brasileira de Educação e Cultura	46	RJ
Marco Antonio Cardoso dos Reis	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	46	SP
Oscar César de Jesus Rocha	Universidade de Brasília	46	DF
Raul Teixeira Silva	Faculdade Reges de Dracena	46	SP
Rodrigo Araujo Alves	Faculdade Moraes Júnior - Mackenzie Rio	46	RJ

Fonte: Dados do CFC

(*) - Os nomes das instituições estão expostos tal como declarados pelo candidato

(**) - UF onde o candidato se submeteu à prova

No **1º Exame de 2012**, a seleção resultou em oito candidatos, que obtiveram entre 45 e 47 pontos:

Tabela 18: Candidatos com maior pontuação - 1º Exame de 2012

Candidato	Instituição de Ensino (*)	Pontos	UF (**)
Bruno Velasco Fregonezi	Universidade de São Paulo	47	SP
Bruno Bion Dias	Faculdade da Academia Brasileira de Educação e Cultura	46	RJ
Leandro Politeo	Universidade Regional de Blumenau	46	SC
Marcio Aurelio Teixeira Soares	Faculdade Castro Alves	46	DF
Guilherme Oliveira Ames	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	45	RS
João Francisco Leite Amaral	Instituto Baiano de Ensino Superior	45	BA
Maria Barbosa da Silva	Universidade Cândido Mendes	45	RJ
Rodolfo Maia Rosado Cascudo Rodrigues	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	45	RN

Fonte: Dados do CFC

(*) - Os nomes das instituições estão expostos tal como declarados pelo candidato

(**) - UF onde o candidato se submeteu à prova

No **2º Exame de 2012**, a seleção resultou em nove candidatos, que obtiveram entre 44 e 45 pontos.

Tabela 19: Candidatos com maior pontuação - 2º Exame de 2012

Candidato	Instituição de Ensino (*)	Pontos	UF (**)
Joao Batista Ribeiro Neto	Universidade de São Paulo	45	SP
Kleber Guerrieri Accoroni	Universidade de São Paulo	45	SP
Leandro Marques	Universidade Estadual do Oeste do Paraná	45	PR
Camila Alexandra Majer	Universidade de São Paulo	44	SP
Carina Risso Bonatto	Faculdade Anhangüera de Piracicaba	44	SP
Luiz Paulo Cesar Silveira	Centro Universitário Plínio Leite	44	RJ
Michael Luis Santos Andrade	Universidade do Grande Rio Professor José de Souza Herdy	44	RJ
Paulo Toshiyuki Onizuka	Centro Universitário Fundação Santo André	44	SP
Raquel Wille Sarquis	Universidade Federal do Paraná	44	PR

Fonte: Dados do CFC

(*) - Os nomes das instituições estão expostos tal como declarados pelo candidato

(**) - UF onde o candidato se submeteu à prova

No **1º Exame de 2013**, novamente a pontuação dos selecionados ficou entre 44 e 45 pontos. Nesse Exame, a seleção resultou em onze candidatos.

Tabela 20: Candidatos com maior pontuação - 1º Exame de 2013

Candidato	Instituição de Ensino (*)	Pontos	UF (**)
Arlindo Bernardo Malta Filho	Universidade de São Paulo	45	SP
Cássio Fernandes Negreiro	Centro Universitário De Desenvolvimento do Centro-Oeste	45	DF
Andrei Sotkeviciene	Escola Superior de Administração, Marketing e Comunicação de Sorocaba	44	SP
Caio Cesar Sales Nogueira	Universidade Católica de Brasília	44	DF
Flávio Martins da Silva	Universidade Federal de Minas Gerais	44	MG
Gabriel Luis de Avelar	Universidade Paulista	44	SP
Luiz Alberto de Sousa Carvalho	Universidade Do Estado do Rio Grande do Norte	44	RN
Marcelo Ribeiro Gonçalves	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	44	RN
Roberto Carlos da Silva Reis Fontes	Faculdade Moraes Júnior - Mackenzie Rio	44	RJ
Suillise Berwanger Wille	Universidade Federal de Santa Maria	44	RS
Vitor Gabriel Diniz de Oliveira	Faculdades Oswaldo Cruz	44	SP

Fonte: Dados do CFC

(*) - Os nomes das instituições estão expostos tal como declarados pelo candidato

(**) - UF onde o candidato se submeteu à prova

No **2º Exame de 2013**, a seleção resultou em nove candidatos, que ficaram empatados em 46 ou 47 pontos.

Tabela 21: Candidatos com maior pontuação - 2º Exame de 2013

Candidato	Instituição de Ensino (*)	Pontos	UF (**)
Antonio Marcos Milanez Cavalcante	Universidade Federal do Piauí	47	PI
Naiane Seguro	Universidade Federal do Paraná	47	PR
Naiara Taise Sousa Nunes	Universidade Federal do Piauí	47	PI
Paulo Wanderson Moreira Martins	Universidade Católica Dom Bosco	47	DF
Bruno Wagner Penteado	Universidade Federal do Paraná	46	PR
Diego de Queiroz Carvalho	Universidade Estadual da Paraíba	46	PE
Felipe Idalgino Dayrell	Faculdade de São Lourenço	46	MG
Josemar Joaquim De Assunção Júnior	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	46	RN
Márcio Maia Valois Costa	Universidade Federal da Bahia	46	BA

Fonte: Dados do CFC

(*) - Os nomes das instituições estão expostos tal como declarados pelo candidato

(**) - UF onde o candidato se submeteu à prova

No **1º Exame de 2014**, a seleção resultou em seis candidatos. Destes, apenas um candidato obteve 47 pontos, e os demais obtiveram 46 pontos.

Tabela 22: Candidatos com maior pontuação - 1º Exame de 2014

Candidato	Instituição de Ensino (*)	Pontos	UF (**)
Júlio César Giongo Freddo	Universidade Federal de Santa Maria	47	RS
Felipe Augusto Pinheiro	Universidade de São Paulo	46	SP
Helder Bruno de Souza Silva	Faculdade De Ciências, Cultura e Extensão do Rio Grande do Norte	46	RN
Igor Borges Gomes	Universidade Federal da Bahia	46	BA
Meiry Chan	Universidade de São Paulo	46	SP
Renan Rubia	Faculdade Capixaba de Nova Venécia	46	ES

Fonte: Dados do CFC

(*) - Os nomes das instituições estão expostos tal como declarados pelo candidato

(**) - UF onde o candidato se submeteu à prova

No **2º Exame de 2014**, a seleção resultou em seis candidatos, e a pontuação variou de 46 a 49 pontos.

Tabela 23: Candidatos com maior pontuação - 2º Exame de 2014

Candidato	Instituição de Ensino (*)	Pontos	UF (**)
Fernanda Helena Brito Feres	Faculdade Moraes Júnior - Mackenzie Rio	49	RJ
Felipe Figueiredo da Conceição	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	48	RJ
Luiz Pedro Carneiro Campello	Universidade Católica de Pernambuco	47	PE
Rodrigo Dos Santos Aquistapace	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	47	RS
Jorge De Campos Junior	Centro Universitário Fecap	46	SP
Reinaldo Lopes Barros	Fundação Universidade Federal do Tocantins	46	TO

Fonte: Dados do CFC

(*) - Os nomes das instituições estão expostos tal como declarados pelo candidato

(**) - UF onde o candidato se submeteu à prova

No **1º Exame de 2015**, a seleção resultou em oito candidatos, que obtiveram entre 48 e 50 pontos. Destaque-se que esta foi a única edição do exame até o momento em que candidatos atingiram a pontuação máxima na prova.

Tabela 24: Candidatos com maior pontuação - 1º Exame de 2015

Candidato	Instituição de Ensino (*)	Pontos	UF (**)
Daniel Breuer	Universidade Veiga de Almeida	50	RJ
Fernando Rosendo Fernandes	Universidade Estácio de Sá	50	RJ
Camila Oliveira Santos	Universidade de Brasília	49	DF
Larissa Fidélis Soares	Universidade Federal do Ceará	49	CE
Everton Paulo Folletto	Universidade Comunitária Regional de Chapecó	48	SC
Fernando Frantz Ferreira	União dos Cursos Superiores Seb Ltda	48	SP
Pedro Igor Ferreira de Sa	Faculdades Integradas Simonsen	48	RJ
Rodrigo Leandro dos Santos	Universidade Regional de Blumenau	48	SC

Fonte: Dados do CFC

(*) - Os nomes das instituições estão expostos tal como declarados pelo candidato

(**) - UF onde o candidato se submeteu à prova

No **2º Exame de 2015**, a seleção resultou em cinco candidatos, que obtiveram entre 45 e 47 pontos:

Tabela 25: Candidatos com maior pontuação - 2º Exame de 2015

Candidato	Instituição de Ensino (*)	Pontos	UF (**)
José Ailson Alves Feijó Filho	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	47	RN
Clayton Almeida de Andrade	Universidade Norte do Paraná	46	RJ
Carlos Henrique Feitoza Soares	Faculdade Maurício de Nassau	45	CE
Demetrio Luiz Pedro Bom Junior	Centro Universitário Uniseb Interativo	45	SP
Guilherme Lopes Boaro	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	45	RS

Fonte: Dados do CFC

(*) - Os nomes das instituições estão expostos tal como declarados pelo candidato

(**) - UF onde o candidato se submeteu à prova

No **1º Exame de 2016**, a seleção resultou em treze candidatos. Apenas um candidato, dentre os selecionados, obteve 48 pontos, e os demais, 47 pontos.

Tabela 26: Candidatos com maior pontuação - 1º Exame de 2016

Candidato	Instituição de Ensino (*)	Pontos	UF (**)
Maria Vilma de Oliveira Sampaio	Universidade Paulista	48	PR
Alison Martins Meurer	Universidade Tecnológica Federal do Paraná	47	PR
Daniel Leitão da Costa	Faculdade Projeção	47	DF
Danielle Cristina Silva Van Drunen	Universidade Federal de Pernambuco	47	PE
Édipo Alonso de Oliveira Moreira	Faculdade Estadual de Educação Ciências e Letras de Paranaíba	47	PR
Guilherme Dias de Oliveira	Universidade São Judas Tadeu	47	SP
Joeliny Fernandes de Sousa	Universidade Federal do Piauí	47	PI
Kledson De Sousa Carvalho	Universidade Federal do Piauí	47	PI
Marcio Fernando Sueth da Silva	Centro Universitário Euro-Americano	47	DF
Marcus Vinicius de Santana Dias	Universidade São Judas Tadeu	47	SP
Pâmilo Andrio Tochio	Faculdade Dom Bosco	47	PR
Vitor Fonseca Damasceno	Universidade de São Paulo	47	SP
Viviane Martins	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	47	RS

Fonte: Dados do CFC

(*) - Os nomes das instituições estão expostos tal como declarados pelo candidato

(**) - UF onde o candidato se submeteu à prova

A seleção resultou no maior número de candidatos, dezesseis ao todo, no **2º Exame de 2016**. Nesse exame, a pontuação dos candidatos selecionados ficou entre 44 e 46 pontos.

Tabela 27: Candidatos com maior pontuação - 2º Exame de 2016

Candidato	Instituição de Ensino (*)	Pontos	UF (**)
Eugenio Roballo Montoto	Universidade do Sul de Santa Catarina	46	SP
Ari Carrion Frandoling	Universidade Paulista	45	DF
João Vitor Ogata Kodama	Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado	45	SP
Victor Ribeiro Alves Andrade	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	45	MG
Crislaine Tedesco Mariani	Centro Universitário Vila Velha	44	ES
Douglas Henrique Coqueiro Tiegs	Universidade Federal de Mato Grosso	44	MT
Eduardo Mendes Dallstella	Universidade Federal do Paraná	44	PR
Jonatan Marlon Konraht	Universidade Estadual do Oeste do Paraná	44	SC
Juliana Martins Barbosa Sêco Carmona	Universidade Católica de Petrópolis	44	RJ
Luiz Henrique Sardá	Universidade Federal de Santa Catarina	44	SC
Marco Aurelio da Silva	Universidade do Vale do Itajaí	44	SC
Riccardo Augusto Gerbelli	Universidade de São Paulo	44	SP
Sabrina Flores da Silva	Universidade do Vale do Rio dos Sinos	44	RS
Samuel Santos Simoes	Universidade Federal do Rio Grande do Norte / Centro de Ensino Superior do Seridó	44	RN
Silvana Crislieli da Costa	Universidade Federal de Santa Maria	44	RS
Yasminn Dantas de Macedo	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	44	RN

Fonte: Dados do CFC

(*) - Os nomes das instituições estão expostos tal como declarados pelo candidato

(**) - UF onde o candidato se submeteu à prova

A seleção relativa ao **1º Exame de 2017** apresenta apenas candidatos que obtiveram 47 pontos, pois nesse Exame seis candidatos atingiram tal pontuação.

Tabela 28: Candidatos com maior pontuação - 1º Exame de 2017

Candidato	Instituição de Ensino (*)	Pontos	UF (**)
Alan Brito da Silva	Universidade Federal de Goiás	47	GO
Flávio Seiti Ogawa	Universidade Estadual de Londrina	47	PR
Francisco Caninde Cavalcante Filho	Universidade Potiguar	47	RN
Lorena Oliveira de Sousa	Universidade Federal de Minas Gerais	47	MG
Moisés Alberto Rodrigues Quezada	Fundação Universidade Federal do Tocantins	47	TO
Renato da Rocha Feitoza	Universidade de Brasília	47	DF

Fonte: Dados do CFC

(*) - Os nomes das instituições estão expostos tal como declarados pelo candidato

(**) - UF onde o candidato se submeteu à prova

No **2º Exame de 2017**, a seleção resultou em dez candidatos, que obtiveram entre 45 e 47 pontos.

Tabela 29: Candidatos com maior pontuação - 2º Exame de 2017

Candidato	Instituição de Ensino (*)	Pontos	UF (**)
Luiz Alberto da Silva Reis	Universidade Estadual de Londrina	47	PR
Diego Cardoso Moreira	Universidade do Sul de Santa Catarina	46	DF
Wellington Rosa Ferreira	Universidade Estadual de Londrina	46	PR
Angela Mie Nakamura	Universidade Nove de Julho	45	SP
Felipe Souza Nascimento	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - Contagem	45	MG
Ivisson Puridade Santos	Universidade Federal da Bahia	45	BA
Marcus Vinícius Pereira Guasso	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	45	MS
Renato Hideo Ushida	Centro Universitário Fecap	45	SP
Robert Henry Bartlett	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	45	SP
Rodrigo Carvalho Álvares	Centro Universitário Carioca	45	RJ

Fonte: Dados do CFC

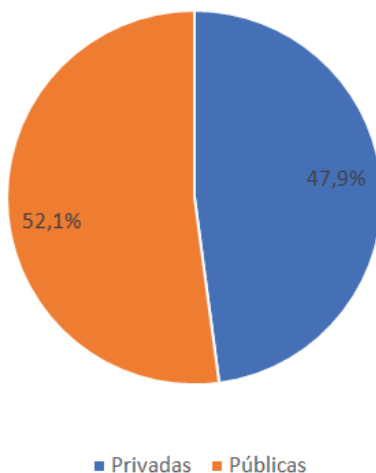
(*) - Os nomes das instituições estão expostos tal como declarados pelo candidato

(**) - UF onde o candidato se submeteu à prova

A seleção de candidatos conforme a regra estabelecida – cinco candidatos com maior pontuação por exame, ampliando-se a seleção para incluir todos os candidatos empatados com a menor nota entre os selecionados em cada edição – resultou ao todo em 119 candidatos.

Dos candidatos selecionados em destaque, 52,1% (62 candidatos) são oriundos de instituições públicas e 47,9% (57 candidatos) são oriundos de instituições privadas, conforme se observa no Gráfico 59. Verifica-se que, na amostra dos candidatos em destaque, há um equilíbrio entre instituições públicas e privadas, diferentemente da situação que se observa quanto ao percentual de aprovação, em que o conjunto das instituições públicas apresentam percentuais de aprovação significativamente superior ao conjunto das instituições privadas.

Gráfico 59: Tipo de IES de origem dos Candidatos em Destaque



Fonte: Dados do CFC

Ainda utilizando a amostra dos 119 candidatos em destaque, verificou-se quais instituições apareceram mais vezes na lista. As dezenove instituições listadas a seguir, constam como IES de origem de dois ou mais candidatos selecionados, e são a universidade de origem de 50,4% dos candidatos em destaque.

Tabela 30: Instituições de Ensino com dois ou mais candidatos em destaque

Instituição de Ensino	Quantidade de Candidatos
Universidade de São Paulo	9
Universidade Estadual de Londrina	5
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	5
Universidade Federal do Paraná	4
Universidade Federal do Piauí	4
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	4
Faculdade Moraes Júnior - Mackenzie Rio	3
Fundação Universidade Federal do Tocantins	3
Universidade de Brasília	3
Universidade Federal da Bahia	3
Universidade Federal de Santa Maria	3
Universidade Paulista	3
Centro Universitário Fecap	2
Faculdade da Academia Brasileira de Educação e Cultura	2
Universidade do Sul de Santa Catarina	2
Universidade Federal de Minas Gerais	2
Universidade Federal do Ceará	2
Universidade Regional de Blumenau	2
Universidade São Judas Tadeu	2
Total	60

Fonte: Dados do CFC

A maior parte das instituições de ensino listadas na Tabela 30 é de universidades públicas federais. No entanto, duas das três universidades com maior número de candidatos destacados nesta publicação são universidades públicas estaduais – a Universidade de São Paulo e a Universidade Estadual de Londrina.

4.2.7 Trabalhos acadêmicos na área do Exame de Suficiência

Esta seção tem como objetivo apresentar de uma forma panorâmica as publicações em periódico no período compreendido na segunda etapa do Exame de Suficiência, sem a pretensão de fazer uma análise bibliográfica mais elaborada.

A partir do ano de 2012, diversos estudos foram publicados em periódicos com a temática envolvendo o Exame de Suficiência. Em uma pesquisa realizada na base de periódicos Capes e Google Acadêmico, identificaram-se 21 artigos cujo título contém o termo “Exame de Suficiência”. Os artigos são distribuídos ano a ano conforme apresentado na Tabela 31.

Tabela 31: Publicação de artigos sobre Exame de Suficiência

Ano	Quantidade	Ano	Quantidade
2013	2	2016	4
2014	3	2017	8
2015	2	2018	2

Fontes: Dados da pesquisa

Os artigos foram publicados em 13 diferentes revistas, conforme se verifica na Tabela 32. O periódico com maior concentração de artigos publicados é a Revista Brasileira de Contabilidade, que publicou oito dos 21 artigos com a temática do Exame de Suficiência.

Tabela 32: Distribuição de publicações, por periódicos

Revista	Quantidade de artigos	%
Revista Brasileira de Contabilidade	8	38,1%
Revista Ambiente Contábil	2	9,52%
Revista de Auditoria Governança e Contabilidade	2	9,52%
Contabilidade Vista & Revista	1	4,76%
International journal of advances in management and economics	1	4,76%
Polemica	1	4,76%
Revista Catarinense da Ciência Contábil	1	4,76%
Revista Contabilidade e Controladoria	1	4,76%
Revista de Contabilidade e Organizações	1	4,76%
Revista Eletrônica do Curso de Ciências Contábeis	1	4,76%
Revista Uniabeu	1	4,76%
Revista UniVap	1	4,76%
Total Geral	21	

Fontes: Dados da pesquisa

Os artigos tratam das seguintes temáticas relacionadas ao Exame de Suficiência:

- a) Conteúdo do Exame de Suficiência – Os autores avaliaram o conteúdo de Contabilidade Gerencial e o conteúdo relacionado à formação profissional (BEZERRA; LUCENA, 2017; LUNKES et al., 2015);
- b) Desempenho no Exame de Suficiência – Os artigos analisaram os resultados obtidos pelos candidatos em relação ao conteúdo de formação profissional; analisaram o desempenho dos participantes do Exame de Suficiência de forma geral, por regiões e estados; e verificaram se existe uma associação do índice de aprovação no Exame de Suficiência com o desem-

penho discente e a qualidade dos cursos superiores no Brasil (BEZERRA; LUCENA, 2017; BUGARIM et al., 2014a, 2014b; DE SOUZA; DA CRUZ; LYRIO, 2017);

- c) Ensino e Exame de Suficiência – Os artigos analisaram a aderência da Matriz Curricular do Curso de Ciências Contábeis ao Conteúdo Programático do Exame de Suficiência em estados específicos e testou a associação entre o aumento da qualificação dos docentes, com a obtenção de titulação *stricto sensu*, e a aprovação no Exame de Suficiência (BONZANINI; SILVA; LEITE, 2017; BROIETTI et al., 2016; SANTOS et al., 2014; SILVA et al., 2017); e
- d) Análise do Exame de Suficiência – Este grupo de artigos traz uma abordagem específica sobre o Exame de Suficiência, enquanto instrumento para obtenção da permissão para atuação no mercado como profissional da contabilidade, pelos bacharéis em Ciências Contábeis. Os artigos analisam os motivos sociopolíticos e econômicos do restabelecimento do Exame de Suficiência, trazendo uma retrospectiva das duas edições do Exame; transparência do Exame de Suficiência; percepção dos contadores quanto à realização do Exame de Suficiência; discussão sobre a aplicação do Exame de Suficiência como requisito de atuação profissional; percepção dos discentes EAD quanto ao Exame de Suficiência; percepção dos docentes e profissionais sobre o Exame de Suficiência; percepção de autores de artigos publicados em periódicos sobre o Exame de Suficiência; análise dos candidatos sobre a prova; e opinião dos profissionais e futuros profissionais sobre a exigência do Exame de Suficiência (CASTRO, 2017; GALVÃO, 2016; GONZALES; RICARDINO FILHO, 2017; JÚNIOR et al., 2015; LAFFIN; OLIVEIRA, 2018; MELO et al., 2017; MIRANDA; ARAÚJO; MIRANDA, 2017; SANTOS; ANDRADE, 2016; SANTOS et al., 2013; SILVA; BARBOSA, 2018; TIMMERMANS; SIMONI; PEREIRA, 2013).

De uma forma geral, os autores anteriormente citados que analisam o Exame de Suficiência, apontam para importância do instrumento como forma de valoração da profissão, bem como seleciona os profissionais mais capacitados. No âmbito do ensino, os artigos apontam que o exame serve como instrumento para mensuração dos conhecimentos adquiridos nas Instituições de Ensino Superior e estimular a educação continuada, contribuindo para aperfeiçoamento do ensino. Os docentes acreditam que bons resultados obtidos no exame têm importância para a imagem da IES.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este livro traz um detalhado registro da instituição do Exame de Suficiência como requisito para a obtenção de registro em Conselho Regional de Contabilidade. Todas as etapas que constituem a história que resultou na consolidação da aplicação do Exame, a partir da regulamentação da profissão, em 1946, até os resultados obtidos nas provas das edições aplicadas, inclusive, no primeiro semestre de 2018, são contextualizadas e pormenorizadas, com o intuito de constituir fonte de referência para pesquisas sobre o tema. Portanto, esta obra serve o propósito de contribuir para o aprimoramento do ensino em Contabilidade no Brasil.

De forma específica, o conteúdo oferece dados para que os estudantes dos cursos de Ciências Contábeis e as próprias Instituições de Educação Superior (IES) possam entender melhor a realidade do ensino na área contábil. São relevantes para o meio acadêmico as análises dos resultados das edições e o desempenho dos candidatos, por faixa etária, gênero, região do País e tipo de IES; os percentuais de acertos nas provas de acordo com as áreas de conhecimento ministradas nos cursos, e várias outras informações.

Verifica-se ainda que o Exame de Suficiência tornou-se um campo de pesquisa, e este livro contribui ao compilar diversas pesquisas realizadas sobre o tema, além de ele mesmo representar importante bibliografia aos articulistas e autores de trabalhos acadêmicos.

A importância desse livro, porém, ultrapassa o contexto da educação superior para chegar à sociedade. O relato dos fatos que culminaram com a instituição do Exame de Suficiência por meio de lei federal, as análises e os resultados das edições do Exame, o impacto das mudanças na Contabilidade no século XX, entre outros aspectos, são fontes de conhecimento sobre uma das maiores profissões regulamentadas do País, e a formação sólida de seus profissionais representa segurança para o desenvolvimento econômico brasileiro.

A partir dos dados apresentados se verificam os resultados das diversas iniciativas adotadas pelo CFC, no sentido de investir na capacitação e qualificação dos profissionais da área de contabilidade por meio dos investimentos efetuados na área do ensino, contribuindo para a melhora do ensino no Brasil.

Portanto, esta publicação não pretende esgotar o assunto abordado, mas propõe-se a servir de fonte recorrente de consulta aos interessados pelo tema.

REFERÊNCIAS

- ANDERE, M. A.; ARAÚJO, A. M. P. D. Aspectos da formação do professor de ensino superior de Ciências Contábeis: uma análise dos programas de pós-graduação. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 19, n. 48, p. 91-102, 2008.
- ARAÚJO, M. G. A. (2002). **Um estudo sobre os motivos de satisfação e insatisfação dos alunos do curso de ciências contábeis da Universidade Federal do Ceará**. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis)-FEA/ USP, São Paulo, 2002.
- BEZERRA, H. A. G.; LUCENA, O. P. D. W. G. L. Exame de Suficiência contábil: uma análise dos conteúdos de formação profissional nas provas de 2011 a 2015. **Revista Brasileira de Contabilidade**, n. 226, p. 58-67, 28 ago. 2017.
- BONZANINI, O. A.; SILVA, A. C. F. DA; LEITE, T. G. M. Reflexos na matriz curricular dos cursos de Ciências Contábeis a partir da exigência do Exame de Suficiência em 2010: um estudo no âmbito do CRCRS. **Revista Eletrônica do Curso de Ciências Contábeis**, v. 6, n. 1, p. 15-32, 26 maio 2017.
- BRASIL. **Enade 2009 - Relatório Síntese Ciências Contábeis**. Disponível em: < <http://portal.inep.gov.br/relatorios> > Acesso em: 26 ago. 2018.
- _____. **Enade 2012 - Relatório Síntese Ciências Contábeis**. Disponível em: < <http://portal.inep.gov.br/relatorios> > Acesso em: 26 ago. 2018.
- _____. **Enade 2015 - Relatório Síntese Ciências Contábeis**. Disponível em: < <http://portal.inep.gov.br/relatorios> > Acesso em: 26 ago. 2018.
- Ministério da Educação (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP). **Enade 2006 - Relatório Síntese Ciências Contábeis**. Disponível em: < <http://portal.inep.gov.br/relatorios> > Acesso em: 26 ago. 2018.
- BROIETTI, C. et al. Análise das Questões do Exame de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade. **Revista UniVap**, v. 22, n. 40, 1 nov. 2016.
- BUGARIM, M. C. C. et al. Análise histórica dos resultados do Exame de Suficiência do conselho federal de contabilidade. **Revista Contabilidade e Controladoria**, v. 6, n. 1, 2014a.
- BUGARIM, M. C. C. et al. O Desempenho dos Profissionais de Contabilidade no Exame de Suficiência do CFC Uma Análise de Conglomerados Regionais. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 8, n. 22, p. 60-71, 18 dez. 2014b.

- CASTRO, D. V. B. DE. As idas e vindas do Exame de Suficiência. **Revista Brasileira de Contabilidade**, n. 224, p. 36–45, 12 abr. 2017.
- DE SOUZA, P. V. S.; DA CRUZ, U. L.; LYRIO, E. F. A Relação do Exame de Suficiência Contábil com o Desempenho Discente e a Qualidade dos Cursos Superiores em Ciências Contábeis do Brasil. **Revista Ambiente Contábil**, v. 9, n. 2, p. 179–199, 2017.
- Decretolei_9295.pdf [Internet]. [citado 1o de setembro de 2018]. Disponível em: https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2015/12/decretolei_9295.pdf
- DEL7938 [Internet]. [citado 1o de setembro de 2018]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del7938.htm
- DIAS R. Contabilidade aplicada ao setor público para o exame de suficiência do CFC para bacharel em ciências contábeis. **Revista Brasileira de Contabilidade**, n. 214, p. 114-114, 2015.
- FÁVERO, L. P. et al. **Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões**. 4a. reimpressão ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- GALVÃO, N. Percepção dos contadores sobre o Exame de Suficiência do CFC. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 15, n. 45, p. 49–62, 2016.
- GONZALES, A.; RICARDINO FILHO, A. A. Transparência na Divulgação de Resultados do Exame de Suficiência do CFC. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 28, n. 1, p. 45–66, 2017.
- IUDÍCIBUS, S., & MARION, J. C. (1986). As faculdades de Ciências Contábeis e a formação do contador. **Revista Brasileira de Contabilidade**, 15(56), 50-56.
- JÚNIOR, I. J. DAS N. et al. O Exame de Suficiência contábil na percepção dos inscritos que se submeteram à prova no Distrito Federal. **Revista Brasileira de Contabilidade**, n. 215, p. 82–98, 3 dez. 2015.
- L11941 [Internet]. [citado 1o de setembro de 2018]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11941.htm
- L6404consol [Internet]. [citado 1o de setembro de 2018]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6404consol.htm
- L9394 [Internet]. [citado 1o de setembro de 2018]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm
- LAFFIN, M.; OLIVEIRA, D. F. DE. Accounting and the Exam of Sufficiency: Perceptions and Challenges. **IJAME**, v. 0, n. 0, 10 maio 2018.

- Lei no 11.638 [Internet]. [citado 1o de setembro de 2018]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm
- Lei_12249.pdf [Internet]. [citado 1o de setembro de 2018]. Disponível em: https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2015/12/lei_12249.pdf
- LUNKES, R. J. et al. Análise do Exame de Suficiência do CFC: um estudo sobre as questões de Contabilidade Gerencial. **Revista Brasileira de Contabilidade**, n. 210, p. 26–39, 12 fev. 2015.
- MELO, I. R. DE et al. Educação a Distância (EaD): a percepção dos estudantes dos cursos de Ciências Contábeis de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA) acerca do Exame de Suficiência. **Revista Brasileira de Contabilidade**, n. 222, p. 28–39, 9 jan. 2017.
- MIRANDA, C. DE S.; ARAÚJO, A. M. P. DE; MIRANDA, R. A. DE M. O Exame de Suficiência em contabilidade: Uma avaliação sob a perspectiva dos pesquisadores. **Revista Ambiente Contábil**, v. 9, n. 2, p. 158–178, 2017.
- MORAES JÚNIOR, V. F.; VASCONCELOS, A. F.; DO MONTE, P. A. (2014). Perfil dos trabalhos publicados de 2004 a 2010 na área educação e pesquisa do congresso USP de controladoria e contabilidade. **Revista Ambiente Contábil**, v. 6, n. 2, p. 36-54, 2014.
- MORAES, R. O. **Mestres em Ciências Contábeis sob a ótica do capital humano**. São Paulo, 2009. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis. Universidade de São Paulo, 2009.
- NOSSA, V. A necessidade de professores qualificados e atualizados para o ensino da Contabilidade. **Revista do CRC-SP**, v.9, 1999.
- SANTOS, C. A. DOS et al. Exame de Suficiência: percepção de docentes dos cursos de Ciências Contábeis das faculdades de Mato Grosso do Sul. **Revista Brasileira de Contabilidade**, n. 197, p. 64–77, 28 jun. 2013.
- SANTOS, G. C.; ANDRADE, S. A. Exame De Suficiência Sobre a Perspectiva dos Profissionais da Contabilidade que Tiveram Artigos Publicados em Revistas Com Qualis B3. **RAGC**, v. 4, n. 15, 1 set. 2016.
- SANTOS, M. J. A. D. et al. Um Estudo Comparativo Entre o Exame de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade, o Exame Nacional de Desempenho e de Estudantes e a Pós-Graduação Stricto Sensu Dos Cursos De Ciências Contábeis Do Estado Do Rio de Janeiro. **Polêmica**, v. 13, n. 4, p. 1681–1698, 14 out. 2014.

- SCHMIDT, P. **Uma Contribuição ao Estudo da História do Pensamento Contábil**. Tese (Doutorado em Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.
- SILVA, A. DE M. et al. Análise Comparativa Entre os Componentes das Ementas Curriculares dos Cursos de Ciências Contábeis das IES de Caruaru e os Componentes do Edital do Exame de Suficiência. **Revista Uniabeu**, v. 10, n. 24, p. 74– 94, 3 maio 2017.
- SILVA, C. M. DA; BARBOSA, C. A. M. Perspectivas e Impressões Sobre o Exame de Suficiência do CFC na Visão de Discentes do Curso de Graduação de Ciências Contábeis. **RAGC**, v. 6, n. 22, 12 fev. 2018.
- Sinopses Estatísticas da Educação Superior – Graduação - INEP [Internet]. [citado 1o de setembro de 2018]. Disponível em: <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>
- SPLITTER, K., & BORBA, J. A. (2014). Percepção de estudantes e professores universitários sobre a profissão do contador: um estudo baseado na teoria dos Estereótipos. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, 8(2), 126-141.
- SRE - Sistema de Resoluções [Internet]. [citado 1o de setembro de 2018]. Disponível em: http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=1999/000853&arquivo=RES_853.DOC
- TIMMERMANS, C.; SIMONI, P. R.; PEREIRA, P. A opinião de acadêmicos e profissionais da Contabilidade acerca do Exame de Suficiência da profissão contábil. **Revista Brasileira de Contabilidade**, n. 201, p. 32–43, 2 jul. 2013.



CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE